



UDESC

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DA INFORMAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DA INFORMAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**CONFIABILIDADE INFORMACIONAL:
a Filosofia da Informação e o desenvolvimento da
leitura crítica no ambiente virtual**

LEONARDO RIPOLL TAVARES LEITE

FLORIANÓPOLIS, 2018

LEONARDO RIPOLL TAVARES LEITE

**CONFIABILIDADE INFORMACIONAL:
A FILOSOFIA DA INFORMAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA LEITURA CRÍTICA
NO AMBIENTE VIRTUAL**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação, do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Gestão de Unidades de Informação.

Orientador: Prof. Dr. José Claudio Morelli Matos

**FLORIANÓPOLIS
2018**

LEONARDO RIPOLL TAVARES LEITE

**CONFIABILIDADE INFORMACIONAL: A FILOSOFIA DA INFORMAÇÃO E O
DESENVOLVIMENTO DA LEITURA CRÍTICA NO AMBIENTE VIRTUAL**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação, do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Gestão de Unidades de Informação.

Banca examinadora:

Orientador: _____

Dr. José Claudio Morelli Matos

Membros:

Dra. Elisa Cristina Delfini Corrêa

Dr. Enrique Muriel-Torrado

Florianópolis, 24/07/2018.

AGRADECIMENTOS

Correndo o risco de esquecer cada um que me ajudou nessa longa trajetória, a qual começou ainda antes do início efetivo do mestrado, deixo aqui registrado meus sinceros agradecimentos:

À minha família, pelo amor, apoio e suporte. Especialmente à minha mãe, pelo interesse e contribuição nas diversas conversas que tivemos sobre o tema da pesquisa e sobre minhas atividades no mestrado. Devo ao meu irmão, Gabriel, também o agradecimento e o devido crédito de elaboração digital da Figura 6.

Aos meus colegas de trabalho e amigos da BU/UFSC que, de uma forma ou outra, contribuíram com a pesquisa (muitas vezes sem saber). Preciso destacar aqui as ajudas que obtive de Roberta de Bem, Juliana Gulka, Fábio Lorensi, Edson Gavron, José Paulo Speck, Manoela Rietjens, Clarissa Kellerman, Gleide Ordovás, Andréa Grants, João Oscar e todos os membros da agora já encaminhada *Comissão de Confiabilidade Informacional e Combate à Desinformação no Ambiente Digital*.

Aos meus colegas e amigos da turma do mestrado PPGINFO/UDESC 2016, uma das melhores turmas na qual tive o prazer de participar.

A todos os professores do PPGINFO/UDESC, com menções especiais para Elisa Delfini (de quem tomei a liberdade de 'roubar' o título do capítulo 3) e Julibio Ardigo (que me orientou algumas vezes, mesmo sem perceber).

Ao meu orientador, José Claudio Matos Morelli, pelo trabalho e pelo interesse no tema, me acompanhando nas leituras e me fazendo questionar as escolhas e caminhos tomados.

Por último, mas não menos importante, menciono também os seguintes nomes: Lani Lucas, Elizete Vitorino, Enrique Muriel-Torrado, Jason de Lima e Silva, Gabriella Viroli, Eduardo Fernandez, Juliana Frainer, Deisi Martignago e Holdrin Milet Brandão.

Obrigado!

RESUMO

Apresenta o desenvolvimento da noção de confiabilidade informacional dentro do ambiente virtual por meio de conceituações e critérios. Para tanto, inicialmente apresenta o contexto informacional contemporâneo, buscando suas origens sociológicas até chegar ao atual cenário da informação e desinformação. Como teorização sociológica, identifica diferentes visões sobre o período concebido depois da modernidade, chamado de pós-modernidade, alta modernidade ou ainda, modernidade líquida, conforme cada autor apresentado. Ainda dentro deste contexto, aborda a sociedade da informação e a cibercultura como fenômenos recentes que regem a atual sociedade, especialmente a parte dela inserida no ambiente virtual. Dentro deste ambiente, desenvolve epistemologicamente os conceitos de informação e desinformação, e relaciona com as terminologias que tem ganhado notoriedade na mídia e nas redes sociais como *fake news*, pós-verdade e fatos alternativos – partes de um cenário de hiperinformação que facilita a disseminação da desinformação. No capítulo seguinte, a Filosofia da Informação, de Luciano Floridi, é apresentada como campo de estudo em crescente relevância e como proposta para se analisar a informação situada no contexto desenvolvido anteriormente. Em seguida, elabora a discussão sobre a confiabilidade em si em três etapas. Primeiro, abordando alguns conceitos que trabalham com possíveis formas de resolver os impasses da desinformação: a inteligência coletiva, de Pierre Lévy, e a *information e media literacy*. Depois, conceitua a leitura crítica e o pensamento crítico, que não só embasam a confiabilidade informacional, como também fazem parte das *literacies* mencionadas previamente. Logo após, trata da questão da confiabilidade do ponto de vista epistemológico (por meio da noção de confiabilismo) e filosófico (utilizando as teorias de Luciano Floridi sobre informação semântica e factual). Por último, desenvolve os critérios de confiabilidade informacional em suas duas dimensões: técnica e semântica. O trabalho então demonstra sua aplicação prática, com a instauração da *Comissão de Fake News, desinformação e confiabilidade de informações no ambiente digital* na Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina, enquanto produto da pesquisa. Como conclusão, ressalta a importância da retomada da reflexão crítica para combater a desinformação e aponta a relevância do trabalho de Luciano Floridi e das filosofias da informação dentro do atual período da sociedade da informação, a qual também precisa adotar critérios objetivos que norteiem e permitam o desenvolvimento do conhecimento.

Palavras-chave: Confiabilidade informacional. Filosofia da informação. Desinformação. Leitura crítica. Pensamento crítico.

ABSTRACT

The following dissertation presents the development of the notion of informational reliability of the virtual environment by means of conceptualizations and criteria. Thus, initially it presents the contemporary informational context, searching its sociological origins until the current scenario of information and disinformation. As sociological theorization, it identifies different perspectives on the period conceived after the modernity, called postmodernity, high modernity or still, liquid modernity, as presented by each author. Regarding the same context, it approaches the information society and the cyberculture as recent phenomena that conduct the current society, especially the part of it which is inserted in virtual environment. Within this environment, it develops epistemologically the concepts of information, misinformation and disinformation, and relates with the terminologies that are becoming notorious in media and social network as fake news, post-truth and alternative facts, which are components of a hyper information scene that facilitates the disinformation dissemination. In the next chapter, Luciano Floridi's Information Philosophy is presented as a study field in increasing relevance and as a proposal to analyze the information situated in the previously developed context. Then, it proposes the discussion on reliability, in three different parts. First, approaching concepts that work with possible ways to deal with the obstacles of the disinformation: collective intelligence, of Pierre Lévy, and information and media literacy. Then, it conceptualizes the critical reading and the critical thought, which are basis for the informational reliability besides being part of the literacies above mentioned. Later, it considers the reliability issue from an epistemological (through the notion of reliabilism) and philosophical (using Luciano Floridi's theories on semantic and factual information) perspective. Finally, it develops the criteria of informational reliability in its two dimensions: technical and semantical. The dissertation then demonstrates its practical application, with the commencement of *Commission of Fake News, disinformation and reliability of information in the digital environment* in the University Library of the Federal University of Santa Catarina, as product of the research. As conclusion, it reinforces the importance of resumption of the critical reflection to fight the disinformation and points out the relevance of Luciano Floridi's work and the philosophies of information within the current period of information society, which also needs to adopt objective criteria which may lead to and allow the development of the knowledge.

Keywords: Information reliability. Philosophy of information. Disinformation. Critical reading. Critical thinking.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Típico ciclo de vida da informação	39
Figura 2 – Mapa de conceitos informacionais 1	49
Figura 3 – Mapa de conceitos informacionais 2	53
Figura 4 - <i>Principia Philosophiae Informationis</i> de Luciano Floridi	66
Figura 5 – Mapa de conceitos informacionais 3	89
Figura 6 – Níveis de informatividade	103
Quadro 1 – Critérios de confiabilidade informacional	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACRL	Association of College and Research Libraries
ALA	American Library Association
BCI	Biblioteconomia e Ciência da Informação
BRAPCI	Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação
BU	Biblioteca Universitária
DGI	Definição Geral de Informação
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários
GDI	General Definition of Information
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
IP	Internet Protocol
MIL	Media and Information Literacy
PGCIN	Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação
PIB	Produto Interno Bruto
PPGInfo	Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SiBi/UFSC	Sistema de Bibliotecas da UFSC
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA	13
1.1.1 Objetivo geral	13
1.1.2 Objetivos específicos.....	13
1.2 JUSTIFICATIVA.....	14
2 METODOLOGIA	17
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	17
2.2 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE E COLETA DE DADOS	18
3 O CONTEXTO INFORMACIONAL CONTEMPORÂNEO	21
3.1 PÓS-MODERNIDADE, ALTA MODERNIDADE, MODERNIDADE LÍQUIDA.....	21
3.1.1 A pós-modernidade	22
3.1.2 A alta modernidade: reflexividade e radicalização em uma modernidade tardia.....	28
3.1.3 A modernidade líquida	33
3.1.4 Breves considerações	36
3.2 CIBERCULTURA E SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO.....	37
3.3 INFORMAÇÃO E DESINFORMAÇÃO	48
3.3.1 Pós-verdade, <i>fake news</i> , fatos alternativos, hiperinformação	58
4 A FILOSOFIA DA INFORMAÇÃO	65
5 A CONFIABILIDADE INFORMACIONAL	73
5.1 INTELIGÊNCIA COLETIVA, <i>MEDIA</i> E <i>INFORMATION LITERACY</i>	73
5.2 LEITURA CRÍTICA E PENSAMENTO CRÍTICO	80
5.3 CONFIABILISMO, INFORMAÇÃO FACTUAL E INFORMAÇÃO SEMÂNTICA... 86	
5.4 CRITÉRIOS DE CONFIABILIDADE INFORMACIONAL	92
5.4.1 Dimensão técnica	93
5.4.2 Dimensão semântica.....	97
5.4.3 <i>Kritériom</i> e confiabilidade: a busca sem fim	104
5.5 PRODUTO DA PESQUISA	105
6 CONCLUSÃO	107
REFERÊNCIAS	110
ANEXO A – Portaria de criação da comissão de <i>fake news</i>, desinformação e confiabilidade de informações no ambiente digital	119

1 INTRODUÇÃO

A informação, atualmente, está presente de forma abundante em diversos meios, principalmente nas formas digitais, disponibilizadas pelo que se convencionou chamar de *web* - a rede de conexões e informações desenvolvida com o advento da *internet* (CHOUDHURY, 2014).

A sociedade conectada em rede está caracterizada por utilizar e criar constantemente tecnologias de informação e comunicação (TIC), e também, durante os últimos anos, por consumir¹ conteúdo publicado em redes sociais², *blogs*, *sites* de notícias, vídeos e aplicativos.

Esse consumo de informação por meio destas novas formas de acesso e produção de conteúdo, porém, tem possibilitado o recebimento e a disseminação de informações falsas, distorcidas, manipuladas, servindo às mais diversas intenções pessoais e institucionais. O surgimento de termos como ‘*fake news*’, ‘pós-verdade’, ‘desinformação’ e ‘hiperinformação’³ tem trazido à tona uma recente preocupação com a veracidade e a confiabilidade das informações disseminadas na *web*, as quais acabam formando opiniões e construindo um possível conhecimento baseado em informações falsas ou imprecisas.

A quantidade de informações enganosas disseminadas já atinge grandes proporções e está aumentando ainda mais (VOSOUGHI; ROY; ARAL, 2018). Exemplos recentes deste cenário são os números de compartilhamentos nas redes sociais de notícias falsas sobre as eleições americanas de 2016, e sobre a investigação conhecida como ‘Operação Lava-Jato’, aqui no Brasil. Segundo as matérias publicadas por Aragão (2016) e Vilicic (2016), o número de interações nas redes sociais com as notícias falsas excedeu o de interações com as notícias que, de fato, eram verdadeiras. Em um estudo publicado pela revista *Science*, Vosoughi, Roy e Aral (2018) também verificaram que as notícias falsas são disseminadas de

1 O ‘consumo’ dentro do contexto deste trabalho se refere ao que o indivíduo recebe cognitivamente através dos sentidos dentro de um processo de comunicação e/ou transmissão de dados. Também tem relação com uma escolha feita pelo indivíduo. Assim, o indivíduo consome conteúdo da *internet* pois escolheu acessar a rede e receber cognitivamente os dados transmitidos por ela, através principalmente de sua visão e audição.

2 Por ‘redes sociais’ este trabalho irá se referir aos ‘*sites* de redes sociais’ (ou ‘mídias sociais’ (TOMAÉL, 2016)), que de acordo com Recuero (2009, p. 102), “são espaços utilizados para a expressão das redes sociais na Internet”. Entre os exemplos mais conhecidos atualmente estão Facebook, Twitter e Instagram.

3 Todos os termos não comuns citados nesta introdução serão devidamente conceituados e aprofundados posteriormente no texto dos capítulos seguintes.

forma mais rápida e ampla do que as verdadeiras. Os autores analisaram as histórias publicadas na rede social Twitter, de 2006 a 2017, e também constataram que as notícias falsas alcançam um número muito maior de pessoas do que as verdadeiras.

Além disso, conforme reportagem de Rabin (2017), existem vários portais e *fanpages* que divulgam notícias falsas no Brasil, e utilizam a quantidade de cliques (além dos anúncios atrelados à notícia dentro do *site*), como forma de gerar lucro financeiro aos seus donos – ação conhecida como *clickbait*.

Neste sentido, quanto mais uma notícia é disseminada, maior pode ser o retorno financeiro que ela proporciona – o que acaba fazendo com que haja um grande interesse em se divulgar manchetes chamativas com conteúdos polêmicos, apostando alto na curiosidade do leitor. Ou ainda, veiculando informações sobre questões e personalidades políticas, que estão de acordo com o que o nicho de leitores do *site* deseja que seja verdade (ação que usa a lógica de funcionamento dos ‘filtros-bolha’ de Pariser (2011) e seus processos de customização da informação).

Conjuntamente com este panorama, a *web* presencia o crescimento dos *bots*: *softwares* autônomos que simulam ações humanas e que, atualmente, influenciam a formação de opinião, na rede. De acordo com Santana Júnior e Lima (2017, p. 307), “[...] os bots já participam, de maneira autônoma, tanto quanto os seres humanos na internet, e [...] utilizam as informações disponíveis em rede para influenciar seres humanos a adotar hábitos em rede que são de interesse de terceiros”.

Por conta deste cenário, grupos jornalísticos, redes sociais e mecanismos de busca têm desenvolvido as primeiras soluções para lidar com o problema, principalmente por meio da criação de ferramentas de *fact check* (checagem de fatos), a exemplo das propostas e notas divulgadas por Zuckerberg (2016), Mosseri (2017; 2016), Simo (2017), British Broadcasting Corporation (2016) e Gringas (2016).

Dentro deste panorama, alguns questionamentos surgem: quais as consequências em longo prazo que a constante apropriação de informações falsas ou distorcidas pode causar? Quais as implicações futuras para a memória da sociedade? Quais as saídas possíveis para lidar com este cenário, que parece favorecer a criação de um ‘caos informacional’?

Este contexto informacional contemporâneo parece ser um reflexo de alguns processos cujos conceitos se desenvolvem faz alguns anos, como 'sociedade da informação' e 'pós-modernidade'.

Além disso, as tecnologias da informação, principalmente a criação e o desenvolvimento da *internet* e da 'World Wide Web', proporcionaram uma organização da sociedade em torno do ambiente virtual⁴: o ciberespaço. Buscando descrever um modo de atingir a 'universalidade' da cultura humana sem 'totalizar' suas expressões, Lévy (2010) denomina a globalização concreta das sociedades dentro do ciberespaço como 'cibercultura'. É a cibercultura que engloba as relações sociais, econômicas e informacionais presentes neste universo em rede em que os indivíduos correntemente se encontram.

O entendimento deste contexto traz à tona questões não necessariamente novas, mas que se configuram de forma renovada dentro do ambiente virtual: afinal, o que é informação? O que é desinformação? O que é uma informação verdadeira ou falsa? O que é uma informação confiável? Tais questionamentos encontram principalmente na Filosofia da Informação, desenvolvida por Luciano Floridi (2017, 2011, 2010b, 2002), uma possível resposta, por meio de sua metodologia de investigação renovada e contemporânea da realidade informacional que se encontra em curso.

Em termos introdutórios, pode-se pensar a informação enquanto conteúdo semântico que opera diferença cognitiva no indivíduo. Espera-se que esse conteúdo semântico esteja relacionado a um fato verdadeiro ou confiável. Pois a desinformação também corresponde a um conteúdo semântico que opera diferença, porém, conforme será abordada mais detalhadamente no capítulo seguinte, ela não corresponde a uma verdade, e, portanto, se distancia da realidade (assumindo como conceito de realidade, dentro deste enunciado, os fatos adotados como verdadeiros pelo pensamento coletivo e pelo conhecimento vigente).

Conjuntamente com essa produção constante de informações, estabelece-se também um quadro de realidade informacional compartilhada, no qual as comunidades que se formam virtualmente têm papel fundamental no aprendizado e

4 Por 'ambiente virtual' a pesquisa adota a representação dada ao universo de interações possibilitado pelos computadores e a internet. Também associado às palavras 'digital', 'on-line', 'rede', 'web', tal ambiente caracteriza-se pela simulação de características pertencentes ao 'mundo real'. No entanto, o foco da utilização do termo está principalmente associado aos conteúdos informacionais produzidos na web. Uma devida caracterização do que vem a ser o 'virtual' será feita mais adiante.

na gestão dessas informações, possibilitando um fenômeno que Lévy (2007) denomina como ‘inteligência coletiva’.

É importante ressaltar que o grande crescimento de informações (principalmente aquelas sem vínculos com organizações ou com algum tipo de monitoramento de conteúdo) dentro da *web* se deu principalmente com o surgimento do que se chamou de *web 2.0*.

A *web 2.0* ficou conhecida por ser a segunda geração de serviços e utilizações da *internet*, que buscou, por meio de uma estrutura integrada de funcionalidades e conteúdo, “potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para a interação entre os participantes do processo” (PRIMO, 2007, p. 1).

Surgiu em 2004, a partir do melhoramento da primeira *web* (*web 1.0* – caracterizada por ser estática), e mudou o formato até então de ‘somente leitura’, para a ‘leitura e escrita’. Dentre as ferramentas e fenômenos surgidos na *web 2.0*, destacam-se a Wikipédia, o jornalismo participativo, as primeiras redes sociais, e o grande crescimento dos *blogs* (CHOUDHURY, 2014; PRIMO, 2007). De acordo com Primo (2007), a *web 2.0* foi um fenômeno social significativo, pois fortaleceu o trabalho coletivo, a troca afetiva, a produção e circulação de informações e a construção social do conhecimento.

O desenvolvimento da *web 2.0*⁵ foi, assim, um evento importante para uma maior inclusão dos usuários na construção da própria rede, de forma democrática e participativa, aperfeiçoando as interações e as comunidades virtuais, e consolidando de vez a cibercultura e a inteligência coletiva.

Este cenário de manutenção da informação (e desinformação) de forma coletiva faz surgir uma questão pertinente às suas formas recentes de produção e disseminação: a da confiabilidade informacional.

A confiabilidade informacional é entendida nesta pesquisa como um conceito a ser explorado e desenvolvido, que determina a qualidade de uma informação no ambiente virtual e se relaciona com conceitos-chaves como: verdade, veracidade, realidade, fidedignidade e verossimilhança.

5 A *web 2.0*, também chamada de ‘web social’ foi sucedida pela *web 3.0*, conhecida como ‘web semântica’, que passou a trabalhar em cima de questões emergentes como a convergência de dispositivos, a personalização das informações, o desenvolvimento de aplicativos e o aprendizado das máquinas para o entendimento semântico das solicitações feitas pelo usuário. Além disso, já se fala na *web 4.0*, uma *web* que será conhecida pela sua simbiose na relação humano/máquina e pela sua ubiquidade (CHOUDHURY, 2014).

A confiabilidade informacional sugere, assim, uma reflexão filosófica e epistemológica sobre estes conceitos e sobre as dinâmicas que envolvem o conceito de informação. Acredita-se que desenvolver padrões para checar a confiabilidade informacional dos conteúdos e das fontes de informação é fundamental para a resolução dos impasses apresentados pelo atual contexto informacional presente no ambiente virtual.

Diante deste cenário, surge a seguinte pergunta de pesquisa: É possível dimensionar pela via argumentativa alguns critérios de confiabilidade informacional?

1.1 OBJETIVOS DA PESQUISA

Apresentam-se os objetivos (geral e específicos) que nortearam a presente pesquisa.

1.1.1 Objetivo geral

Estabelecer critérios de confiabilidade da informação veiculada na *web*, com base no desenvolvimento de conceitos epistemológicos, filosóficos e técnicos, relacionados ao universo da informação.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Contextualizar o atual cenário da disseminação da informação no ambiente virtual;
- b) Apresentar a Filosofia da Informação e o trabalho de Luciano Floridi como fundamento de reflexão das temáticas abordadas;
- c) Estabelecer o conceito de confiabilidade informacional e os critérios para análise das informações publicadas no ambiente virtual;
- d) Instituir uma comissão sobre confiabilidade e desinformação dentro da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina.

1.2 JUSTIFICATIVA

A informação, cada vez mais, é instrumento de controle e poder das instituições que regem a sociedade⁶. Além disso, é o centro ativo das rotinas da sociedade contemporânea, representada principalmente pelas tecnologias da informação.

De forma ininterrupta os computadores, *smartphones* e *tablets* reproduzem constantemente conteúdos de redes sociais, *sites* de notícias, *blogs*, portais e aplicativos – conteúdos estes que as pessoas leem, compartilham, reproduzem e interpretam publicamente, gerando discussões e distorções, mas, frequentemente, poucas reflexões (como por exemplo, os casos já citados de Vosoughi, Roy e Aral (2018), Aragão (2016) e Vilicic (2016)).

Uma vez que muito do conteúdo reproduzido advém de notícias falsas (*fake news*), *sites* com ideologias mascaradas, canais de informações sensacionalistas, *bots*, entre outros (alguns exemplos podem ser vistos em Rabin (2017)); torna-se importante ao leitor ter um olhar crítico na análise do conteúdo da informação que está lendo. Acredita-se que este processo de reflexão sobre a informação é a base para uma sociedade mais justa, educada e democrática, uma vez que permite ao usuário⁷ identificar intenções informacionais e ter consciência sobre o que ele consome enquanto conteúdo informacional para estabelecer o seu conhecimento individual.

E por que a confiança é tão importante? Porque a informação opera diferença em alguma coisa quando o indivíduo entra em contato com ela. Confiar significa, entre outras coisas, que a diferença tem efeito em conformidade com o interesse, os desejos e necessidades do indivíduo e da comunidade, como também uma relação com a noção de realidade presente no momento.

Por outro lado, pode-se pensar que a falta de confiança é capaz de instaurar o caos social e a perda de referências em um indivíduo ou grupo. Em um mundo onde toda e qualquer informação for considerada válida e verdadeira (e, portanto, o

6 Sobre este assunto, Brito e Pinheiro (2015) utilizam o termo 'poder informacional'. Em contexto semelhante, surgem também os termos 'domínio global da informação' e 'guerra da informação' como propostos por Virilio (2000).

7 Ainda que exista uma tendência na área da Ciência da Informação em substituir a palavra 'usuário' pelo termo 'interagente' (como proposto por Corrêa (2014)), optou-se por manter a primeira pelo fato de o trabalho dialogar com muitos textos de outras áreas e por ser a escolha léxica de todos os textos utilizados. Ademais, 'interagente' parece ser um termo mais pertinente quando se trata de estudos mais específicos sobre unidades de informação e seu público.

próprio significado de verdade perde o sentido, já que não existiria a mentira (ou a informação falsa)), a regra passa a inexistir e a lógica do discurso informacional torna-se absurda. E então, o próprio processo da comunicação não se perderia em contradição, enfraquecendo a linguagem e fortalecendo a barbárie?

Sendo assim, acredita-se que é função dos profissionais da informação desenvolver papel mediador no diagnóstico e resolução destes impasses informacionais que a sociedade cria, buscando realizar estudos epistemológicos e filosóficos sobre a informação e suas formas de disseminação e consumo.

Como justificativa pessoal, o autor relata sua experiência com atendimento a usuários em unidades de informação, e sua curiosidade com o desenvolvimento crescente das interações sociais por meio do ambiente virtual, principalmente nas redes sociais. A dificuldade, cada vez maior, em separar informações relevantes do que constitui um certo 'lixo informacional' (composto principalmente por desinformação e conteúdos publicitários), também criou várias inquietações pessoais sobre as formas como a informação é usada atualmente.

Além disso, a trajetória acadêmica e pessoal do autor sempre levou seu interesse dentro da área da Biblioteconomia e Ciência da Informação para as interdisciplinaridades possíveis com outras áreas do conhecimento como a psicologia, filosofia, cinema, literatura, arte e comunicação.

Acredita-se que os recentes fenômenos relatados sobre os usos da informação no ambiente virtual, além de traçar novos campos de atuação e estudo para o profissional da informação, também têm muito a contribuir para uma reavaliação de como a Biblioteconomia e a Ciência da Informação compreendem seu objeto de estudo e sua prática profissional. Analisar estes fenômenos é, também, compreender melhor o usuário da informação, ou seja, o seu usuário.

A pesquisa atuou em campos interdisciplinares ligados à tecnologia, sociologia, filosofia, comunicação, leitura e informação (aqui, principalmente no que se refere à epistemologia, usuários, disseminação da informação, sociedade da informação, e *information* e *media literacy*). Essa diversidade de campos justifica-se na própria temática da pesquisa, que apresenta um problema interdisciplinar.

Como resultado, a pesquisa pretendeu gerar uma reflexão sobre conceitos pertinentes ao universo da informação e do conhecimento, que possibilite entender e questionar as atuais relações entre informação e sociedade. Além disso, esperou-se

contribuir para o entendimento e a divulgação da leitura crítica de conteúdos publicados no ambiente virtual, e do exercício do pensamento crítico.

Acredita-se, também, que a pesquisa contribuiu para uma maior conscientização das consequências no ato de disseminação de informações. Sendo assim, a pesquisa esperou influenciar na educação informacional do indivíduo e no seu comportamento ético enquanto disseminador, leitor e debatedor de conteúdos informacionais na *web*.

Por outro viés, a pesquisa também pode impactar no questionamento de portais e entidades que divulgam informações sem preocupação com sua veracidade, e em instituições que utilizam a desinformação e a manipulação como ferramentas para exercer poder político ou socioeconômico.

2 METODOLOGIA

A seguir, descreve-se a caracterização metodológica da pesquisa, e os procedimentos de análise e coleta de dados utilizados para alcançar seus objetivos.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A metodologia empregada para realizar o trabalho foi uma pesquisa bibliográfica e exploratória, com abordagem qualitativa.

De acordo com Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 63), a pesquisa exploratória caracteriza-se por ser “[...] um auxílio que traz a formulação de hipóteses significativas para posteriores pesquisas”, e procura “[...] definir objetivos e buscar mais informações sobre determinado assunto de estudo. Tais estudos têm por objetivo familiarizar-se com o fenômeno ou obter uma nova percepção dele e descobrir novas ideias”.

Desta forma, a pesquisa pretendeu explorar seus temas principais como a Filosofia da Informação, a cibercultura, a desinformação e outros conceitos sobre as relações do sujeito e da sociedade com a tecnologia e o ambiente virtual.

Além disso, “a pesquisa exploratória realiza descrições precisas da situação e quer descobrir as relações existentes entre seus elementos componentes” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 63). Assim, pretendeu-se também entender os processos envolvidos nas interações possíveis dos indivíduos com a informação, e como essa dialética afeta o ambiente no qual está inserido.

Já a pesquisa bibliográfica, busca “[...] conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema”, utilizando “[...] referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 60).

Da mesma forma, Severino (2007, p. 122) comenta que, na pesquisa bibliográfica,

Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Neste sentido, a pesquisa procurou utilizar obras e autores que são referências reconhecidas nos assuntos que tratou, por vezes complementando a fundamentação com artigos, e trazendo exemplos com notícias de *sites*, revistas, portais ou *blogs*.

A abordagem qualitativa refere-se ao fato de que a pesquisa não trabalhou com dados quantificáveis, visando algum levantamento estatístico ou tabulação de resultados. Seu escopo está na qualificação de informações e fundamentos, buscando uma análise teórica de seus resultados.

Como bem define Severino (2007), a abordagem qualitativa é uma abordagem e não uma metodologia particular, pois ela se refere mais a fundamentos epistemológicos da pesquisa do que a especificidades metodológicas propriamente ditas. Neste sentido, “são várias metodologias de pesquisa que podem adotar uma abordagem qualitativa [...]” (SEVERINO, 2007, p. 119).

Cabe destacar que, enquanto pesquisa teórica também fundamentada na filosofia e na epistemologia, a pesquisa, em alguns momentos, utilizou abordagens metodológicas vindas da reflexão filosófica, na forma como desenvolveu seus conceitos e critérios.

2.2 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE E COLETA DE DADOS

A pesquisa, inicialmente, realizou um levantamento bibliográfico sobre o contexto do atual cenário que envolve sociedade, tecnologias e disseminação da informação, por meio da pesquisa em obras clássicas dos conceitos estudados e, também, de publicações encontradas em pesquisas em bases de dados na *internet*. Neste sentido, utilizou principalmente o Portal de Periódicos da Capes, a Scielo (Scientific Electronic Library Online), a base BRAPCI (Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação), e o Google. A pesquisa partiu de uma suposição de que alguns autores e termos pareciam corresponder à sua demanda inicial, como o Pierre Lévy e os termos ‘pós-modernidade’, ‘sociedade da informação’ e ‘desinformação’.

Além disso, nesta etapa, a pesquisa foi complementada com notícias de revistas e portais jornalísticos, para melhor demonstrar a relação das teorias trazidas pela literatura com o que tem acontecido recentemente na prática cotidiana.

Ressalta-se também, que alguns termos são novos, e por vezes, ainda não possuíam um desenvolvimento conceitual na literatura científica.

Na segunda etapa foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a Filosofia da Informação. A descoberta do trabalho de Luciano Floridi foi acidental: o termo 'filosofia da informação' foi pensado aleatoriamente, como uma possibilidade de pesquisa no Google que pudesse retornar algo de interesse para as premissas iniciais da dissertação. Uma vez descoberta a Filosofia da Informação, iniciou-se um aprofundamento do conceito, buscando embasamento teórico para desenvolver as questões ligadas à confiabilidade da etapa seguinte e, também, unindo uma discussão epistemológica e filosófica a um objetivo prático, por meio do desenvolvimento de critérios. Nesta etapa, foram analisadas as obras de Luciano Floridi (livros, artigos e seu *site* pessoal) e artigos e *sites* relacionados ao autor e seus trabalhos.

Na terceira etapa, pretendeu-se desenvolver o conceito de confiabilidade, utilizando de forma periférica algumas teorias da epistemologia, como o 'confiabilismo', mas, trabalhando em uma conceituação filosófica própria dentro da pesquisa. Também foi nesta etapa que as premissas da importância prática dos trabalhos de Pierre Lévy, Luciano Floridi e do conceito de *information* e *media literacy* foram elaboradas. Ademais, no decorrer da pesquisa e das elaborações conceituais, percebeu-se a necessidade de também abordar a leitura crítica e o pensamento crítico como partes fundamentais do trabalho.

A segunda parte desta etapa consistiu na elaboração de critérios para analisar as informações publicadas no ambiente virtual, que tem o propósito de verificar o nível de confiabilidade de seus conteúdos. Esta elaboração só foi possível devido ao desenvolvimento das etapas anteriores, configurando-se como o proeminente resultado da pesquisa. Nesta etapa também foi proposta o desenvolvimento de novos conceitos. A confiabilidade foi determinada por um conjunto de fatores que determinam, entre outras coisas, a veracidade da informação e a credibilidade da fonte informacional.

A pesquisa, de forma geral, realizou diversos levantamentos de dados nas bases de dados já citadas na primeira etapa, e também no acervo das bibliotecas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Como parte inerente à realização da pesquisa, algumas obras e publicações foram descobertas no meio do processo de leitura, seja por

meio de menções e referências dos textos utilizados, seja por diálogos do pesquisador com outras pessoas, incluindo aí, as indicações de caminhos feitas pelo seu próprio orientador.

As palavras-chave utilizadas na pesquisa, de forma isolada ou combinada, foram: desinformação, *disinformation*, *misinformation*, Filosofia da Informação, Luciano Floridi, confiabilidade, pós-verdade, redes sociais, *social media*, *fake news*, *fact check*, sociedade da informação, fontes de informação, notícias falsas, *information*, *media*, *literacy*, *literacies*, competência, informação, informacional, mídia, midiática, leitura, pensamento, crítica, crítico.

3 O CONTEXTO INFORMACIONAL CONTEMPORÂNEO

O contexto informacional contemporâneo, apresentado como a grande problematização da presente pesquisa, é aqui discutido: primeiro, resgatando suas possíveis origens por meio de algumas teorias sociológicas; depois, caracterizando seus elementos e dinâmicas recentes.

Para averiguar sua origem, é necessária uma discussão sobre o período histórico que surgiu após a modernidade e, assim, caracterizar dois movimentos que se situam dentro deste recorte temporal: a emergência da sociedade da informação e o surgimento da cibercultura.

Este aprofundamento se faz necessário para, em seguida, poder formular o entendimento sobre os conceitos de informação e desinformação, e como eles têm sido desenvolvidos desde então, até chegar às suas atuais representações.

A utilização de teorias da sociologia nesta pesquisa, portanto, é justificada por uma tentativa de entender alguns fenômenos sociais que possivelmente explicam as presentes ações humanas dentro das coletividades da sociedade, incluindo suas relações com os artefatos que produz e seus ambientes de interação e desenvolvimento social. A *internet*, assim, corresponde a um dos mais recentes artefatos produzidos pela humanidade, e a *web*, o novo ambiente de relações sociais permitido por ele. Contextualizar uma temática que se desenvolve neste ambiente, portanto, significa recorrer a teorias que expliquem o comportamento humano enquanto agente social, e a humanidade enquanto grupos de pessoas que estão em constantes interações possibilitadas por mecanismos sociais.

3.1 PÓS-MODERNIDADE, ALTA MODERNIDADE, MODERNIDADE LÍQUIDA

As discussões sociológicas sobre o atual período sócio-histórico da civilização sugerem que a época conhecida como 'modernidade' chegou ao fim (LYOTARD, 2004), está constituída de novas dinâmicas (BAUMAN, 2001) ou está em seu extremo (GIDDENS, 1991; 2002). Ou ainda, que nunca existiu (LATOUR, 2009).

De qualquer forma, pode-se dizer que existe um consenso de uma mudança, de uma nova configuração da atividade humana a partir de um período que se inicia do meio para o final do século XX. É dentro desta configuração que a *internet* é criada, e a sociedade da informação e a cibercultura emergem enquanto conceitos e

movimentos de criação e existência humana dentro da expansão das tecnologias de informação e comunicação. Como forma de iniciar a elucidação deste contexto informacional, apresentam-se brevemente aqui os conceitos de pós-modernidade de Jean-François Lyotard, de alta modernidade (ou modernidade tardia/radicalizada) de Anthony Giddens, e de modernidade líquida de Zygmunt Bauman.

3.1.1 A pós-modernidade

De forma introdutória, entende-se que o período caracterizado como modernidade refere-se ao estilo, costume de vida, organização social e às instituições que emergiram na Europa a partir do século XVII, substituindo o feudalismo, e que a partir do século XX se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência e impacto (GIDDENS, 1991; 2002).

Anthony Giddens (2002), um dos mais influentes sociólogos contemporâneos, comenta que duas das características principais da modernidade é seu rompimento com a tradição (o autor usa o termo 'pós-tradicional') e seu impacto global. Aquilo que antes era inerente ao local, gradualmente deixa de existir ou vai se espalhando de forma global, criando fortes instituições econômicas e influenciando a vida social de forma cada vez mais integrada.

Tal período caracteriza-se também por três fontes dominantes: a separação entre o tempo e o espaço (que permite mapeamentos temporais e espaciais); o desenvolvimento de mecanismos de 'desencaixe' (que retira a atividade social de contextos localizados); e a apropriação reflexiva do conhecimento (distanciando a vida social da tradição para uma produção de conhecimento sistemático). Além disso, a modernidade possui quatro dimensões institucionais: capitalismo (acumulação de capital no contexto de trabalho e mercados de produtos competitivos), industrialismo (transformação da natureza), poder militar (controle dos meios de violência no contexto da industrialização da guerra), e vigilância (controle da informação e supervisão social) (GIDDENS, 1991).

Assim, a 'pós-modernidade'⁸ corresponde a um dos termos utilizados para designar o período sócio-histórico seguinte, que caracteriza o final do século XX e

⁸ Como Giddens (1991) indica, é preciso usar o termo 'pós-modernidade' para se referir ao fenômeno das mudanças institucionais que afetam o desenvolvimento social. Quando se fala em 'pós-modernismo', está se referindo ao movimento presente nas artes plásticas, literatura e arquitetura.

início do século XXI. O sociólogo John Lechte (2002), em sua obra *50 Pensadores Contemporâneos Essenciais: do Estruturalismo à Pós-Modernidade*, comenta que a teorização sobre a pós-modernidade encontra-se principalmente no livro clássico do filósofo francês Jean-François Lyotard, denominado *A Condição Pós-Moderna* (ou *O Pós-moderno*, como foi inicialmente traduzido em sua primeira edição).

Segundo o autor, as características da pós-modernidade são marcadas por uma perda de credibilidade no conceito de sociedade enquanto unicidade, quando também se sobressai uma crescente incredulidade acerca da legitimação de ‘metanarrativas’. Como cita Lechte (2002, p. 273),

Essas metanarrativas (por exemplo: toda sociedade existe para o bem de seus membros; o todo une as partes; a relação entre as partes é justa ou injusta dependendo da situação) fornecem uma teleologia que legitima tanto o elo social quanto o papel da ciência e do conhecimento com relação a ela. Uma metanarrativa, então, fornece um propósito ‘crível’ para ação, ciência ou sociedade como um todo. Em um nível mais técnico, uma ciência é moderna se tenta legitimar suas próprias regras por intermédio de referência a uma metanarrativa – isto é, uma narrativa fora de sua própria esfera de competência.

As ‘metanarrativas’ são, portanto, as ‘narrativas por trás das narrativas’ (Lyotard (2004) também se refere a elas como as ‘grandes narrativas’ ou ‘grandes relatos’). São os grandes discursos que constituem o mundo em uma determinada época, e que representam um pensamento vigente, que pretende explicar o conhecimento existente e representar uma verdade absoluta sobre o universo.

Lechte (2002) cita que duas metanarrativas influentes, por exemplo, são a ideia de que o conhecimento é produzido para si mesmo ou a ideia de que o conhecimento é produzido para uma pessoa-sujeito em busca de emancipação. O autor comenta então que a pós-modernidade contesta esses objetivos do conhecimento, pois nenhuma prova definitiva está disponível para resolver possíveis disputas entre eles.

Como o próprio Lyotard (2004, p. 15) comenta, “pós-moderna” é a posição do saber e “[...] o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX”. Em seu livro, o autor situa essas transformações partindo de um ponto de vista que supõe a ‘crise dos relatos’. Segundo Lyotard (2004), a partir do surgimento da ciência, a maior parte dos relatos anteriores tornou-se ‘fábulas’ perante seus critérios. Porém, seus próprios critérios precisam ser legitimados por algum tipo de discurso, que viria

a ser a própria filosofia em vigor na época. Assim, a ciência moderna, utiliza, por exemplo, o relato do Iluminismo para justificar seus fins de forma política e ética, e legitimar seu saber.

Lyotard (2004) então comenta que isto implica uma filosofia da própria história, e um questionamento da validade das instituições que regem o vínculo social em determinada época. Para o autor, portanto: “a justiça relaciona-se assim com o grande relato, no mesmo grau que a verdade. Simplificando ao extremo, considera-se ‘pós-moderna’ a incredulidade em relação aos metarrelatos” (LYOTARD, 2004, p. xvi).

Esta ruptura também prevê então uma menor identificação com os grandes nomes da história, com as instituições e as tradições. Os ideais coletivos se perdem para uma finalidade individual. O indivíduo é entregue a si. Ainda assim, “o *si* mesmo é pouco, mas não está isolado; é tomado numa textura de relações mais complexa e mais móvel do que nunca” (LYOTARD, 2004, p. 28, grifo do autor).

Segundo o artigo *O conceito de pós-modernidade em Lyotard e a possibilidade da influência nietzschiana*, de Felipe Szyszka Karasek (2010, p. 79), Lyotard demonstra que o conceito de pós-modernidade está relacionado

[...] à abolição da ideia de verdade, que durante muitos anos foi uma das principais armas do poder. Nesse sentido, defende a ideia de um niilismo novo, possivelmente influenciado pelo conceito nietzschiano, em relação à inexistência de tais verdades. [...] O saber seria legitimado pela ciência, pelo virtual e pelo artificial. A verdade seria o resultado da vitória do discurso mais sedutor ou daquele mais forte para impor o seu discurso.

Lyotard (2004) entende, assim, que a sociedade pós-moderna está baseada numa pragmática de ‘jogos de linguagem’. Além disso, o avanço tecnológico prevê que a manutenção do poder por parte dos detentores seja guiada por uma noção de ‘otimização de performances’ para o melhor desempenho dos sistemas, instrumentalizando o saber.

No entanto, Lyotard (2004) comenta que o saber pós-moderno não é unicamente instrumento dos poderes, ele também é responsável por desenvolver a percepção das diferenças. Lechte (2002) comenta que, dentro da pós-modernidade, a ciência é mais bem compreendida como um ‘jogo de linguagem’ de Wittgenstein (a linguagem nunca é totalmente capturada por nenhum conceito ou teoria; a tentativa de captura acaba constituindo seu próprio jogo particular de linguagem), o que faz

com que grandes narrativas, que procuram dar uma voz única à multiplicidade de vozes componentes da sociedade, percam credibilidade.

A impossibilidade de representar ou expressar de forma simbólica a totalidade da realidade, em termos de narrativas e linguagem, faz surgir a necessidade de adotar abordagens regionais (e não universais) da história, política, linguagem, arte, sociedade: o universo não é mais único, mas sim, uma pluralidade de vários universos menores. Segundo Lechte (2002), qualquer tentativa de universalidade de um conceito resulta em totalitarismo, exclusão da alteridade, e silenciamento de vozes diferentes daquela que determina o conceito. De acordo com o autor,

Filósofos, matemáticos e cientistas hoje reconhecem os paradoxos que surgem quando uma afirmação geral sobre o mundo é forçada a considerar seu próprio lugar de enunciação. O pensamento de Lyotard em *Le Différend* é um antídoto valioso para o delírio totalitário de reduzir tudo a um único gênero, abafando, portanto, o diferente. Abafar a diferença é abafar novas formas de pensamento e ação (LECHTE, 2002, p. 277).

Lyotard (2004) comenta que outra característica pós-moderna é a incidência da tecnologia sobre o saber, que afeta tanto a pesquisa, quanto a transmissão de conhecimentos. Neste sentido, o autor comenta que o conhecimento passa a ser traduzido em quantidades de informação, e que a orientação das pesquisas passa a considerar uma nova forma de se comunicar: a linguagem das máquinas, dentro de um cenário de ‘informatização da sociedade’.

Além disso, acontece uma progressiva mudança das funções de regulação e reprodução de informações, papel desempenhado até então exclusivamente pelo homem, e que começa a ser transferido para a máquina: “a grande questão vem a ser e será a de dispor das informações que estes [os autômatos] deverão ter na memória a fim de que boas decisões sejam tomadas” (LYOTARD, 2004, p. 27).

É importante ressaltar que o livro de Lyotard foi escrito originalmente em 1979, uma época em que a computação e a informática ainda davam seus primeiros passos na popularização de seus conceitos e produtos. A *web* ainda não existia, e o conceito de comunicação e informação em rede, tal qual temos hoje, ainda estava longe de se manifestar. Ao mesmo tempo, os discursos de Lyotard sobre a ‘informatização da sociedade’ coincidem com uma primeira manifestação da consciência de se estar entrando no que mais tarde tornaria a ser denominada pela

literatura de 'sociedade da informação' ou a 'era da informação' (que será discutida posteriormente).

Ademais, Lyotard (2004, p. 4-5) parece antecipar características tão presentes agora, como, por exemplo, o que ele denomina de 'exteriorização do saber': "O antigo princípio segundo o qual a aquisição do saber é indissociável da formação (*Bildung*) do espírito, e mesmo da pessoa, cai e cairá cada vez mais em desuso". Ou seja, a educação, enquanto forma de adquirir conhecimento, passa ser utilitária, movida para fins profissionais, sociais ou financeiros, dentro de um ambiente orientado ao mercado e ao tecnicismo.

Neste sentido, o saber deixa de ter o fim em si mesmo, e passa a ser moeda de troca, força de produção econômica, objeto de disputa política, instrumento para a realização de alguma ação. De acordo com Lyotard (2004), 'saber' então se torna sinônimo de 'poder'.

Podem-se supor algumas relações dessa instrumentalização do saber com o contexto da disseminação de conteúdo na *web*. A forma 'instrumental' como a informação é utilizada nas redes sociais, demonstra um hábito já desenvolvido há alguns anos, e o qual é uma das funções básicas do mecanismo de busca Google: responder dúvidas pontuais da forma mais rápida e sintetizada possível.

Talvez a última consequência da instrumentalização seja o que demonstra a pesquisa apresentada pela jornalista Jacqueline Lafloufa (2016): se lê mais, mas com menos profundidade. É a informação usada apenas com o fim de possibilitar alguma ação do indivíduo dentro do ambiente coletivo, em um determinado momento.

De forma sintetizada, a pós-modernidade representa uma decadência dos valores criados na modernidade. Conforme Karasek (2010) ilustra, a modernidade é caracterizada pela criação de verdades e leis pelas ciências, e a idealização de um bem comum geral. Já a pós-modernidade se caracteriza pela presença de dúvida, desconstrução, perspectiva, desconfiança, interpretação, ausência de verdades, suspeitas. Enquanto na modernidade o conhecimento era revelador do saber e emancipatório, baseado em justificações metafísicas; na pós-modernidade, o conhecimento se constrói a partir da problemática, incitando e provocando a dúvida e o exercício do pensamento.

Barbosa (2004, p. viii), que fez o texto inicial à primeira edição brasileira da obra de Lyotard, define que "o pós-moderno, enquanto condição da cultura nesta

era, caracteriza-se exatamente pela incredulidade perante o metadiscurso filosófico-metafísico, com suas pretensões atemporais e universalizantes”. O autor também comenta que

[...] o que temos é a crise de uma noção central nos dispositivos de legitimação e no imaginário modernos: a noção de ordem. E com ela, assistimos à rediscussão da noção de ‘desordem’, o que por sua vez torna impossível submeter todos os discursos (ou jogos de linguagem) à autoridade de um metadiscurso que se pretende a síntese do significante, do significado e da própria significação, isto é, universal e consistente (BARBOSA, 2004, p. xi).

Portanto, surge o questionamento do que está por trás dos mecanismos que informam e formam os indivíduos em uma sociedade, e de como o conhecimento se justifica e se torna onipotente. Na pós-modernidade, qualquer discurso ou teoria que pretenda se fazer valer como verdade incontestável e representação do universo não possui condições para tal, pois é fruto de ‘engrenagens’ específicas de um determinado espaço e tempo. Com isso, um sentimento de ‘caos’ ou ‘desordem’ social, filosófica e epistemológica parece aparecer e levar as discussões sobre o conhecimento para outros caminhos.

De acordo com Lechte (2002, p. 273), “na era do computador, em que a complexidade é percebida como sempre crescente, a possibilidade de haver um fundamento lógico único, ou até mesmo duplo, para conhecimento e ciência, torna-se remota”.

A perda da confiança em verdades definitivas, porém, pode acabar instaurando um relativismo exagerado. Se o mundo e o conhecimento se resumem a uma disputa entre teorias igualmente válidas, o ceticismo e o pensamento crítico nada mais fazem que induzir ao caos e ao individualismo social, gerando uma atualizada Torre de Babel.

De fato, a comunicação e a linguagem são também preocupações centrais para Lyotard (2004, p. 29): “[...] numa sociedade em que a componente comunicacional torna-se cada dia mais evidente, simultaneamente como realidade e como problema, é certo que o aspecto da linguagem (*langagier*) adquire uma nova importância”. Neste sentido, o autor complementa afirmando que as mensagens são dotadas de formas e efeitos diferentes (podem ser denotativas, prescritivas, avaliativas, performativas, entre outras). Assim, uma mensagem transmitida será sempre algo a mais do que apenas uma comunicação da informação.

Embora seja um conceito muito utilizado em diversas pesquisas recentes⁹, a pós-modernidade ainda não forma um consenso epistemológico, e mesmo dentro da sociologia, se depara com algumas críticas e apontamentos. É o caso de Giddens (1991), que diz que a pós-modernidade sugere um fim – especificamente, o fim do período moderno. Porém, segundo o autor, a humanidade não se encontra num período ‘além’ da modernidade, e sim, vivenciando sua fase de radicalização. Segundo Giddens (1991, p. 12-13), “em vez de estarmos entrando num período de pós-modernidade, estamos alcançando um período em que as consequências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes”.

É o que também levará o nome de ‘alta modernidade’.

3.1.2 A alta modernidade: reflexividade e radicalização em uma modernidade tardia

Giddens (1991) sugere que a noção de uma pós-modernidade vem da percepção de ‘descontinuidades’ da história humana, que não possui uma forma homogênea de desenvolvimento e que, a partir da modernidade, causaram um desprendimento com os tipos tradicionais de ordem social, de uma forma jamais vista antes. Entre essas descontinuidades específicas da modernidade, Giddens (1991) cita o ritmo de mudança (dinâmico e extremo, não só na tecnologia, mas em todas as outras esferas), o escopo da mudança (em todo o mundo, devido à interconexão), e a natureza intrínseca das instituições modernas, que nunca foram vistas em outros períodos históricos (como o sistema político Estado-nação, a transformação em mercadoria de produtos e o trabalho assalariado).

Giddens (1991) critica que a ideia de uma pós-modernidade, que estaria rompendo com toda uma estrutura social anterior, se dá principalmente devido à influência das teorias evolucionistas que colocam em forma de enredo único e ordenado os acontecimentos humanos até então. Segundo Giddens (1991, p. 15),

A história não tem a forma ‘totalizada’ que lhe é atribuída por suas concepções evolucionárias [...]. Desconstruir o evolucionismo social significa aceitar que a história não pode ser vista como uma unidade, ou

9 Só na BRAPCI, o resultado para as palavras ‘pós-modernidade’, ‘pós-moderno’ e ‘pós-moderna’ apenas no título, resultaram em mais de quarenta artigos. Na Scielo, foram quase 150 artigos e no Portal de Periódicos da Capes, quase 600 artigos. No Google Acadêmico, a palavra em inglês (postmodernity) resulta em 77.900 resultados.

como refletindo certos princípios unificadores de organização e transformação. Mas isto não implica que tudo é caos ou que um número infinito de 'histórias' puramente idiossincráticas pode ser escrito. Há episódios precisos de transição histórica, por exemplo, cujo caráter pode ser identificado e sobre os quais podem ser feitas generalizações.

Além disso, o abandono da crença nas narrativas históricas, na epistemologia, na ideia de progresso e na própria ciência, parece levar a teoria pós-moderna a não validar sua própria existência. Se a pós-modernidade sugere o fim da história, ou fim das grandes narrativas, ela mesma não pode existir enquanto movimento histórico: "falar de pós-modernidade como suplantando a modernidade parece invocar aquilo mesmo que é (agora) declarado impossível: dar alguma coerência à história e situar nosso lugar nela" (GIDDENS, 1991, p. 53).

Giddens (1991, p. 52) assim sintetiza a ideia de pós-modernidade difundida:

[...] descobrimos que nada pode ser conhecido com alguma certeza, desde que todos os 'fundamentos' preexistentes da epistemologia se revelaram sem credibilidade; que a 'história' é destituída de teleologia e conseqüentemente nenhuma versão de 'progresso' pode ser plausivelmente defendida; e que uma nova agenda social e política surgiu com a crescente proeminência de preocupações ecológicas e talvez de novos movimentos sociais em geral.

O autor cita que o niilismo de Nietzsche e Heidegger foi a primeira corrente teórica a aparentemente desenhar os primeiros traços de alguma 'pós-modernidade', enquanto crítica da própria modernidade e do Iluminismo. Criticava, principalmente, a noção de 'superação crítica' iluminista, que abordava a ideia de que a modernidade entendeu a história como uma apropriação progressiva da racionalidade do conhecimento. Porém, segundo Giddens (1991), Nietzsche viveu mais de um século antes da ideia de pós-modernidade surgir. O autor, assim, avalia que a crítica da modernidade faz parte de um processo de reflexão sobre ela, e não de superação, como a ideia da pós-modernidade sugere.

Giddens (1991) comenta que a ruptura com a aceitação de fundamentos, presente na ideia de pós-modernidade, já fazia parte no século XIX do pensamento filosófico. Se o Iluminismo ofereceu uma crítica aos dogmas da tradição, as correntes filosóficas posteriores (em especial, o niilismo) ofereceram uma crítica da razão em si, buscando um afastamento da crença total nos sentidos (movimento conhecido como 'empirismo') como forma de verdade para obtenção do conhecimento. Segundo Giddens (1991, p. 54),

[...] as sementes do niilismo estavam no pensamento iluminista desde o início. Se a esfera da razão está inteiramente desagrilhoada, nenhum conhecimento pode se basear sobre um fundamento inquestionado, porque mesmo as noções mais firmemente apoiadas só podem ser vistas como válidas 'em princípio' ou 'até ulterior consideração'. De outro modo elas reincidiriam no dogma e se separariam da própria esfera da razão que determina qual validade está em primeiro lugar.

Para Giddens (1991), a pós-modernidade proposta por Lyotard, ao terminar com as grandes narrativas, termina também com a ideia de um passado definitivo e um futuro 'predizível' inseridos na história. Além disso, a reivindicação plural e heterogênea do conhecimento da perspectiva pós-moderna, desloca o lugar privilegiado da ciência e questiona a validação do conhecimento. Giddens (1991) menciona que, porém, é possível demonstrar a existência de epistemologias coerentes e de conhecimentos generalizáveis sobre a vida social e padrões de desenvolvimento sociais, como na filosofia de Jurgen Habermas. O autor, no entanto, prefere utilizar uma interpretação que chama de 'descontinuista' do desenvolvimento social moderno, para mostrar que a sensação de desorientação na tentativa de obter um conhecimento sistemático sobre a organização social, e a falta de controle sobre o universo de eventos atuais, não são resultantes de uma mudança de períodos, mas sim, da chegada de um período em que as consequências da modernidade estão sendo sentidas mais do que antes.

Giddens (1991) também argumenta que uma confusão entre o que é 'história' e o que é 'historicidade' leva ao pensamento de que existe uma ruptura da narrativa, como a pós-modernidade define. De acordo com Giddens (1991, p. 55),

A 'história' não tem forma intrínseca nem teleologia total. Uma pluralidade de histórias pode ser escrita, e estas não podem ser ancoradas por referência a um ponto arquimediano (tal como a ideia de que a história tem uma direção evolucionária). A história não deve ser equacionada à 'historicidade', pois esta última está claramente ligada às instituições da modernidade.

Giddens (1991) então afirma que um fenômeno de 'circularidade da razão' marca a modernidade, de uma forma em que o constante questionamento do que ela representa mostra sua própria complexidade. Segundo o autor, o que está em jogo no atual momento é um fenômeno de **reflexividade** inerente à própria modernidade.

Sobre o que vem a ser a 'reflexividade' em si, Giddens (1991) determina como um processo de constante exame e reforma à luz de novas informações sobre uma determinada questão, alterando com o tempo a sua constituição. Ou seja, a noção que a sociedade tem de si, e de suas práticas, vai sendo renovada conforme ela constrói mais conhecimento sobre ela mesma.

Assim, Giddens (1991) comenta também que a 'historicidade', ou seja, o uso do passado para moldar o presente e orientar o futuro (de forma que haja um rompimento total ou parcial com o primeiro), é um fenômeno próprio da modernidade. Mais especificamente, um fenômeno da reflexividade da modernidade. Dentro deste contexto, mapeia-se a história com sequências entre datas, codificando a temporalidade para mapear também, futuros possíveis, desejáveis ou disponíveis. São características do que Giddens (1991) chama de 'alongamento tempo-espço',

A 'reflexividade da modernidade' que Giddens (1991) propõe é, assim, uma característica essencial da fase que ele chama de 'radicalização' da mesma, representando a atual realidade social e histórica da humanidade, e contrastando com o que Lyotard (2004) propõe como 'pós-modernidade'. Se para Lyotard (2004) há uma transição de períodos, para Giddens (1991) há apenas uma 'conscientização' de um período que não só não acabou como também está em seu auge, em seu extremo, em sua forma mais radical e íntegra.

Segundo Giddens (1991, p. 56-57),

A ruptura com as concepções providenciais¹⁰ da história, a dissolução da aceitação de fundamentos, junto com a emergência do pensamento contrafactual orientado para o futuro e o 'esvaziamento' do progresso pela mudança contínua, são tão diferentes das perspectivas centrais do Iluminismo que chegam a justificar a concepção de que ocorreram transições de longo alcance. Referir-se a estas, no entanto, como pós-modernidade, é um equívoco que impede uma compreensão mais precisa de sua natureza e implicações. As disjunções que tomaram seu lugar devem, ao contrário, ser vistas como resultantes da auto-elucidação do pensamento moderno, conforme os remanescentes da tradição e das perspectivas providenciais são descartados. Nós não nos deslocamos para além da modernidade, porém estamos vivendo precisamente através de uma fase de sua radicalização.

Segundo Giddens (1991, p. 58, grifo do autor), a radicalização da modernidade cria uma nova experiência no social e caracteriza-se principalmente

10 Para Giddens (2002, p. 33), a razão providencial surgiu em eras pré-modernas e é "[...] a ideia de que o aumento da compreensão secular da natureza das coisas intrinsecamente leva os seres humanos a uma existência mais segura e satisfatória".

pela “[...] **dissolução do evolucionismo, o desaparecimento da teleologia histórica**, o reconhecimento da **reflexividade meticulosa, constitutiva**, junto com **a evaporação da posição privilegiada do Ocidente**”. Sobre este último aspecto, o autor comenta que ele que faz parte do processo de disseminação global das instituições que surgiram na modernidade. Se a modernidade previa um projeto de globalização, este está plenamente alcançado em sua radicalização.

Giddens (1991; 1997; 2002) denomina então de ‘alta modernidade’, ou ‘modernidade tardia’, esse processo de radicalização e ‘reflexividade’ da mesma. Giddens (2002) propõe que apesar do surgimento das instituições modernas ser reconhecido há certo tempo, é apenas no final do século XX que se percebe que elas são mais complexas e problemáticas do que se havia suposto, o que leva a novos questionamentos sobre a natureza da modernidade e seus mecanismos de atuação. Essa reflexividade sobre a modernidade traz uma nova demarcação sócio-histórica, que Giddens (2002) chama de alta modernidade, ou modernidade tardia.

Segundo Giddens (2002, p. 32),

a alta modernidade é caracterizada pelo ceticismo generalizado juntamente à razão providencial, em conjunto com o reconhecimento de que a ciência e a tecnologia têm dois gumes, criando novos parâmetros de risco e perigo ao mesmo tempo em que oferecem possibilidades benéficas para a humanidade. [...] [Na alta modernidade] não só ocorrem processos de mudanças mais ou menos profundos; a mudança não se adapta nem à expectativa nem ao controle humano.

Para Giddens (2002), o pensamento moderno de que o ambiente social e natural estaria cada vez mais sujeito ao ordenamento racional é confrontado na alta modernidade. Ademais, “na alta modernidade, a influência de acontecimentos distantes sobre eventos próximos, e sobre as intimidades do eu, se torna cada vez mais comum. A mídia impressa e eletrônica obviamente desempenha um papel central” (GIDDENS, 2002, p. 12).

Pode-se concluir então, que o autor defende que todos os sintomas do atual estágio da sociedade são reflexos do complexo e completo funcionamento da modernidade. Assim, a ‘alta modernidade’, ou a ‘modernidade tardia’, indica que a modernidade está em pleno funcionamento, que envolve sua radicalização (a intensificação dos seus efeitos e características) e sua reflexividade (a consciência de sua própria existência e funcionamento). Para Giddens (1991), uma ‘pós-modernidade’ ainda parece utópica, na medida em que precisaria transcender de

forma efetiva as quatro dimensões da modernidade (capitalismo, industrialismo, vigilância e poder militar) para realmente 'ir além' dela.

3.1.3 A modernidade líquida

Já segundo Zygmunt Bauman (2001), outro importante sociólogo contemporâneo, 'modernidade líquida' seria a melhor expressão para caracterizar o atual período sócio-histórico da humanidade. Segundo o autor, são características dos líquidos uma leveza inerente à sua mobilidade e inconstância, à sua forma em constante mudança e adaptação; e seu desapego com o espaço e despreendimento do tempo – ainda que seja justamente o tempo o que mais importe em seu deslocamento. Assim, a leveza, a fluidez, a volatilidade, a constante transformação são algumas das características que Bauman (2001) define como principais nas relações presentes dentro da atual sociedade moderna.

Bauman (2001) analisa que certa 'liquidez' sempre foi característica da modernidade, uma vez que seu início pretendeu 'derreter os sólidos' da tradição e se emancipar do seu passado para, assim, criar seus próprios sólidos, que supostamente tornariam o mundo previsível, controlado e administrável. No entanto, surge uma nova ordem econômica, que torna as relações sociais ainda mais complexas, e que não só fez homem perceber que a racionalidade moderna estava longe ainda de 'controlar' e 'prever' o mundo, como também deixou uma futura nova possibilidade de mudança social muito mais remota.

Para Bauman (2001), o novo modo de vida imposto pela modernidade se diluiu em complexos mecanismos de poder e de manutenção do sistema vigente, de modo que se tornou difícil identificar um 'alvo' específico para atribuir o 'peso' da responsabilidade do sistema, ou mesmo, para derrubar e, assim, começar uma nova ordem.

De acordo com o autor,

Se o tempo das revoluções sistêmicas passou, é porque não há edifícios que alojem as mesas de controle do sistema, que poderiam ser atacados e capturados pelos revolucionários; e também porque é terrivelmente difícil, para não dizer impossível, imaginar o que os vencedores, uma vez dentro dos edifícios (se os tivessem achado), poderiam fazer para virar a mesa e pôr fim à miséria que os levou à rebelião (BAUMAN, 2001, p. 12).

Assim, Bauman (2001) afirma que o papel de ‘derretimento dos sólidos’ inicial que a modernidade instaurou, se esvai de sua ação política de transformação social justamente para ser direcionado à dissolução das forças de mudança da ordem e do sistema. Na modernidade líquida, derretem-se “[...] os elos que entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas – os padrões de comunicação e coordenação entre as políticas da vida conduzidas individualmente, de um lado, e as ações políticas de coletividades humanas, de outro” (BAUMAN, 2001, p. 12).

Bauman (2001), por comparação, chama então o início da modernidade de ‘sólida’ ou ‘modernidade pesada’, que também é a ‘era do *hardware*’. A modernidade líquida é, portanto, a ‘modernidade leve’, ou a ‘era do *software*’. Durante a modernidade sólida, a racionalização começou a tomar o lugar da tradição, causando diversas mudanças na manutenção do mundo social. Nesta fase da modernidade, as instituições sociais ainda desempenhavam uma ‘solidez’ na sua relação com o indivíduo, agindo como referenciais na construção de sua identidade e na mediação de suas ações. É nesta etapa da modernidade que a racionalização das leis e da ciência se desenvolve progressivamente, e passa a ocupar o lugar da religião na provisão da moralidade e da ética.

Bauman (2001) comenta então que a modernidade presente no século XXI não é menos nem mais moderna que aquela encontrada no início do século XX. Ela é apenas diferente e nova, baseada principalmente em duas características: o colapso da ilusão moderna sobre seus fundamentos iniciais (como o progresso positivo, o equilíbrio dos mercados, a sociedade justa e sem conflitos, o domínio sobre o futuro), e a desregulamentação e privatização das tarefas e deveres modernizantes, que compõem um crescimento do individualismo e autoafirmação do eu perante a sociedade. Sobre este último ponto, Bauman (2001, p. 38) cita que, por exemplo, existe uma

[...] realocação do discurso ético/político do quadro da ‘sociedade justa’ para o dos ‘direitos humanos’, isto é, voltando o foco daquele discurso ao direito de os indivíduos permanecerem diferentes e de escolherem à vontade seus próprios modelos de felicidade e de modo de vida adequado.

A ‘individualização do mundo’ assim torna-se uma das principais características da ‘modernidade líquida’. Uma vez que o indivíduo viu-se livre das ‘amarras da tradição’, ocorre uma transformação nos valores sociais, que envolvem

mudanças nos campos do trabalho, da identidade, da ética, e da subjetividade. A liberdade possibilitada pela instauração da modernidade faz com que a responsabilidade das escolhas torne-se, assim, um problema individual. Assumindo suas escolhas e responsabilidades, o indivíduo traça seu próprio caminho e foca seus esforços em ações que reforcem sua identidade individualizada perante o mundo. O *'do it yourself'* americano surge como força motora do século.

Porém, o *'derretimento dos sólidos'* também faz com que exista a falta de pontos de referência sociais que direcionavam e amparavam o indivíduo em outras ocasiões. Segundo Bauman (2001, p. 14),

São esses padrões, códigos e regras a que podíamos nos conformar, que podíamos selecionar como pontos estáveis de orientação e pelos quais podíamos nos deixar depois guiar, que estão cada vez mais em falta. Isso não quer dizer que nossos contemporâneos sejam guiados tão somente por sua própria imaginação e resolução e sejam livres para construir seu modo de vida a partir do zero e segundo sua vontade, ou que não sejam mais dependentes da sociedade para obter as plantas e os materiais de construção. Mas quer dizer que estamos passando de uma era de *'grupos de referência'* predeterminados a uma outra de *'comparação universal'*, em que o destino dos trabalhos de autoconstrução individual está endêmica e incuravelmente subdeterminado, não está dado de antemão, e tende a sofrer numerosas e profundas mudanças antes que esses trabalhos alcancem seu único fim genuíno: o fim da vida do indivíduo.

Portanto, o indivíduo dentro da *'modernidade líquida'* também se torna *'líquido'* ao assumir diversas identidades nos variados ambientes em que ele atua ao longo de sua vida. É como se a teoria da adaptação evolutiva de Darwin estivesse agindo a cada instante no âmbito social, promovendo um constante dinamismo na identidade individual, a qual se porta de forma *'fluída'* conforme seus objetivos são criados e alcançados.

Segundo Bauman (2001), a ideia da pós-modernidade, ou do *'fim da história'*, vem justamente do fato de que a velocidade dos acontecimentos sociais (ou históricos) já está no patamar do *'instantâneo'*. O tempo rompe o espaço, e permite que nada mais seja exclusivamente local ou pertencente a certo momento (num sentido progressivo e facilmente demarcado). A tecnologia e a interconexão terminam de vez com as distâncias e promovem uma sensação de que as coisas estão sempre *'à disposição'* o tempo todo, para o uso instantâneo e pontual. O autor afirma que, assim, o *'nomadismo'* não só volta a ser não mais discriminado (como na modernidade sólida, quando a territorialização e o estabelecimento de fronteiras

físicas eram grandes preocupações), como também é utilizado em outras dimensões (econômicas, políticas) nessa nova forma de modernidade.

Para Bauman (2001), o desengajamento e a fluidez presentes na modernidade líquida são as formas que atualmente o poder tem de ser exercido, e que justamente, por sua 'liquidez', torna-se difícil de ser rastreado, responsabilizado, combatido e identificado. Enquanto isso, o consumo mercadológico também aumenta, oferecendo cada vez mais alternativas descartáveis para usos momentâneos, em que a quantidade vai sobrepondo a qualidade. E assim também se configuram as relações humanas na modernidade líquida: fáceis, frágeis, leves, transitórias, fugazes e utilitárias. Para Bauman (2001), se assim prosseguir, sem impedimentos e contradições, o cenário social se transformará num pesadelo distópico.

3.1.4 Breves considerações

Independentemente da terminologia utilizada, percebe-se nos discursos sociológicos relatados a ideia de que uma mudança (em maior ou menor ênfase) vem acontecendo a partir do século XX, e seus principais efeitos começaram a ser sentidos e discutidos perto da transição para o século XXI. Essa mudança tem a ver com a quebra de paradigmas que sustentavam o ideal moderno no momento da sua criação, e que agora, décadas depois, não bastam mais para representar o atual momento da humanidade.

Pode-se notar também, que apesar de estabelecerem diferentes perspectivas críticas, os discursos de Lyotard, Giddens e Bauman apresentam um *continuum* teórico decorrente da própria questão temporal de produção de cada autor. Lyotard desenvolveu sua teoria pós-moderna na entrada da década de 1980, Giddens tratou das consequências da modernidade na década seguinte, e Bauman criou sua ideia de modernidade líquida no início do século XXI. Assim, a apropriação natural de discursos anteriores (seja para reforçá-los ou refutá-los) acaba criando, direta ou indiretamente, uma complementação teórica que alimenta o constante reexame dos fenômenos sociais (remetendo, assim, à 'reflexividade' característica da atual modernidade, segundo Giddens (1991)).

Voltando, então, à questão da reflexividade de Giddens (1991), que determina um constante reexame da identidade e dos fenômenos sociais conforme novas

informações são produzidas, pode-se imaginar que a discussão sobre a (pós) (alta) modernidade (líquida) não só ainda está em pleno andamento, como sua dinâmica é ainda mais rica, rápida e complexa do que em qualquer momento anterior – pois não só há mais informações sendo produzidas a cada momento que passa, mas a velocidade de produção também é maior.

Portanto, a ‘informatização’ da sociedade proposta por Lyotard (2004) alcança o ‘limite natural da velocidade do movimento’, ou seja, a instantaneidade de Bauman (2004). Se existe assim um grande problema central comum nos discursos sociológicos que determina grande parte das mudanças na modernidade, este, sem dúvida, está associado ao movimento tecnológico. A tecnologia desponta como grande motor revolucionário de mudança do século XX, transformando os meios de produção e a forma como o indivíduo se situa no mundo. Essa tecnologia, baseada em princípios matemático-computacionais, permite a produção massiva, contínua e crescente de informação.

3.2 CIBERCULTURA E SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Segundo Giddens (1991), a ‘sociedade da informação’ surge como um dos termos possíveis que anunciam um novo tipo de sistema social emergente da transição ocorrida no final do século XX, correspondente às mudanças da modernidade. Segundo o autor, os debates sobre esse termo sugerem que há um deslocamento “[...] de um sistema baseado na manufatura de bens materiais para outro relacionado mais centralmente com informação” (GIDDENS, 1991, p. 12). É então a ‘sociedade da informação’ que consolida a mudança socioeconômica focada na produção de bens industriais (frutos da Revolução Industrial) para a produção de bens informacionais.

Luciano Floridi (2010b), filósofo italiano que teoriza a ‘Filosofia da Informação’ (e que será mais bem apresentado no capítulo seguinte), comenta que a história possui várias métricas para ordenar o tempo e seus acontecimentos. Algumas são naturais e circulares (como as estações do ano ou a movimentação da Terra em torno do Sol), outras são lineares (como os acontecimentos sociais e políticos. Por exemplo, a ascensão de um determinado rei). E, “ainda outras, são religiosas e possuem um formato em V, contando os anos antes e depois de um determinado evento, como o nascimento de Cristo” (FLORIDI, 2010b, p. 3, tradução nossa).

Essas métricas são fundamentais para a humanidade se situar, temporalmente e socialmente, e perceber as noções de presente, passado e futuro – que por ordenarem o tempo, também ordenam a mente.

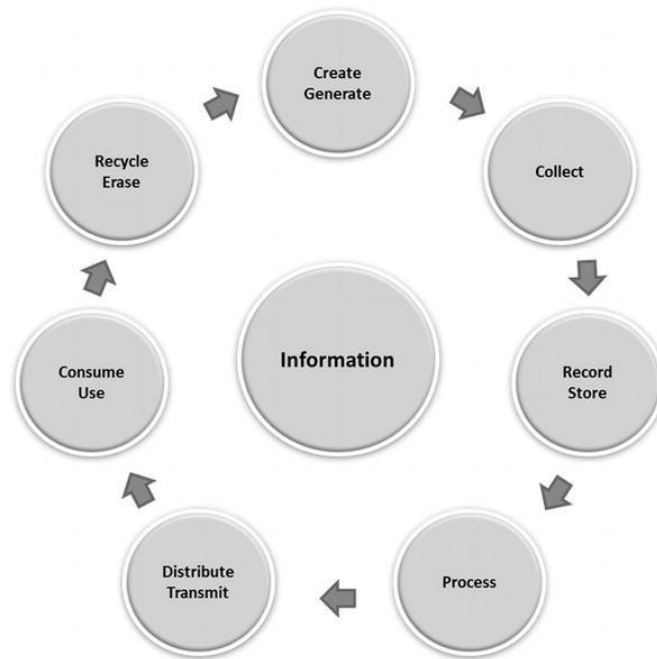
Ainda para o autor, existem períodos que englobam outros períodos menores, nomeados por algum fator marcante como a Era Vitoriana, a Guerra Fria, e a Era Nuclear. Assim, Floridi (2010b) indica que todas as métricas possuem em comum o fato de que dependeram do desenvolvimento de sistemas que de alguma forma registrassem os eventos¹¹, para assim, acumular e transmitir a informação sobre o passado.

Segundo o autor, isso faz com que se possa argumentar que variadas formas de ‘sociedades da informação’ sempre tenham existido, pelo menos desde a invenção da escrita na Mesopotâmia e outras regiões, em 4000 a.C.: “Sem registros, não existe história, então a história é na verdade um sinônimo da era da informação, uma vez que a pré-história é aquela era no desenvolvimento humano que precede a disponibilidade de sistemas de registro” (FLORIDI, 2010b, p. 3, tradução nossa).

Porém, segundo Floridi (2010b), o que realmente caracteriza a atual noção de ‘sociedade da informação’ são as questões relacionadas ao que o autor denomina de ‘revolução da informação’. Para Floridi (2010b, p. 4), “somente muito recentemente o progresso e bem-estar humanos começaram a depender principalmente de uma bem sucedida e eficiente gestão do ciclo de vida da informação”. Esse ciclo de vida da informação, de acordo com o autor, inclui as seguintes fases: ocorrência (descoberta, criação, etc.), transmissão (distribuição, acesso, etc.), processamento e gerenciamento (coleta, validação, modificação, organização, classificação, armazenamento, etc.), e uso (aprendizado, instrução, análise, etc.), conforme exemplificado pela Figura 1:

11 Seja de forma oral ou escrita, conforme será detalhado posteriormente de acordo com o discurso de Lévy (2010).

Figura 1 – Típico ciclo de vida da informação



Fonte: Floridi (2010b, p. 5).

Para Floridi (2010b), desde a invenção da escrita, as TIC, que antes eram apenas sistemas de registro, passaram a ser também sistemas de comunicação (a partir da invenção da imprensa), e sistemas de processamento e produção (a partir da difusão dos computadores). Desde então, as sociedades têm se organizado e se desenvolvido em torno de serviços e questões informacionais. Floridi (2010b) cita como exemplo que todos os países membros do G7 (Estados Unidos, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão e Reino Unido) possuem pelo menos 70% do seu Produto Interno Bruto (PIB) dependentes de bens intangíveis relacionados a informação, o que acaba os qualificando, de fato, como exemplos autênticos de ‘sociedades da informação’¹².

O desenvolvimento da sociedade da informação possibilitou o surgimento de vários dilemas, e de um novo questionamento filosófico sobre a existência humana no mundo. Floridi (2010b) comenta que, se de um lado ele possibilitou grandes avanços na ciência, economia e educação, trazendo benefícios, bem-estar e prosperidade; de outro, trouxe riscos e impasses envolvendo fatores como a

¹² O autor ainda cita que a humanidade acumulou 12 exabytes (1 exabyte equivale a 10¹⁸ bytes) de dados em toda sua história até a mercantilização dos computadores, e que este número estava em 988 exabytes em 2010, o que configuraria o início de uma ‘era do zettabyte’ (1 zettabyte equivale a 1000 exabytes) (FLORIDI, 2010b).

natureza da realidade, a organização de uma sociedade digital justa, as responsabilidades e obrigações com as futuras gerações, a questão da globalização e as próprias possibilidades de interação com este novo ambiente.

Floridi (2010b, p. 8, tradução nossa) discorre:

Como o Grupo Europeu de Ética em Ciência e Novas Tecnologias (EGE) e o Observatório da UNESCO sobre a Sociedade da Informação têm bem documentado, as TIC têm feito a criação, gerenciamento e utilização da informação, comunicação e recursos computacionais, questões vitais não só em nosso entendimento do mundo e de nossas interações com ele, mas também em nossa autoavaliação e identidade.

O impacto das TIC na atual sociedade é tão profundo, que Floridi (2010b) afirma que elas estão 're-ontologizando' o mundo, no sentido de estarem transformando sua natureza intrínseca.

Floridi (2010b), assim, analisa que três revoluções científicas tiveram grande impacto no entendimento do mundo e de quem somos: a teoria heliocêntrica de Copérnico, a seleção natural de Darwin, e a descoberta do inconsciente de Freud. Copérnico (1473-1543) deslocou a Terra e a humanidade do centro do universo, Darwin (1809-1882) tirou a humanidade do centro do reino animal, e Freud (1856-1939) mostrou que não somos totalmente transparentes a nós mesmos (contrariando o pensamento de Descartes). Assim, o homem não é imóvel e centro do universo, não é diferente do resto dos animais (possui o mesmo ancestral comum), e não é uma entidade agindo isoladamente.

De acordo com Floridi (2010b), a quarta revolução foi aquela causada pela ciência da computação (e, portanto, tendo como representante Alan Turing (1912-1954)) e pelo surgimento das TIC, que exerceram forte influência em uma nova forma de o homem entender a si mesmo e o mundo à sua volta.

Entender o mundo do ponto de vista informacional consiste em reordenar a realidade e a história em torno de um ambiente composto por dados, processos, agentes e conexões. Consiste em perceber que o desenvolvimento humano se dá por meio de interações informacionais que acontecem em seu sistema cognitivo. E que, portanto, também afetam o desenvolvimento social. Consiste também em perceber que a realidade não é mais sempre tangível ou material, e está cada vez mais dinâmica e associada a um ambiente digital. De acordo com Floridi (2010b, p. 12, tradução nossa),

nós estamos modificando nossa perspectiva diária sobre a natureza final da realidade, isto é, nossa metafísica, de materialista, em que objetos e processos físicos têm papel fundamental, para uma informacionalista. Essa mudança significa que os objetos e processos são 'des-fisicalizados' no sentido de que eles tendem a ser vistos com independentes de suportes [...].

Sendo assim, o próprio critério filosófico de existência acaba assumindo um novo sentido, já que ele não pode mais corresponder às antigas premissas (como a exigência dos gregos de ser imutável para poder existir, ou da filosofia moderna, de ter que ser perceptível empiricamente pelos cinco sentidos). A nova condição de existência passa a ser a possibilidade de interação, mesmo que essa interação seja indireta e que o objeto seja intangível (FLORIDI, 2010b).

A sociedade da informação é, assim, entendida como a presente revolução científica em curso, responsável pela (e também consequência da) evolução do conhecimento humano. Dentro dela, existe um ambiente informacional constituído por processos informacionais, serviços e entidades – incluindo agentes informacionais e suas propriedades, interações e relações mútuas. Esse ambiente, Floridi (2010b) chama de 'infosfera'. Dentro dela, o homem habita enquanto um '*inforg*': organismo informacional (*information organism*) interconectado com outros *inforgs*, dividindo o ambiente também com agentes biológicos e artefatos que constrói.

Ainda que os primeiros passos da sociedade da informação tenham sido dados na primeira metade do século XX, a sua verdadeira consolidação pode ser atribuída à popularização da *internet* na década de 1990, e à criação de um mundo virtual decorrente da ocupação humana na rede: a infosfera apresenta, assim, seu (ciber)espaço e sua (ciber)cultura.

O surgimento da *internet* (sobretudo após as possibilidades surgidas a partir da *web 2.0*) permitiu a criação de comunidades virtuais¹³, e então, novas formas de relações sociais e aprendizados surgiram: o ciberespaço se compôs e permitiu também uma nova relação com a informação e os saberes, por meio da cibercultura.

De acordo com Lévy (2010, p. 17), o ciberespaço (também entendido como a rede em si)

13 Para Lévy (2010, p. 27), uma comunidade virtual "é um grupo de pessoas se correspondendo mutuamente por meio de computadores interconectados".

É o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo.

Pierre Lévy, reconhecido pensador e pesquisador sobre a *internet* e ambientes digitais, foi quem incorporou as palavras ‘ciberespaço’ e ‘cibercultura’ no vocabulário acadêmico e científico, a partir de obras como *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática* (lançada em 1990), *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço* (de 1994), *O que é o virtual?* (de 1995) e, principalmente, *Cibercultura* (de 1997).

Lévy (2010, p. 94) assinala, porém, que a palavra ‘ciberespaço’ foi realmente criada no romance de ficção científica de William Gibson, chamado *Neuromancer* (de 1984): “No livro, esse termo designa o universo das redes digitais, descrito como campo de batalha entre as multinacionais, palco de conflitos mundiais, nova fronteira econômica e cultural”. O caráter informacional do ciberespaço é o que destaca sua essência e finalidade: “[...] O ciberespaço de Gibson torna sensível a geografia móvel da informação, normalmente invisível”. Ainda segundo Lévy (2010, p. 95), “[...] o caráter plástico, fluido, calculável com precisão e tratável em tempo real, hipertextual, interativo e, resumindo, virtual da informação que é, parece-me, a marca distintiva do ciberespaço”.

Instaurado este novo ambiente de vivência, o ser humano logo o compõe com suas características e produções semânticas. Assim, “[...] o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” é o que Lévy (2010, p. 17) determina como ‘cibercultura’.

Portanto, o ciberespaço e a cibercultura parecem representar o atual estágio dentro da evolução cultural humana, e a consequência de todo o tempo em que esta já permanece ocupando o seu lugar no universo.

Conforme explica Lévy (2010), entre o tempo percorrido no último século (de 1900 a 2000), o número de pessoas na Terra quadruplicou: de pouco mais de um bilhão e meio para mais de seis bilhões. Esse crescimento global sem precedentes históricos trouxe à humanidade a necessidade de cada vez mais disputar espaço e entrar em confronto com o outro. Esse confronto propõe duas saídas: a extinção do outro e perda do valor da vida humana (representada pela guerra), ou a exaltação do

indivíduo e valorização do humano em uma harmonia coletiva. A invenção das telecomunicações implica, assim, “[...] o reconhecimento do outro, a aceitação e ajuda mútuas, a cooperação, a associação, a negociação, para além das diferenças de pontos de vista e de interesses” (LÉVY, 2010, p. 14).

Se a linguagem pode ser considerada uma das maiores habilidades do ser humano, a criação da técnica inevitavelmente passaria em algum momento a ser focada na comunicação. Assim, a tecnologia, atualmente, caminha cada vez mais em direção a essa união comunicacional:

As telecomunicações são de fato responsáveis por estender de uma ponta à outra do mundo as possibilidades de contato amigável, de transações contratuais, de transmissões de saber, de trocas de conhecimentos, de descoberta pacífica das diferenças (LÉVY, 2010, p. 14).

De acordo com Lévy (2010), o processo histórico da comunicação sempre girou em torno de três fatores semânticos: universalidade, totalização e contexto. Primeiramente, nas sociedades orais, a transmissão da informação era feita sempre de forma contextualizada, pois as informações eram recebidas no mesmo contexto em que eram produzidas.

Após o surgimento da escrita, porém, os textos separaram a informação do contexto em que essa fora produzida. Se uma informação lida pode ter sido produzida séculos antes ou a milhares de quilômetros de distância do leitor, então problemas de recepção e interpretação podem ocorrer.

No entanto, alguns textos foram concebidos visando preservar o sentido independentemente do contexto em que fossem lidos: são as mensagens universais, como a ciência e as religiões. Porém, essa universalidade na escrita só pode ser atingida devido a uma redução ou fixação do sentido, o que leva a uma totalização. A totalização prevê um fechamento semântico da mensagem, reduzindo sua possibilidade de mutações e significados.

A próxima etapa, com o surgimento do hipertexto¹⁴ e da cibercultura, é o retorno da informação contextualizada, contudo, em outra escala totalmente diferente. Agora, a produção e recepção da mensagem acontecem de forma sincronizada e no mesmo local: o ciberespaço. Outra diferença significativa é que,

14 Para Lévy (2010, p. 27), “o hipertexto é um texto em formato digital, reconfigurável e fluido. Ele é composto por blocos elementares ligados por links que podem ser explorados em tempo real na tela”.

segundo Lévy (2010), o ciberespaço também universaliza, mas sem totalizar. Ou seja, há uma distribuição generalizada da informação, mas sem nenhum limite semântico, pois ela acaba sendo continuamente reconfigurada pelos seus usuários, dentro do universo em constante transformação que é o ciberespaço. Isto ocorre porque sua esfera de informações é acessada em todos os cantos do mundo, ao mesmo tempo em que os sentidos das informações são continuamente reconstruídos, reestruturados e ressignificados.

Como explica Lévy (2010, p. 15),

A nova universalidade não depende mais da autossuficiência dos textos, de uma fixação e de uma independência das significações. Ela se constrói e se estende por meio da interconexão das mensagens entre si, por meio de sua vinculação permanente com as comunidades virtuais em criação, que lhe dão sentidos variados em uma renovação permanente.

A forma como Lévy caracteriza a cibercultura parece ir ao encontro das teorias da sociedade da informação, infosfera e revolução informacional propostas por Floridi (2010b). De fato, a cibercultura e o ciberespaço fazem parte da mais recente atuação humana dentro da infosfera; a representação máxima de como o ser humano tem deslocado cada vez mais suas relações (econômicas, sociais, educacionais, políticas, de lazer) do ambiente material para o informacional¹⁵. Além disso, Floridi (2010b) também define que a infosfera está crescentemente se tornando sincronizada (tempo), deslocalizada (espaço) e correlacionada (interações), similarmente à caracterização de Lévy (2010) para o ciberespaço (integrado, interdependente, universal, transparente, interconectado).

Ainda que não se tratem das mesmas correntes de pensamento, é possível observar também as características da pós/alta/líquida modernidade dentro da sociedade da informação/ciberespaço/cibercultura. Por exemplo, seja quando Lévy (2010, p. 15) traça contornos pós-modernos ao falar sobre o universal totalizante (semelhante às 'grandes narrativas' de Lyotard (2004)): "[...] a cibercultura expressa o surgimento de um novo universal, diferente das formas culturais que vieram antes dele no sentido de que ele se constrói sobre a indeterminação de um sentido global

15 Floridi (2010b) comenta que, em média, os britânicos, já passam mais tempo on-line do que assistindo televisão, e os americanos adultos gastam o equivalente a cinco meses (no espaço de um ano) dentro da infosfera. Segundo o autor, a imersão na infosfera é cada vez maior conforme as gerações avançam e, portanto, os nativos digitais se sentirão cada vez mais excluídos e deslocados quando desconectados da infosfera, gerando possíveis crises existenciais.

qualquer”. Ou quando ele, aproximando-se do discurso da ‘modernidade líquida’ de Bauman (2001), afirma que o ciberespaço é fluido, está em constante mutação, e se possui alguma essência estável, esta é a velocidade de transformação – paradoxalmente, a grande constante da cibercultura (LÉVY, 2010).

Porém, certamente existe uma diferença teórica: o projeto de Lévy (2010) é idealista e iluminista, e seu discurso sempre transmite contornos otimistas e progressistas em relação ao futuro político-tecnológico da sociedade. É assim que reconhece a validade, mas também critica, da teoria da pós-modernidade, enfatizando seu projeto de universalização não-totalizante:

A filosofia pós-moderna descreveu bem o esfacelamento da totalização. [...] A pós-modernidade proclama o fim das ‘grandes narrativas’ totalizantes. A multiplicidade e o entrelaçamento radical das épocas, dos pontos de vista e das legitimidades, traço distintivo do pós-moderno, encontra-se nitidamente acentuados e encorajados na cibercultura. Mas a filosofia pós-moderna confundiu o universal e a totalização. Seu erro foi jogar fora a bacia que é o universal junto com a água suja que é a totalidade (LÉVY, 2010, p. 123).

E o que é o universal?

É a presença (virtual) da humanidade em si mesma. Quanto à totalidade, podemos defini-la como a conjunção estabilizada do sentido de uma pluralidade (discurso, situação, conjunto de acontecimentos, sistema, etc.). Essa identidade global pode fechar-se no horizonte de um processo complexo, resultar do desequilíbrio dinâmico da vida, emergir das oscilações e contradições do pensamento. Mas qualquer que seja a complexidade das modalidades, a totalidade ainda permanece no horizonte do **mesmo** (LÉVY, 2010, p. 123, grifo do autor).

Torna-se necessário também indicar que o ‘virtual’ para Lévy, ao contrário do que se tomou como senso comum, não está em relação de oposição ao ‘real’, mas sim, ao ‘atual’. Segundo Lévy (2011; 2010), na filosofia escolástica, o virtual é concebido como o que existe em potência (do latim *virtualis*, derivado de *virtus*, que significa força, potência), e não em ato. A virtualização consiste em uma passagem do atual para o virtual, elevando à potência alguma entidade considerada, dentro de possíveis caminhos, para então se atualizar novamente. Virtualidade e atualidade são duas formas de realidade, porém, diferentes entre si. Assim, por exemplo, uma árvore está virtualmente presente em uma semente. “Se a produção da árvore está na essência do grão, então a virtualidade da árvore é bastante real (sem que seja, ainda, atual)” (LÉVY, 2010, p. 49).

O virtual trabalha com o que é possível e o atual com o que é escolhido dentro das possibilidades. “Virtualizar uma entidade qualquer consiste em descobrir uma questão geral à qual ela se relaciona, em fazer mutar a entidade em direção a essa interrogação, e em redefinir a atualidade de partida como resposta a uma questão particular” (LÉVY, 2011, p. 18). A virtualização não é uma exclusividade permitida pela informática, ela está presente em diversos locais, como nas finanças (bolsa de valores) ou na comunicação (uma nova palavra em uma determinada língua). A virtualização se caracteriza, então, por ser real, desterritorializada, digital ou não, material (pois mesmo quando digital, desloca energia física e depende de alguma máquina para existir), oposta ao atual.

Ao universalizar sem totalizar, “a cibercultura, por outro lado, mostra precisamente que existe uma outra forma de instaurar a presença virtual da humanidade em si mesma (universal) que não seja por meio da identidade do sentido (a totalidade)” (LÉVY, 2010, p. 123). Portanto, dentro da sociedade da informação, a cibercultura representa o *modus operandi* dos indivíduos conectados à rede. Significa que o mundo já ‘alimenta’ seu conhecimento sem barreiras temporais e espaciais, e com um esforço coletivo constante, que faz com que a cada dia esse conhecimento seja atualizado e reordenado novamente, num processo contínuo de redescoberta de si. Mas Lévy (2010, p. 113) adverte:

Não quero dar a entender, com isso, que a universalidade do ciberespaço é ‘neutra’ ou sem consequências, visto que o próprio fato do processo de interconexão já tem, e terá ainda mais no futuro, imensas repercussões na atividade econômica, política e cultural. Este acontecimento transforma, efetivamente, as condições de vida em sociedade. Contudo, trata-se de um universo indeterminado e que tende a manter sua indeterminação, pois cada novo nó da rede de redes em expansão constante pode tornar-se produtor ou emissor de novas informações, imprevisíveis, e reorganizar uma parte da conectividade global por sua própria conta.

Tais repercussões estão cada vez mais sendo sentidas com a migração cada vez maior da vida e atividade humana para dentro do ciberespaço. Essa migração é fácil de visualizar, basta pensar na diferença entre os resultados que a falta de uma conexão à *internet* fazia ao indivíduo há alguns anos atrás, e como ela age atualmente (complementando ao relatado por Floridi (2010b) anteriormente).

Floridi (2010b) sugere que o atual momento da informatização dos artefatos, e da vida em si, em pouco tempo fará ser difícil entender como era a mesma antes da revolução informacional. O autor cita que a tendência atual de fusão entre o digital e

o analógico (representado por termos recentes como a ‘*internet* das coisas’, os ‘ambientes inteligentes’ e a ‘computação ubíqua’) cria um cenário no qual, cada vez mais, a imersão digital se torna imperceptível e profunda. Ainda segundo Floridi (2010b, p. 16, tradução nossa), “[...] a própria distinção entre *on-line* e *off-line* vai desaparecer [...] a infosfera está progressivamente absorvendo qualquer outro espaço”.

Em síntese, Floridi (2010b) parece propor que o presente momento da sociedade da informação é o de mudança de paradigmas. O homem se encontra diante do auge de um grande acontecimento (quarta revolução/revolução informacional) que tem mudado a sociedade desde o meio do século XX. Como toda mudança, a adaptação gera uma série de conflitos, receios, promessas e presságios, que futuramente serão entendidos como sintomas causais de uma geração que viveu o estranhamento de uma transformação desse tipo. O autor comenta também que será normal considerar o mundo como parte da infosfera, uma vez que a visão de mundo (sua metafísica) será entendida em termos informacionais. E, assim, Floridi (2010b, p. 17, tradução nossa) continua: “No fim desta mudança, a infosfera terá deixado de ser um jeito de se referir ao espaço da informação para ser sinônimo da realidade”. A informação, como visto, sempre esteve presente no mundo, porém só agora ela incorporou seu papel central constitutivo de toda uma etapa da evolução humana.

Já a crença otimista de Lévy (2010) numa sociedade conectada, mutuamente benéfica e progressista, definitivamente não previu (ou não quis acreditar) que o ciberespaço poderia apresentar fenômenos negativos que ganhariam força graças, justamente, às suas características de disseminação instantânea e massiva. Mas também é importante situar que a obra (publicada originalmente em 1997) ainda estava relativamente distante dos acontecimentos possibilitados, principalmente, a partir da *web 2.0* e das redes sociais (como o Facebook e o Twitter).

Lévy (2010) chega a mencionar o papel dos atores sociais para evitar que a rede se torne outro lugar ocupado pela reprodução do sistema das mídias de massa. Cita também, por vezes, que em meio ao caos e desordem aparentes do ciberespaço, os indivíduos desenvolveriam métodos e ferramentas para ‘filtrar’ as informações válidas e relevantes (o autor conceitua assim a ‘*inteligência coletiva*’, que será tratada no capítulo seguinte). Mas o advento crescente da desinformação e suas vertentes (*fake news*, pós-verdade, entre outros) na *web* parece colocar em

cheque o romantismo do ciberespaço e a utopia de uma liberdade que trabalha para o bem coletivo.

3.3 INFORMAÇÃO E DESINFORMAÇÃO

A informação é um termo discutido em diversas áreas do conhecimento, e atende a diversos contextos e utilizações e, por isso mesmo, difícil de ser explicado em um conceito único ou unificado. Ainda que seja um conceito com diversas definições, a ausência de um conceito unificado parece ser um consenso na literatura, partilhado tanto por Floridi (2002), por exemplo, quanto por Capurro e Hjørland (2007).

Floridi (2011) comenta que a informação é um fenômeno polimórfico e um conceito polissemântico, e, portanto, sua definição está associada levando em conta algumas considerações, como por exemplo, o nível de abstração adotado para a sua explicação.

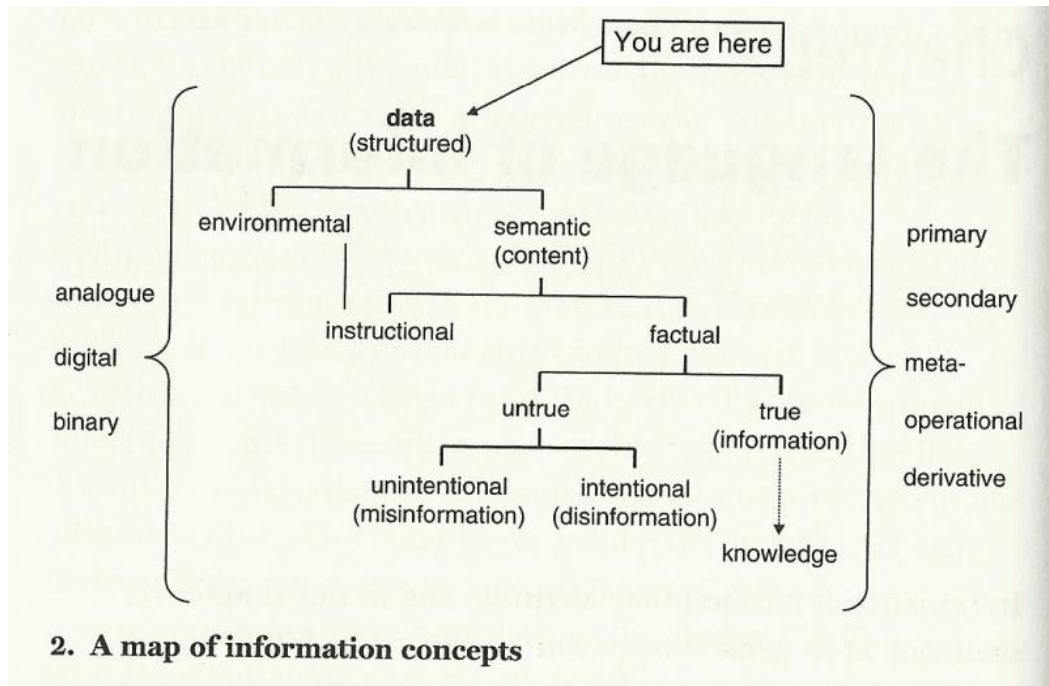
Capurro e Hjørland (2007), em um trabalho fundamental denominado *O conceito de informação*, procuraram abordar todos os contextos em que a informação acontece, buscando seus diversos significados dentro das suas multi, pluri e interdisciplinaridades. O trabalho fornece uma contribuição importante ao se pensar epistemológica e semanticamente a informação.

Os autores comentam que a distinção mais importante sobre o conceito de informação é aquela que separa e define a informação em dois caminhos principais: informação enquanto objeto ou coisa (dados de máquina, descrições objetivas) e informação enquanto signo (subjetiva, interpretativa). Os autores também ressaltam que, neste último caso, o significado da informação é determinado pelos contextos social e cultural.

Além disso, explicam que mesmo as representações da informação como dados, em sistemas de informação, devem ser consideradas como reflexo da função social do sistema, que tem políticas e objetivos, mais ou menos explícitos, em decorrência das ações do homem e da sociedade à qual estão inseridas (CAPURRO; HJORLAND, 2007).

Floridi (2010b), em seu livro *Information: a very short introduction*, tenta sumarizar em um mapa conceitual os diversos conceitos de informação, conforme algumas categorias e sua relação com os dados (Figura 2).

Figura 2 – Mapa de conceitos informacionais 1



Fonte: Floridi (2010b, p. 20).

Para tanto, é preciso esclarecer que Floridi (2010b) adota como ponto de partida da sua teoria o que se convencionou chamar de 'Definição Geral de Informação' (DGI)¹⁶ dentro de áreas que tratam dados e informação como entidades materializadas e tangíveis.

A DGI seria, então, uma definição que entende a informação como o resultado de dados mais significado. De forma mais elaborada, Floridi (2010b; 2011) explica que a DGI define a informação como dados bem formados (*well-formed*) e possuidores de significado (*meaningful*). Ou seja, dados que estão de acordo com a sintaxe e a semântica de algum vocabulário, linguístico ou não.

Mas o que seriam então os dados? A palavra usada em inglês é '*data*', que segundo Floridi (2010b; 2011), vem do latim *datum*, que por sua vez veio do grego *dedomena*. O conceito de *dedomena* trabalha em cima de uma 'falta de uniformidade' em algo presente no mundo. Essa falta de uniformidade significa que algo possui um estado de diferença onde ele está presente (por ex.: uma luz branca num fundo preto, e o barulho ou o silêncio em algum ambiente). Sendo assim, uma página escrita é um dado, assim como uma página em branco também o é, pois,

¹⁶ No original em inglês como 'General Definition of Information' (GDI). Esta definição será a base também para desenvolver a questão da desinformação e da confiabilidade, mais adiante.

uma vez que o mundo não é uniformemente composto por páginas em branco, ela está operando um estado de diferença.

Neste sentido, Floridi (2010b) diz que dado pode ser, então, a falta de uniformidade no mundo real (*dedomena*), a falta de uniformidade entre pelo menos dois estados físicos de um sistema ou sinais (ex.: carga cheia ou vazia em uma bateria), e a falta de uniformidade entre dois símbolos (ex.: letras A e B no alfabeto).

Pode-se dizer que o dado também corresponde a um 'estado bruto', que precisa ser 'lapidado' para virar informação. Essa 'lapidação', para Floridi (2010b), é a posse de um 'significado': informação que não adquiriu significado está, assim, ainda em formato de 'dado'.

No mapa em questão, Floridi (2010b) apresenta os tipos de dados que são encontrados dentro das categorias de informação elencadas. Assim, do lado esquerdo do mapa encontram-se os termos 'analógico', 'digital' e 'binário', que correspondem mais a uma origem matemática dos dados (contínua ou discreta) do que a uma questão de suporte físico. Essa origem matemática diz respeito principalmente a se o dado opera de forma mais radical, transitando entre dois estados diferentes (ligado/desligado, 0 ou 1), ou se ele opera de forma mais gradual numa transição contínua, próxima a própria noção de tempo real experimentado pela cognição humana.

Já no lado direito, ele indica que os dados podem ser encontrados nos seguintes tipos: primários (o tipo mais comum quando se pensa em dados), secundários (ausência dos dados primários), metadados (natureza dos dados), operacionais (funcionamento de um sistema de dados), e derivados (dados que podem ser extraídos de outros dados)¹⁷.

Continuando a leitura do mapa, uma hierarquia é ilustrada por Floridi (2010b) na sua tentativa de conceituar informação. Primeiro, ele divide em duas principais categorias: ambiental ou conteúdo semântico.

A informação ambiental, segundo Floridi (2010b), está relacionada aos dados que possuem significado independente de terem sido produzidos por um informante (por exemplo, a indicação de idade de uma árvore pelos anéis do seu tronco cortado, a trajetória de uma bala em um disparo, impressões digitais). Já a informação com conteúdo semântico exige que a informação dependa da existência

17 Estes tipos de dados serão retomados para desenvolver uma das etapas da dimensão semântica dos critérios de confiabilidade, no último capítulo.

de um vocabulário, que pode ser linguístico ou não. É a informação com conteúdo semântico que a DGI define em seu enunciado.

Como visto no mapa, informações ambientais são sempre instrucionais, já as que possuem conteúdo semântico podem ser instrucionais ou factuais. A informação instrucional trata de informações que repassam orientações ou descrições de algo, como, por exemplo, um manual de um equipamento, uma lista de afazeres, ou um código de programação. São informações, segundo Floridi (2010b, p. 35, tradução nossa) “[...] que não se referem a uma situação, a um fato, ou a um estado das coisas [...]”, portanto, não podem ser julgadas como verdadeiras ou falsas.

Por sua vez, a informação factual é justamente aquela que se refere a um fato e, assim, é passível de julgamento. A informação factual, e seu contraponto com a instrucional, serão mais bem discutidos no capítulo 5, enquanto partes da ‘informação semântica’.

Capurro e Hjørland (2007) comentam que o atual conceito de informação, que ganhou relevância após o final da Segunda Guerra Mundial com a disseminação global das redes de computadores, tem o sentido de ‘conhecimento comunicado’ – sentido também apontado por Machlup (1962) conforme Castells (1999), que por sua vez, porém, prefere a definição de Porat (1977), para o qual a informação corresponde a dados organizados e comunicados.

De forma mais sintetizada e característica de sua natureza, o dicionário *Oxford* define informação com dois conceitos principais: “(1) Fatos fornecidos ou aprendidos sobre algo ou alguém; (2) O que é transmitido ou representado por um determinado arranjo ou sequência de coisas” (OXFORD UNIVERSITY PRESS, 2017b, p. 1, tradução nossa).

Em todos os casos, a informação parece ser a fase intermediária no percurso que envolve dados e conhecimento.

Floridi (2010a, p. 41), em seu artigo *Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) como filosofia da informação aplicada: uma reavaliação*, define que “a informação compreende dados que estão no mundo, independentemente de agentes epistêmicos”. Estes dados, porém, quando adquirem significado, geram o que se chama de ‘conteúdo’ (*content*). Quando o conteúdo da informação também pode ser avaliado como verdadeiro, está se referindo a uma ‘informação factual’, pois corresponde a um fato, situação ou estado, passíveis de serem comparados com noções de verdade (FLORIDI 2010b). Por sua vez, o conceito de

‘conhecimento’ passa a ser o de um conteúdo semântico que seja ao menos verdadeiro e possivelmente justificado (apoiado por boas razões) (FLORIDI, 2010a; 2010b). Além disso, “o conhecimento é a informação semântica relevante devidamente explicada” (FLORIDI, 2011, p. xiii, tradução nossa).

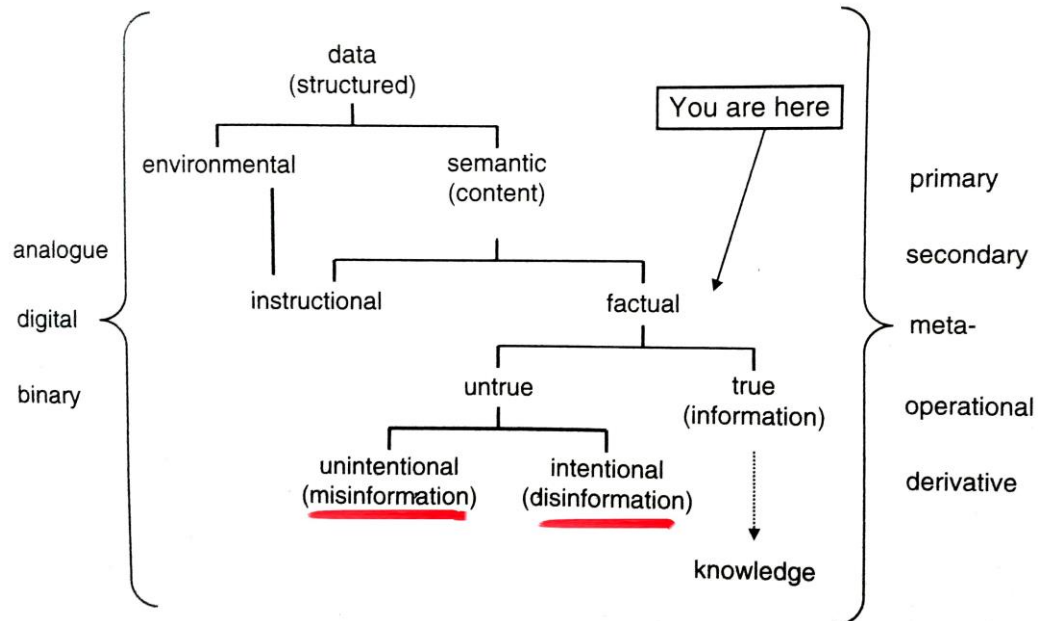
De acordo com o mapa de Floridi (2010b), a informação factual possui conteúdo semântico e é constituída de dados bem formados, porém, ainda precisa ter o conteúdo verdadeiro para se tornar, de fato, uma informação semântica e possibilitar o conhecimento. O que acontece então quando a informação factual não é verdadeira? Surge o conceito de desinformação.

Primeiramente, é importante perceber que a palavra ‘desinformação’, em português, é muitas vezes usada enquanto a tradução tanto de ‘*disinformation*’, como de ‘*misinformation*’, duas palavras que são conceitualmente distintas na língua inglesa. Conforme menciona Don Fallis (2010), filósofo e pesquisador na área de informação, mentiras e engano, ambas remetem ao contexto da informação imprecisa/incorrecta (*innacurate*) e enganosa/ilusória (*misleading*). No entanto, *misinformation* corresponde a um engano originado na fonte emissora de forma não proposital (*honest mistake*), enquanto que na palavra *disinformation* existe uma intenção consciente da fonte em enganar (*intended to deceive*). O autor comenta que, sendo assim, é mais difícil identificar uma *disinformation*, já que ela é justamente produzida com a intenção de não ser identificada como tal.

Floridi (2010b) corrobora com tais definições ao definir que a *disinformation* é a ação informacional **intencional** de um dado não verdadeiro. Já a *misinformation* é a ação informacional de um dado não verdadeiro **feita por engano**, sem saber que o dado não corresponde à verdade. Portanto, uma tradução adequada para o conceito de *misinfomation* seria a de ‘má informação’.

Recorrendo novamente ao mapa de conceitos informacionais (Figura 3), pode-se visualizar a diferença entre a *misinformation* e a *disinformation*. Nele também é possível ver o caminho percorrido no trajeto dados/informação/conhecimento.

Figura 3 – Mapa de conceitos informacionais 2



Fonte: Floridi (2010b, p. 49).

Conforme pode ser visto, a informação semântica factual é a informação capaz de gerar conhecimento. Se o conteúdo semântico se mostra falso ao corresponder a um fato, ele é determinado como ‘desinformação’ ou ‘má informação’. A informação semântica e a informação factual voltarão a ser abordadas no capítulo sobre a confiabilidade informacional.

A definição do dicionário *Oxford* para *disinformation*, por sua vez, está enunciada como “informação falsa que tem a intenção de enganar, particularmente a propaganda emitida por uma organização governamental para um poder rival ou a mídia” (OXFORD UNIVERSITY PRESS, 2017a, p.1, tradução nossa).

A definição do *Oxford* é caracterizada, principalmente, pela sua raiz política (ênfatazada pelos exemplos, também políticos, descritos na página de definição do termo). No entanto, a definição encontrada no dicionário para a palavra *misinformation*, como “informação falsa ou imprecisa, particularmente aquela que deliberadamente tem a intenção de enganar” (OXFORD UNIVERSITY PRESS, 2017c, p. 1, tradução nossa), sugere que, para o dicionário, a diferença entre os termos está mais no seu contexto de uso (político ou não) do que em seu significado.

Fallis (2010) cita que a *disinformation* possui algumas características básicas, baseadas no seu histórico de uso:

- a) Comumente são atividades governamentais ou militares, apesar de também serem produzidas por outras organizações, ou mesmo por alguns indivíduos em particular;
- b) Frequentemente é produto de uma fraude cuidadosamente planejada e tecnicamente sofisticada, apesar de também poder ser criada por uma mentira oral ou por uma simples edição na Wikipédia;
- c) Nem sempre é divulgada diretamente da fonte que a criou;
- d) Frequentemente é divulgada verbalmente ou pela escrita, apesar de também poder ser criada por outros meios, como a manipulação de mapas ou imagens;
- e) Frequentemente distribuída de forma bem abrangente, apesar de poder ser direcionada para pessoas ou organizações específicas;
- f) A vítima do engano pretendido é geralmente uma pessoa ou grupo de pessoas, mas também pode ser direcionada para enganar máquinas, como os rastreadores de mecanismos de busca na *web*.

Fallis (2010) descreve que, apesar da *disinformation* ter uma relação muito próxima com a mentira ou com comportamentos enganadores (*deceptive behaviors*), ela se difere pelo fato de estar relacionada com o ato de informar¹⁸. Segundo o autor, existem formas de mentir sem desinformar e formas de *deceptive behaviors* que não disseminam informação. Além disso, na *disinformation* existe a intenção de enganar, e nem sempre esta intenção existe em algumas mentiras.

Sendo assim, Fallis (2010) elabora uma análise conceitual da *disinformation*, analisando as atividades do ato de desinformar (*disinforming*). O resultado final da análise de Fallis (2010, p. 6, tradução nossa) é representado pelas seguintes condições:

Você desinforma X se e somente se:

1. Você dissemina informação *i*.
2. Você acredita que *p* é falso.
3. Você prevê que X vai provavelmente inferir do conteúdo da informação *i* o resultado *p*.
4. *p* é falso.

18 Fallis (2010) menciona a discussão filosófica sobre a desinformação não ser considerada informação para alguns autores (incluindo Luciano Floridi). No entanto, adota 'informação' na sua análise conceitual apenas como "[...] algo com conteúdo representacional" (FALLIS, 2010, p. 4, tradução nossa), pois, segundo o autor, "mesmo para esses filósofos, existe uma categoria mais ampla de coisas que engloba tanto a informação como a 'informação imprecisa'" (FALLIS, 2010, p. 4, tradução nossa).

5. É razoável para X inferir que p resulta do conteúdo da informação i .

A partir desta análise, o autor cita que “a *disinformation* é a informação [...] disseminada por alguém que está desinformando [disinforming]” (FALLIS, 2010, p. 6, tradução nossa). Porém, o autor nota que a *disinformation* não precisa vir diretamente de alguém que desinforma, ela pode ser repassada por alguém que desconhecia se tratar de uma *disinformation*, e que, portanto, foi mal informado (*misinformed*). Por outro lado, a fonte original da mensagem também pode ter emitido *disinformation* sem saber, e a mensagem somente ter sido usada com o intuito de desinformar pelas pessoas intermediárias do processo, até chegar ao alvo final¹⁹.

Aplicando sua análise conceitual do ato de desinformar a essa definição inicial da *disinformation*, o autor conclui que a *disinformation* é, então, “[...] a informação enganosa que tem a intenção de ser (ou pelo menos é prevista que seja) enganosa” (FALLIS, 2010, p. 6, tradução nossa).

A desinformação, portanto, engloba, de forma geral, uma série de conceitos que são o oposto do ato de informar. Ou que, pelo menos, não pretendem atender ao critério de veracidade da informação.

Pedro Demo (2000), sociólogo da área da educação, em seu artigo *Ambivalências da sociedade da informação*, discorre que a desinformação é um fenômeno natural da comunicação humana, uma vez que nossos sentidos têm limites na captação das informações, que, além disso, estão sujeitas a ser captadas conforme nossos interesses²⁰. Adverte, porém, que a desinformação perigosa é aquela advinda da manipulação excessiva, e que, por causa disso, é fundamental preservar o senso crítico perante os processos de controle informacional. Neste sentido, define a desinformação como as ações que visam o excesso de informação com o objetivo de fazer o indivíduo perder o controle do seu manejo e, principalmente, cultivar a ignorância.

Na área da Ciência da Informação brasileira, a desinformação tem aparecido principalmente nos trabalhos de Marianna Zattar, Vladimir de Paula Brito e Marta

19 Fallis (2010) cita como exemplo um livro de informações médicas desatualizadas dentro de uma biblioteca. Enquanto os autores do livro foram completamente sinceros quando escreveram a obra, o bibliotecário pode estar desinformando quando repassa essas informações a algum usuário que não esteja ciente da desatualização.

20 Percebe-se aqui que o uso da palavra ‘desinformação’ em português, mesmo na literatura científica, engloba o significado definido em ‘misinformation’.

Macedo Kerr Pinheiro. Pinheiro e Brito (2014), ao comparar o conceito em inglês com suas representações no português, destacam três definições principais para o conceito de desinformação: ausência de informação, informação manipulada e engano proposital. Segundo os autores, o entendimento da desinformação como ‘ausência de informação’ é predominante na literatura científica brasileira e na grande imprensa. Está associado ao estado de ignorância e precariedade informacional, à ausência de cultura e de competência informacional, ao desprovimento de informações adequadas. Por fim, às questões relacionadas ao nível cognitivo do sujeito e à sua carga de conhecimentos gerais.

Já o entendimento sobre ‘informação manipulada’ estaria relacionado ao

[...] fornecimento de produtos informacionais de baixo nível cultural, cuja consequência direta seria a ‘*imbecilização*’ de setores sociais. Nesta concepção do conceito, setores de elite desinformariam amplamente de maneira a se perpetuarem no poder, concretizando mais facilmente seus próprios interesses (PINHEIRO; BRITO, 2014, p. 2, grifo do autor).

Neste sentido, a desinformação atuaria como forma de alienação da população, para manter projetos de dominação política, ideológica ou cultural. Este sentido do termo é o mesmo partilhado por Demo (2000), e resumido por Pinheiro e Brito (2014, p. 2) da seguinte forma:

Em síntese, sob esta óptica desinformação consistiria em um grande conjunto de informações disponibilizadas cotidianamente, mas que não supririam o indivíduo com conhecimento necessário para participar do processo político e tomar as decisões necessárias ao progresso de sua própria vida e de seus semelhantes.

Sobre a desinformação enquanto ‘engano proposital’, Pinheiro e Brito (2014) retomam a origem da desinformação no início do século XX, mais particularmente no período da Segunda Guerra Mundial. É quando a desinformação assume o sentido, já apresentado por Fallis (2010) e Floridi (2010b), de ação proposital para enganar alguém, enquanto “[...] ato deliberado de induzir ao erro” (PINHEIRO; BRITO, 2014, p. 3). É o principal significado da desinformação na língua inglesa e, curiosamente, o menos utilizado na língua portuguesa: segundo Pinheiro e Brito (2014), não foi encontrada, na literatura científica nacional, a utilização do termo com este sentido.

Pinheiro e Brito (2014) descrevem que a principal característica da desinformação está na intenção deliberada de enganar. Sendo assim, a diferença

entre *misinformation* e *disinformation* estaria relacionada menos ao resultado alcançado do que a uma questão de consciência do ato. Ademais, nem sempre existe uma malevolência no ato de enganar, pois a desinformação pode ter a intenção “[...] de ajudar o alvo da desinformação, porém empregando inverdades propositalmente. Tal qual uma festa surpresa de aniversário” (PINHEIRO; BRITO, 2014, p. 4).

Além disso, alguns outros termos, como ‘operações de decepção’ (*deception*)²¹ e ‘operações psicológicas’, são citados por Brito e Pinheiro (2015) enquanto meios que se utilizam da desinformação e visam à manutenção do que chamam de ‘Poder Informacional’, por parte dos Estados e instituições que buscam uma ‘hegemonia informacional’. Os dois termos, conjuntamente com a desinformação, partilham, assim, de um objetivo comum: “[...] modificar a percepção de um adversário de acordo com os interesses de quem executa a ação” (BRITO; PINHEIRO, 2015, p. 147-148).

Fallis (2010) comenta que a desinformação (*disinformation*) é utilizada por agências de inteligência e governos há um bom tempo. O autor cita, como um exemplo clássico de desinformação, a ‘*Operation Bodyguard*’, que ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial, e pretendeu esconder a localização da invasão no ‘Dia D’. Nela, entre outras ações, os Aliados emitiram transmissões de rádio falsas para convencer os alemães de que iriam realizar o ataque em outro lugar, ao invés da Normandia.

Fallis (2010) ressalta que, no atual momento, as novas tecnologias permitiram uma facilidade muito maior na criação e disseminação de desinformações. Atualmente, a questão da desinformação está associada principalmente a uma dimensão de qualidade das informações. O autor cita que qualquer um pode rapidamente inserir desinformações na Wikipédia, manipular imagens ou criar *sites* que se passam por outros, que possuem boa credibilidade.

Brito e Pinheiro (2015) argumentam que as comunicações digitais permitiram uma comunicação em duas vias, e um exercício maior de influência da população sobre muitas decisões políticas. Justamente por isso, as operações de manipulação da informação são direcionadas à população que, assim, acaba sendo influenciada

21 É um estranho uso empregar a palavra em português “decepção” neste sentido. Porém, ela é utilizada mais comumente desta forma em outras línguas, como o francês e, principalmente, o inglês. Este uso, mais estritamente relacionado a questões que envolvem guerras e disputas territoriais, é demonstrado também nos textos de Virilio (2000).

em suas escolhas de setores dirigentes das organizações. A capacidade cada vez menor da sociedade perceber a manipulação dos sentidos e percepções, a partir dessa realidade digitalizada, é característica fundamental de um ‘Estado informacional’ (BRITO; PINHEIRO, 2015).

As variações da desinformação na vida cotidiana atual resultaram na criação ou ressurgimento de alguns termos pela mídia ou pelo discurso de personalidades públicas. A desinformação, assim, se reinventou a partir da criação da *internet* e das mídias sociais, e passou a gerar ramificações de categorias, aumentando sua complexidade.

3.3.1 Pós-verdade, *fake news*, fatos alternativos, hiperinformação

O atual estágio da sociedade da informação produz, portanto, um fenômeno inverso das épocas anteriores à criação da *internet*. Se antes a informação era escassa, difícil de ser encontrada, ou limitada a lugares, materiais e mídias específicas (como as bibliotecas, jornais e a televisão), hoje o avanço tecnológico permite que a informação esteja presente em todas as partes: a ubiquidade do ciberespaço é fortalecida a cada nova tecnologia portátil lançada²².

Tal sociedade, centrada na produção e consumo constantes de informação, inevitavelmente apresentaria o principal problema decorrente desse processo: o excesso de informação. O fenômeno da ‘hiperinformação’ é, de acordo com Moretzsohn (2017), a alienação consequente do excesso de oferta informacional. Segundo a autora:

Se as tecnologias da comunicação caminham sempre no sentido da maior celeridade, seria previsível que, com a disseminação da internet e seu estímulo ao imediatismo, se configurasse o quadro atual de hiperinformação, que produz a cegueira pelo excesso, mais nefasta do que a cegueira pela treva que o projeto iluminista pretendeu dissipar: pois, diante da escuridão, podemos ser levados a perceber o que não sabemos e buscar saber, mas diante da luz intensa, passamos a ter a ilusão de saber e tendemos a ignorar que ignoramos (MORETZSOHN, 2017, p. 301).

A hiperinformação aparece, assim, como o cenário perfeito para a desinformação agir. Pois a sobrecarga informacional, por fim, leva o indivíduo a

²² De fato, os termos emergentes ‘internet das coisas’ e ‘internet de tudo’ sugerem que a tendência é que todos os artefatos produzidos pela sociedade estejam cada vez mais integrados em rede, e sejam unidades emissoras/receptoras de informação.

perder o controle sobre aquilo que assimila. É o cenário ideal também para cada ator social utilizar a informação como melhor lhe convém no eterno palco das representações sociais e midiáticas.

Neste sentido, a ‘superexposição’ à informação de forma proposital é entendido por Pinheiro e Brito (2014) como ‘ruído informacional’, e faz parte das operações de decepção, ou da própria desinformação:

Neste olhar, informações que não agregam valor ou conhecimento, e que são disponibilizadas em fluxo ininterrupto, como ação calculada para aturdir e diluir a capacidade de processamento de um alvo em questão gerando sobrecarga cognitiva, também seriam definidas como desinformação (PINHEIRO; BRITO, 2014, p. 4).

Além disso, conforme pesquisa realizada por Keersmaecker e Roets (2017), a partir do momento em que o indivíduo se informa com uma informação incorreta, torna-se um processo irreversível. Segundo os autores, mesmo depois de ter sido revelada como falsa, tal informação continua influenciando, em maior ou menor nível, o seu comportamento.

Um termo que se desenvolve, neste cenário, é o conceito de ‘pós-verdade’. Criado há mais de uma década, foi eleita palavra do ano em 2016 pelo dicionário *Oxford*, devido ao seu uso frequente na política, principalmente nas eleições presidenciais americanas e nos acontecimentos relacionados à saída do Reino Unido da União Europeia (ambos eventos que tomaram as principais notícias mundiais no ano de 2016). De acordo com o dicionário, o conceito de pós-verdade “denota ou se refere circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e crença pessoal” (OXFORD UNIVERSITY PRESS, 2017d, p. 1, tradução nossa).

Mas o discurso político não foi, desde sempre, um criador de ‘pós-verdades’? Tal definição não se refere exatamente a um fenômeno novo. O discurso retórico político que visa à conquista de sua plateia, por exemplo, já era visto no século XVI em Maquiavel e sua obra *O Príncipe* (MACHIARELLI, 1998). O que o conceito de pós-verdade traz é justamente uma adaptação deste fenômeno no contexto da sociedade em rede e da infosfera, possivelmente identificado como fenômeno da ‘pós-modernidade’.

Sendo assim, pode-se perceber que a atual esfera de debate político, proporcionada pela *web* e pelas redes sociais, aumenta, em maior ou menor escala,

o apelo à pós-verdade: determinadas posições políticas radicais acabam sendo assumidas por meio de crenças e ideologias, como forma de lidar com situações de crise, levando a uma polarização e a uma 'guerra' política entre seus usuários. A pós-verdade parece ser usada principalmente diante do medo ou raiva causados por uma situação político-econômica em crise.

Outro termo em crescente uso, e talvez com um campo de atuação ainda maior, é o que tem se convencionado chamar de '*fake news*'. Seu sentido, inicialmente, corresponde à sua tradução literal: notícias falsas. De acordo com Allcott e Gentzkow (2017), *fake news* são artigos jornalísticos que são intencionalmente e verificavelmente falsos, que enganam ou induzem o leitor ao erro. Dentro desta definição, os autores incluem notícias falsas intencionalmente fabricadas, e notícias providas de *sites* de humor, mas que podem ser confundidas com notícias sérias, principalmente quando compartilhadas nas redes sociais.

Os autores também comentam que as *fake news* não abordam (porém, estão constantemente disputando cenário com) alguns outros conceitos que levam ao engano informacional: erros de reportagem não intencionais, rumores que não provêm de nenhum artigo jornalístico, teorias de conspiração, sátiras que são improváveis de serem interpretadas como fatos, declarações falsas de políticos, e relatos tendenciosos (mas não falsos) (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017).

Para Lazer et al (2018), *fake news* são informações fabricadas que imitam notícias apenas na forma, pois não são oriundas de nenhum grupo de mídia estruturado e, portanto, carecem de normas e processos editoriais que garantem a precisão e credibilidade das informações. De acordo com os autores, as *fake news* fazem parte das 'desordens informacionais' (*information disorders*).

Assim como a pós-verdade, apesar de ser um conceito que se popularizou recentemente, as *fake news* também surgiram há bem mais tempo: Allcott e Gentzkow (2017) relatam, por exemplo, que em 1835 o jornal *New York Sun* publicou uma série de artigos sobre a descoberta de formas de vida na lua. No entanto, o fenômeno da real 'explosão' das *fake news* surgiu no ambiente virtual, a partir das redes sociais e de suas possibilidades de compartilhamento fácil e rápido, feito por qualquer indivíduo.

Além disso, conforme pesquisa realizada (que envolveu a análise de 126.000 histórias divulgadas no Twitter) por Vosoughi, Roy e Aral (2018), as notícias falsas mais disseminadas são relacionadas à política e causam impactos significativos na

economia. Outras temáticas também difundidas pelas *fake news*, segundo os autores, são: terrorismo, desastres naturais, ciência, lendas urbanas e informações financeiras. Lazer et al (2018), por sua vez, citam a presença de *fake news* sobre vacinação, nutrição, e a bolsa de valores, mas também destacam a predominância da disseminação focada nos temas políticos.

Justamente por isso, Vosoughi, Roy e Aral (2018) argumentam que, ainda que o termo *fake news* tenha sido inicialmente apropriado para se referir à veracidade de uma notícia, ele atualmente perdeu força conceitual para ser usado em classificações acadêmicas, por causa da sua utilização, desenfreada e banalizada, no presente clima polarizado da política e mídia contemporâneas²³. Segundo os autores, a estratégia política atual é chamar de *fake news* qualquer fonte que não apoie a posição política de determinado grupo (VOSOUGHI; ROY; ARAL, 2018).

Percebe-se, assim, um fenômeno curioso. A desinformação, pelo método argumentativo da pós-verdade, se apropria do termo *fake news* para continuar desinformando, reforçando os denominados 'filtros-bolha', e se adaptando rapidamente, conforme novos contextos vão surgindo. Ela, assim, também é fluida (como a modernidade líquida), questionadora (como a alta modernidade) e age invalidando narrativas (como a pós-modernidade).

Cabe aqui mencionar uma rápida consideração sobre o termo 'filtros-bolha'. Desenvolvido por Eli Pariser (2011) em sua obra *The Filter Bubble: what the internet is hiding from you*, ele se refere à onda de personalização de conteúdo pelas grandes empresas (Google, Amazon, Facebook, entre outras) que tomou conta da *internet* nos últimos anos. Essa personalização, que realiza uma filtragem da informação disponibilizada ao usuário com base em outras informações coletadas do seu perfil de uso, isolou o indivíduo ou grupos de indivíduos em 'bolhas informacionais'. As bolhas informacionais, ao levarem conteúdo informacional direcionado ao perfil do usuário, acabam fazendo com que o indivíduo interprete a realidade de forma limitada, somente de acordo com o conteúdo que ele recebe, pois boa parte desta customização de informações é feita sem o conhecimento do próprio usuário.

A customização de conteúdo, assim, ao tentar dar melhores êxitos aos *advertisings* do marketing digital, acabou reforçando também a polarização política e

²³ Segundo Lazer et al (2018), é a mesma razão que tem feito com que algumas empresas, como o Facebook, tenham preferido usar o termo 'false news'.

ideológica da rede. Segundo Lazer et al (2018), dentro deste contexto ocorre a criação de grupos sociais homogêneos que se fecham para informações que não são compatíveis com a crença predominante no grupo, aumentando assim as polarizações e intolerâncias. É dentro destes grupos que as *fake news* possuem um terreno particularmente fértil para a sua disseminação.

Ainda outro termo em corrente disseminação, é aquele denominado de ‘fatos alternativos’ (*alternative facts*). O termo surgiu no início de 2017, por meio da fala de Kellyanne Conway, assistente do presidente norte-americano Donald Trump. De acordo com as matérias de Gajanan (2017) e Jaffe (2017), Conway utilizou o termo ao ser confrontada sobre a declaração imprecisa do secretário de imprensa da Casa Branca, Sean Spicer, a respeito da quantidade pessoas no momento da posse do presidente (“o maior público a testemunhar uma inauguração, ponto, tanto pessoalmente como ao redor do mundo” (GAJANAN, 2017, p. 1)). Segundo os autores, Conway sustentou a afirmação errônea de Spicer alegando que estava baseada em ‘fatos alternativos’ aos levantados pelos especialistas até então.

A pós-verdade, as *fake news* e os fatos alternativos são, assim, as formas contemporâneas que a desinformação assumiu dentro do contexto da *web* e da mídia. São formas que, atreladas ao fenômeno da hiperinformação, se disseminam facilmente nas redes sociais, televisão, *internet*, e nos veículos de informação como um todo. Além de instaurar uma crise dentro da imprensa jornalística e dos meios de comunicação, também acaba deteriorando o próprio sentido da informação.

Dentro deste contexto, a questão da confiabilidade²⁴ informacional surge como uma medida do quanto uma informação disponível pode ser confiável. Ou seja, o quanto ela é verdadeira, verídica, verossímil, justificável, correspondente aos fatos e à realidade; livre de inverdades, distorções e manipulações planejadas. Uma informação confiável também é, dependendo da situação, aquela que é a menos subjetiva ou opinativa possível.

A busca pelos fatos e pela verdade parece ser tarefa necessária à sobrevivência dentro de uma crescente onda de caos informacional. A manipulação da informação é característica reforçada pela desconstrução presente na sociedade dita como ‘pós-moderna’: como denominado por Demo (2000), é parte do ‘outro lado’ da sociedade da informação.

24 A confiabilidade será desenvolvida no capítulo 5.

Como bem discorre Demo (2000, p. 40):

Em certo sentido, todo processo informativo é manipulador, porque seleciona a informação disponível, além de a interpretar hermeneuticamente. Esta é a marca do conhecimento como tal: à medida que conhece a realidade, destaca nela o que o método pode captar, além de impingir interpretações orientadas pelo interesse, por vezes escuso. Como não é possível fugir da manipulação, o que de melhor conseguimos até hoje é montar estratégias abertas de controle, sabendo que o controle total é impraticável, sobretudo indesejável. A contra-interpretação é o corretivo da interpretação, sempre sob risco, assim como a coerência da crítica está na autocrítica. Destarte, a manipulação menos prejudicial é aquela que se oferece à discussão aberta.

É assim que se pode entender que uma apreensão da realidade, ou da verdade, nunca é total. 'Realidade' e 'verdade' são conceitos que abrangem um universo muito grande e complexo de componentes e significados. Fazem com que o indivíduo precise 'recortar' um pedaço desse universo, para conseguir compor sua identidade e se orientar dentro dele²⁵. Se tem algo que o atual contexto informacional pode ensinar é que, o que existia no passado era uma 'ilusão da verdade' (principalmente pensando em termos de disseminação da informação, e mais ainda, dentro do contexto da mídia). Não pelo fato de a verdade não existir (como o relativismo exagerado pode sugerir), mas justamente por deixar mais explícito que as instituições que até então pareciam ser detentoras de uma verdade universal e total (como a Igreja, a Mídia, o Estado, os contratos sociais, as 'grandes narrativas'), são representantes de apenas uma parte da realidade. E, invariavelmente, manipulam esta realidade para atender a seus interesses, próprios ou inerentes à sua natureza.

No entanto, a queda de tal ilusão causa uma desorientação no sujeito. Causa uma perda de referências que orientavam sua vida em sociedade, e que, agora, trazem uma sensação de caos nas suas representações do mundo. Porém, uma vez que este entendimento esteja claro ao indivíduo, ele está apto à criticidade de sua própria existência enquanto agente informacional.

O mar de informações da infosfera é vasto. Escolher em quais águas se banhar (aludindo ao rio de Heráclito) consiste num processo de seleção e recorte. Se uma manipulação decorrente deste processo é inevitável, ela é tanto melhor quanto for mais clara e aberta. Ou seja, admitida e passível de críticas.

25 Wittgenstein (1999) diria que até a própria linguagem é um recorte do mundo.

O cenário da desinformação, conforme sugere Demo (2000), portanto, prevê ações de controle, mas ao tempo um cuidado na utilização deste. A grande questão parece ser como manter a liberdade associada à confiabilidade, no constante fluxo de informações. Pois, sem o devido cuidado, o controle de informações pode tornar-se facilmente sinônimo de censura e repressão.

Portanto, uma análise crítica das informações que são lidas e disseminadas se revela como o passo inicial para a busca pela verdade e pela transmissão do conhecimento.

As várias intenções e utilizações da informação geram problematizações diversas, que requerem uma metodologia de reflexões sobre o objeto informacional. Mas qual metodologia é essa?

4 A FILOSOFIA DA INFORMAÇÃO

A Filosofia da Informação busca uma retomada dos princípios epistemológicos do conceito de informação, que, apesar de há muito tempo utilizado e conhecido, ganhou novas significações e maior alcance a partir da emergência da sociedade da informação.

Os dilemas advindos do impacto produzido pela sociedade da informação demandam um reposicionamento do papel do saber, e da própria identidade humana, neste contexto de produção e expansão contínua de dados e informação. Como compara Floridi (2010b, p. 7, tradução nossa), “a sociedade da informação é como uma árvore que vem crescendo seus ramos de longo alcance muito mais amplamente, apressadamente e caoticamente do que suas raízes conceituais, éticas e culturais”. Para equilibrar esta árvore e impedir o seu colapso, o autor cita a urgência da sociedade se equipar epistemologicamente com uma viável filosofia da informação,

[...] a fim de expandir e reforçar a nossa compreensão conceitual da nossa era da informação, da sua natureza, das suas implicações menos visíveis e do seu impacto no bem-estar humano e ambiental, e assim dar-nos a oportunidade de antecipar dificuldades, identificar oportunidades e resolver problemas (FLORIDI, 2010b, p. 8, tradução nossa).

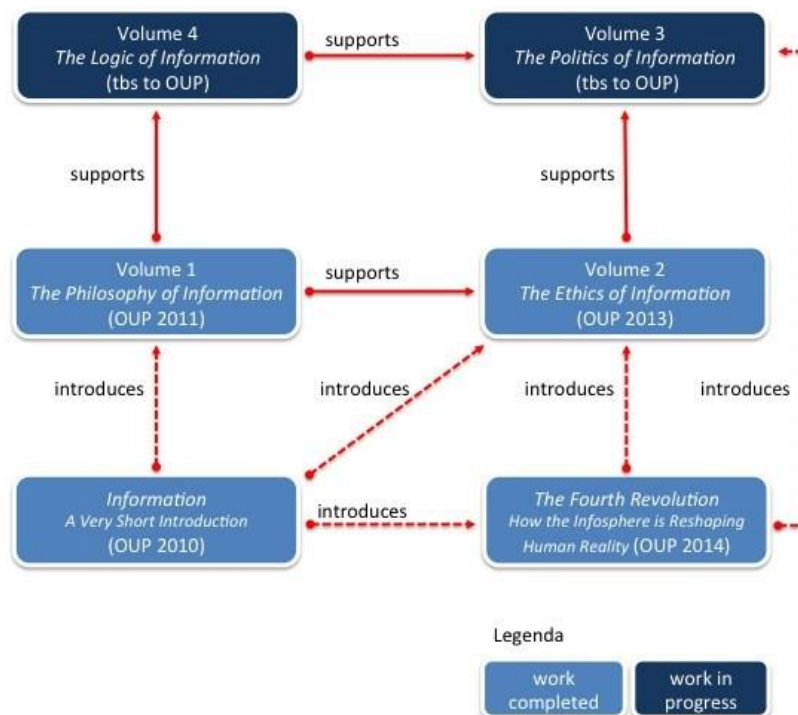
O termo ‘Filosofia da Informação’ foi cunhado por Luciano Floridi, professor e pesquisador da Universidade de Oxford, Inglaterra. Usado pela primeira vez em uma série de *papers* em 1996, Floridi escreveu o seu principal artigo sobre o tema em 2002, com o título de *What is the philophy of information?* (FLORIDI 2002). Desde então, Floridi tem trabalhado no desenvolvimento da Filosofia da Informação como uma nova e independente área de pesquisa (FLORIDI, 2017).

Luciano Floridi nasceu em Roma, Itália, onde fez sua graduação. Logo em seguida, cursou o mestrado, o doutorado e o pós-doutorado em Filosofia, na Universidade Warwick e na Universidade de Oxford. Em Oxford, Floridi começou a trabalhar como professor e pesquisador no início dos anos 1990, dentro do departamento de Ciência da Computação. Atualmente, Floridi é professor de Filosofia e Ética da Informação, e diretor do Laboratório de Ética Digital (*Digital Ethics Lab*), em Oxford. Participa também do *Exeter College* e do *Data Ethics Group*, dentro do *Alan Turing Institute*, e atua como professor adjunto na *American*

University, nos Estados Unidos. Possui mais de 150 artigos publicados e traduzidos para mais de 15 idiomas, e já recebeu diversos prêmios e menções de reconhecimento pelo desenvolvimento de seu trabalho, além de ter sido membro de uma série de grupos e comitês. Suas pesquisas concentram-se, principalmente, nos seguintes tópicos: Ética Digital, Filosofia da Informação e Filosofia da Tecnologia, Epistemologia, Filosofia da Lógica, e História e Filosofia do Ceticismo (FLORIDI, 2017).

Segundo Floridi (2017), seu principal projeto é a tetralogia envolvida na fundação da Filosofia da Informação, chamada *Principia Philosophiae Informationis*, e composta pelos livros: *The Philosophy of Information* (primeiro volume, 2011), *The Ethics of Information* (segundo volume, 2013), *The Politics of Information* (terceiro volume, prestes a ser publicado) e *The Logic of Information* (quarto volume, ainda em progresso). Além disso, o autor possui mais dois livros introdutórios ao tema: *Information: A Very Short Introduction* (2010) e *The Fourth Revolution: How the infosphere is reshaping human reality* (2014). As relações entre as obras são apresentadas na Figura 4:

Figura 4 - *Principia Philosophiae Informationis* de Luciano Floridi



Floridi (2017) acredita que a informação é um conceito tão fundamental e importante quanto os conceitos de 'verdade', 'significado', 'conhecimento', 'ser', e 'bem e mal'. Além disso, o autor cita que é um conceito que carece de força enquanto campo individual, geralmente utilizado apenas de suporte para a investigação de outros conceitos e, portanto, merece uma investigação filosófica autônoma.

Para Floridi (2017), a revolução informacional em curso tem transformado o mundo de forma rápida, irreversível e profunda, fazendo com que a criação, o gerenciamento e a utilização da informação sejam questões vitais para a atual sociedade. Da mesma forma, trouxe novos desafios para a filosofia e para o conhecimento como um todo. Assim, a Filosofia da Informação precisa dar conta destes desafios, que envolvem o tratamento de conceitos e fenômenos apresentados pela revolução informacional, para então permitir um desenvolvimento consciente e responsável da sociedade da informação.

De acordo com Floridi (2002), o surgimento conceitual da Filosofia da Informação vem, primeiramente, de um processo histórico e reflexivo acerca da vida mental do indivíduo, ao tentar gerar significados perante o mundo. Esse processo, chamado pelo autor de 'dialética da reflexão', advém de quatro 'empurrões' (*thrusts*) iniciais: a meta-semantização das narrativas (reconhecimento do pensar), a delimitação da cultura (comunicar), a desfisicalização da natureza (significar), e a personificação do ambiente conceitual criado e habitado pela mente (explicar). Como consequência disso, o autor entende que:

A sociedade da informação pode ser vista como o mais recente (ainda que não definitivo) estágio em um amplo processo semântico, que faz com que o mundo mental seja cada vez mais parte, ou o próprio ambiente em que mais e mais pessoas tendem a viver (FLORIDI, 2002, p. 131, tradução nossa).

Em outras palavras, a sociedade da informação prioriza as ações e criações do aparelho cognitivo humano (como a história e a cultura), enquanto o mundo físico (a natureza) é colocado para o fundo do processo de desenvolvimento social (FLORIDI, 2002).

Floridi (2002) explica que as inovações filosóficas sempre vieram de uma ruptura com a atitude escolástica (compreendido aqui, de forma simples, como a afirmação enfática do que está estabelecido enquanto conhecimento filosófico

validado e vigente), causada por uma força social externa no progresso semântico humano. Cita, como exemplos de forças externas que causaram mudanças de paradigma, a teologia cristã, a descoberta de outras civilizações, a revolução científica, a teoria da evolução, a teoria da relatividade, entre outros.

De acordo com o autor, a atual força externa que conduz à inovação, e a uma nova forma de conhecimento, é o mundo dos fenômenos da informação e da comunicação, constituído por suas correspondentes ciências e tecnologias, por seus novos ambientes e vida social, e por suas novas questões existenciais e culturais. Dentro deste contexto, o autor propõe a Filosofia da Informação como um paradigma inovador (ainda que se possa questionar o quanto de originalidade sua teoria realmente possui).

Floridi (2002, p. 137, tradução nossa, grifo nosso), assim define a Filosofia da Informação:

O campo filosófico interessado por (a) **uma investigação crítica sobre a natureza conceitual e os princípios básicos da informação, incluindo suas dinâmicas, utilização, e ciências**, e (b) a elaboração e aplicação da teoria informacional e metodologias computacionais para os problemas filosóficos.

Floridi (2017, p. 1, tradução nossa) também comenta que a Filosofia da Informação investiga as consequências éticas da informação e “analisa problemas para projetar soluções. É uma próspera área de pesquisa, na encruzilhada da epistemologia, metafísica, lógica, filosofia da ciência, semântica e ética”.

O autor complementa que “sobre o seu ambiente, a Filosofia da Informação é determinante e legisla sobre o que pode ser contado como informação, e como a informação deve ser adequadamente criada, processada, gerenciada e usada” (FLORIDI, 2002, p. 138, tradução nossa).

Sendo assim, Floridi (2002, p. 137, tradução nossa) define que a tarefa da Filosofia da Informação é justamente

[...] desenvolver não uma teoria unificada da informação, mas sim uma família integrada de teorias que analisam, avaliam, e explicam os vários princípios e conceitos de informação, suas dinâmicas e utilização, com uma atenção especial para questões sistêmicas que emergem de diferentes contextos de aplicação e interconexões com outros conceitos chave na filosofia, como o ser, o conhecimento, a verdade, a vida, e o significado.

Desta forma, a Filosofia da Informação destina-se a interpretar e validar a natureza da informação, considerando que um problema ou explicação pressupõe um problema informacional.

Posteriormente, dando continuidade ao seu artigo inicial, Floridi (2011) identificou dezoito problemas vitais para a Filosofia da Informação, divididos em cinco grandes áreas, dos quais, de forma adaptada, se citam alguns:

- a) Sobre a análise do conceito de informação: O que é informação? Quais são as dinâmicas da informação? É possível uma teoria unificada da informação?
- b) Sobre a semântica: Como os dados adquirem significado? Como um dado com conteúdo adquire o valor de verdadeiro? A informação pode explicar a verdade? A informação pode explicar o significado?
- c) Sobre o estudo da inteligência: As formas de inteligência natural podem ser totalmente implementadas artificialmente de forma satisfatória? Uma abordagem informacional resolve os problemas do dualismo cartesiano? A epistemologia pode ser baseada em uma teoria da informação? Como a informação pode ser avaliada? A ciência é redutível a um modelo informacional?
- d) Sobre a relação entre informação e natureza: Qual é o status ontológico da informação? A informação pode ser naturalizada? A natureza pode ser informacionalizada?
- e) Sobre a investigação de valores: A ética referente às TIC tem uma base filosófica?

Tais indagações definem grande parte do *corpus* da Filosofia da Informação e sua metodologia de trabalho. Para Floridi (2002), a Filosofia da Informação, entendida como a mais recente *philosophia prima*, é a nova etapa do processo de ‘semantização do ser’ – sua forma mais atualizada e completa de entender o mundo e a sociedade. A origem da Filosofia da Informação, então, engloba os variados contextos presentes no atual paradigma informacional.

Desde a sua criação, a Filosofia da Informação de Luciano Floridi tem sido objeto de discussão por vários pesquisadores. Porém, dentro da área da Ciência da Informação brasileira, encontram-se ainda alguns poucos trabalhos, como os de Lima e Gomes (2016), Revoredo (2015; 2014), Gonzalez de Gómez (2013), Salcedo e Revoredo (2013), Robredo (2011), Saldanha (2011), Mostafa (2010), Matheus (2005) e Francellin e Pellegatti (2004), que mencionam diretamente o termo

‘Filosofia da Informação’ e o nome de Luciano Floridi²⁶. Apesar disso, nota-se um crescente interesse no tema, pois dos dez documentos encontrados, oito foram produzidos a partir do ano de 2010²⁷.

Salcedo e Revoredo (2013, p. 11-12), por exemplo, definem que

[...] a Filosofia da Informação é uma área de estudo em formação que observa a informação em seus diversos níveis. Admite sua intrínseca relação com a sociedade, mesmo esta fazendo uso da informação por meios técnicos e não reflexivos. Aborda a informação enquanto perspectiva de futuro, observando a evolução das novas Tecnologias de Informação e Comunicação e, como se pode observar e estruturar configurações teóricas para informação. A Filosofia da Informação configura-se como campo da pesquisa filosófica voltado para a investigação crítica da estrutura conceitual das elaborações e aplicações da teoria da informação e das metodologias computacionais aos problemas filosóficos, pressupõe que um problema ou uma explicação pode ser legitimamente e genuinamente reduzido para um problema informacional.

A Filosofia da Informação também parece disputar cenário com a própria epistemologia da Ciência da Informação. De acordo com Salcedo e Revoredo (2013, p. 2) “a informação, enquanto conteúdo ganhou novas análises em relação a sua propagação e formas de inserção social, passou a ser estudada numa abordagem reflexiva, embasada na Ciência da Informação e na própria Filosofia”. Portanto, dentro do fenômeno da ‘sociedade da informação’ (ou da ‘quarta revolução/revolução informacional’ de Floridi (2010b)), a informação não é mais apenas uma ‘ferramenta’ para a obtenção do conhecimento, ela torna-se a base da discussão de tudo que movimenta a sociedade, atualmente.

Para Francellin e Pellegatti (2004, p. 130) “como objeto ‘mutante’, a informação em sua pluralidade conceitual está à espera de uma abordagem filosófica que possa contribuir para a revisão e constituição de teorias no campo da Ciência da Informação”. Ou seja, a demanda epistemológica da Ciência da Informação parece querer buscar uma definição filosófica robusta da informação, que possibilite a demarcação precisa de seu campo.

Souza (1986), em um texto da década de 1980, denominado *Fundamentos filosóficos da biblioteconomia*, já apresentava algumas problematizações sobre a

26 Saldanha (2014a; 2014b) e Elias (2011), por sua vez, apresentam artigos que mencionam discussões sobre a ‘filosofia da informação’, porém, partindo de outros pressupostos teóricos, sem remeter a Luciano Floridi.

27 Além disso, em 2014 também foi criado um periódico denominado Logeion: filosofia da informação (<http://revista.ibict.br/fiinf>) pelo grupo de pesquisa Filosofia e Política de Informação, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

tecnicidade da Biblioteconomia, visando que a mesma se tornasse, de fato, uma ciência, a partir de uma investigação filosófica e epistemológica. Segundo o autor, a Ciência da Informação seria, então, entendida na época como a própria 'Filosofia da Biblioteconomia'.

A relação da Biblioteconomia e da Ciência da Informação (que Floridi (2010a) abrevia como 'BCI') com a Filosofia da Informação não poderia ser mais óbvia, pois todas possuem o mesmo objeto de estudo. Floridi (2010a) apresenta, inclusive, uma proposta de entender a BCI como 'Filosofia da Informação Aplicada'. Porém, segundo o autor, é preciso que os fundamentos conceituais da BCI sejam substituídos da Epistemologia Social para a Filosofia da Informação.

A presente pesquisa, em princípio, não se concentrou em tal discussão, que envolve a disputa entre as bases epistemológicas da Ciência da Informação. O foco está no aprofundamento dos conceitos desenvolvidos por Luciano Floridi, para uma discussão principalmente centrada na confiabilidade da informação.

Algumas considerações precisam ser feitas com relação a qual conceito de informação é o ponto de partida para alcançar o objetivo final deste estudo. Para além das várias definições de informação citadas, e baseando-se nos tipos de informação apresentados por Floridi (2010b), cabe delimitar que a informação da qual esta pesquisa pretende elaborar seus critérios de confiabilidade é:

- **Não ambiental ou biológica:** não é uma informação presente no ambiente ou em organismos biológicos (como o clima, as impressões digitais ou o DNA);
- **Elaborada pelo ser humano**²⁸: e, assim, decorrente de subjetividades;
- **Dependente da linguagem:** portanto, com conteúdo sintático e semântico;
- **Escrita:** apresentada sob a forma textual e, logo, dependente de leituras e interpretações;
- **Disponível na web:** presente no ambiente conhecido como 'virtual';
- **Advinda de sites de notícias, portais, blogs:** por isso, trata-se de informações correntes, geralmente escritas em linguagem acessível e informal. Não abrange publicações em periódicos científicos. Desta forma,

28 Ainda que tenha aumentado o número de bots na fabricação e disseminação da informação (conforme demonstrado pela pesquisa de Santana Júnior e Lima (2017)), considera-se que mesmo nestes casos, ocorre uma 'imitação' do comportamento humano, o que acaba fazendo com que o produto informacional resultante seja o mesmo.

caracteriza-se também por ser uma informação comumente escrita sem crivo editorial;

- **Utilizada, não raramente, com finalidades para além do informar:** sujeita a distorções e manipulações em seu conteúdo. Pode, assim, aparecer sob as diversas formas de desinformação.

Também é importante destacar que o tipo de leitura crítica que se espera atingir com os critérios que foram desenvolvidos no capítulo seguinte parece ter vários níveis. Inicia enquanto uma leitura de formato (técnica), para depois analisar o conteúdo em si (semântica).

Uma vez determinados o contexto (capítulo 3), o objeto e o método (capítulo 4), cabe agora especificar o problema que se espera ser resolvido: a confiabilidade informacional.

5 A CONFIABILIDADE INFORMACIONAL

O desenvolvimento da noção de confiabilidade informacional requer uma ponderação acerca de alguns conceitos que estão relacionados, ou que possuem semelhantes finalidades de ação. Ressalta-se que não foi encontrada na literatura a presença deste termo aplicado dentro da temática deste trabalho. Portanto, sua construção precisa ser devidamente explicada e contextualizada.

Primeiro, é necessário analisar a questão da sua necessidade. Retorna-se ao ciberespaço para discorrer sobre duas soluções possíveis para lidar com o 'caos informacional': a inteligência coletiva e as '*literacies*'.

5.1 INTELIGÊNCIA COLETIVA, *MEDIA* E *INFORMATION LITERACY*

Como discorrido nos capítulos anteriores, o atual contexto informacional, ao possibilitar a criação e disseminação de informações por qualquer pessoa, gera diversos processos de desinformação.

De acordo com Lévy (2010):

Já que todos podem alimentar a rede sem qualquer intermediário ou censura, já que nenhum governo, nenhuma instituição, nem qualquer autoridade moral garante o valor dos dados disponíveis, como podemos confiar nas informações encontradas no ciberespaço? Como nenhuma seleção ou hierarquia oficial permite que nos encontremos no dilúvio informacional do ciberespaço, não estamos simplesmente frente a uma dissolução cultural em vez de um progresso, dissolução que só pode servir, em última instância, àquelas que já têm referências, ou seja, às pessoas privilegiadas por sua educação, seu meio, suas redes intelectuais privadas? (LÉVY, 2010, p. 251).

Lévy (2010), porém, tenta responder a estes questionamentos, afirmando que no mundo virtual existem, sim, autoridades que filtram conteúdo (moderadores de fórum, conselhos editoriais de jornais e revistas *on-line*, informações publicadas por órgãos governamentais, universidades e empresas) e uma opinião pública que faz com que as melhores fontes sejam mais divulgadas e as piores, menos (ainda que se possa contestar sobre quem faz parte desta opinião pública, e se realmente esta afirmação se aplica em todos os contextos atuais). As recentes ações da rede social Facebook (MOSSERI, 2017), por exemplo, também procuram colaborar neste

sentido, diminuindo a visibilidade de conteúdos que forem sinalizados como não confiáveis pelos seus usuários.

Mas Lévy (2010, p. 252, grifo do autor) ainda vai além sobre a questão, ao destacar a importância da educação do usuário da informação e a atenção que se deve ter com o controle excessivo do espaço virtual:

O funcionamento da rede depende essencialmente, portanto, da responsabilidade dos fornecedores e usuários de informação em um espaço público. Recusa um controle *hierárquico* – e portanto opaco – *global* e *a priori*, o que seria uma definição possível para o sistema da censura ou de um controle totalitário da informação e da comunicação. Não se pode ter ao mesmo tempo a liberdade de informação e a seleção *a priori* das informações por uma instância que supostamente sabe o que é bom e verdadeiro para todos, seja essa instância jornalística, científica, política ou religiosa.

A saída proposta por Lévy (2010) para solucionar os impasses informacionais, sem ficar refém de instituições e órgãos de controle do poder, passa a ser a própria rede. Mais especificamente, o que Lévy chama de ‘inteligência coletiva’.

Segundo Lévy (2007, p. 29), a inteligência coletiva “é uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências”. Trata sobre o desenvolvimento do conhecimento por meio das relações sociais presentes (ou possibilitadas) pela *internet*. O autor ressalta que a base e o objetivo da inteligência coletiva são, assim, o reconhecimento e o enriquecimento mútuo das pessoas.

Lévy (2010) comenta que a inteligência coletiva é, na verdade, uma das principais razões de ser da cibercultura, sua ‘perspectiva espiritual’ e causa última. Ela também está em constante envolvimento dialético com o ciberespaço, desenvolvendo-o e sendo desenvolvida por ele. Faz parte dos três princípios (junto com a interconexão e a criação das comunidades virtuais) que orientaram o crescimento inicial do ciberespaço.

Neste sentido, Lévy (2007, p. 30) comenta que “[...] o ciberespaço tornar-se-ia o espaço móvel das interações entre conhecimentos e conhecedores de coletivos inteligentes desterritorializados”. Porém, o autor ressalta que “[...] o crescimento do ciberespaço não determina automaticamente o desenvolvimento da inteligência coletiva, apenas fornece a esta inteligência um ambiente propício” (LÉVY, 2010, p. 30). Mas então, quais seriam as formas eficazes de possibilitar o desenvolvimento da inteligência coletiva?

Além disso, a inteligência coletiva possui um aspecto ambivalente em relação às modificações tecnossociais. De acordo com Lévy (2010), enquanto é a solução para a diminuição dos efeitos de exclusão (ou destruição) humana causados pela aceleração do movimento tecnossocial, a inteligência coletiva também acaba sendo responsável por acelerar ainda mais o ritmo deste movimento, demandando, assim, a sua apropriação e participação pelos indivíduos que compõem a sociedade da informação.

Lévy (2007) comenta que um constante questionamento para transformação do funcionamento coletivo e dos papéis de cada um, é condição necessária dentro do projeto da inteligência coletiva. No entanto, Lévy (2007, p. 32, grifo nosso) enfatiza: “nada é fixo, o que não significa que se trate de desordem ou de absoluto relativismo, pois os atos são coordenados e avaliados em tempo real, segundo um grande número de **critérios** constantemente reavaliados e contextualizados”. É a inteligência coletiva que permite ao indivíduo ter êxito dentro do caos informacional (LÉVY, 2010).

A forma como Lévy (2011; 2010; 2007) discorre sobre a inteligência coletiva em suas obras parece propor que ela seja um projeto de filosofia máxima para o desenvolvimento da sociedade da informação. E sendo assim, ela apresenta também questionamentos ainda em aberto, que acabam se refinando ou criando outros, conforme o ciberespaço cresce e se desenvolve. Lévy (2010) comenta que o projeto pretendido pela inteligência coletiva é, acima de tudo, um projeto de autonomia, liberdade e reconhecimento humano. Ele “[...] prolonga, ao mesmo tempo que ultrapassa, o da filosofia das luzes” (LÉVY, 2010, p. 215). O autor entende que “[...] *permitir que os seres humanos conjuguem suas imaginações e inteligências a serviço do desenvolvimento e da emancipação das pessoas é o melhor uso possível das tecnologias digitais*” (LÉVY, 2010, p. 214, grifo do autor). Lévy, portanto, parece também propor um ideal filosófico que resolva as questões relacionadas às descrenças da pós-modernidade.

Ao mencionar a importância do aprendizado coletivo pelas comunidades, Lévy (2010, p. 253, grifo do autor) ressalta que

[...] *toda inteligência coletiva no mundo jamais irá prescindir da inteligência pessoal, do esforço individual e do tempo necessário para aprender, pesquisar, avaliar, integrar-se às diversas comunidades, mesmo que virtuais. A rede jamais pensará em seu lugar, e é melhor assim.*

Ou seja, em última instância, o indivíduo é o principal responsável pelo que assimila e crê, e cabe a ele ser o seu próprio filtro das informações que são comunicadas constantemente aos seus sentidos.

A *information literacy*²⁹ é o conceito que trata justamente sobre o aprendizado do indivíduo diante do presente contexto informacional. De acordo com Vitorino e Piantola (2009), mesmo que a *information literacy* ainda seja um conceito em ampla discussão na literatura, a definição que ele obteve da American Library Association (ALA), em 1989, ainda é uma das mais difundidas: habilidade em localizar, avaliar e usar efetivamente a informação, e de saber reconhecer quando a informação é necessária. Em um *framework* recentemente produzido pela Association of College and Research Libraries (ACRL), uma divisão da ALA, a seguinte definição é encontrada:

Information literacy é o conjunto de habilidades integradas que engloba a descoberta reflexiva da informação, o entendimento de como a informação é produzida e avaliada, o uso da informação na criação de novos conhecimentos e na participação ética de comunidades de aprendizado (ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES, 2016, p. 3, tradução nossa).

Pode-se perceber, assim, a ocorrência de uma atualização do conceito da ALA, pela incorporação das palavras 'reflexiva' e 'ética' em sua formulação. E aqui está um ponto central do trabalho. Estas duas palavras não só estão presentes, direta ou indiretamente, em quase todos os discursos teóricos vistos até agora, como também são essenciais no desenvolvimento da confiabilidade proposta e discutida mais adiante. A reflexividade sugere a criticidade, seja na leitura, seja no pensamento, seja na ação. A ética, por sua vez, complementa a criticidade na tomada de decisões possíveis ao lidar com um objeto informacional. Se a reflexividade tem a ver com a confiabilidade no ato de se informar, a ética tem a ver com a confiabilidade no ato de disseminar.

29 Existe uma constante discussão na área da Ciência da Informação sobre a tradução do termo. Vitorino e Piantola (2009) indicam que o termo já foi traduzido em português como 'competência informacional', 'letramento informacional', 'alfabetização em informação' e 'competência em informação' – este último parece ser o mais aceito atualmente. Como esta pesquisa não pretende se aprofundar em tal discussão terminológica, optou-se por utilizar o original em inglês (*information literacy*) no discurso do texto e manter nas citações diretas a tradução utilizada pelo autor em questão (por exemplo, Campello (2003) utiliza 'competência informacional', já Zattar (2017) utiliza 'competência em informação').

Zattar (2017) e Dudziak (2003), afirmam que a expressão '*information literacy*' surge em 1974, dentro de um relatório do bibliotecário norte-americano Paul Zurkowski sobre recursos informacionais, intitulado *The information service environment relationships and priorities*. Para Campello (2003), a noção de *information literacy* foi desenvolvida dentro do contexto da sociedade da informação e, principalmente, pelo surgimento das tecnologias, e a partir da utilização da informação dentro do ambiente virtual e eletrônico. De acordo com Dudziak (2003, p. 23),

A information literacy liga-se à necessidade de se exercer o domínio sobre o sempre crescente universo informacional. Incorporando habilidades, conhecimentos e valores relacionados à busca, acesso, avaliação, organização e difusão da informação e do conhecimento.

Além disso, a autora comenta que o conceito é sustentado pelo processo investigativo, pelo aprendizado ativo, independente e contínuo, e pelo pensamento crítico. Ela também discute que, levando em conta a evolução do conceito com o passar do tempo, as concepções de *information literacy* estão relacionadas a três referenciais: da informação (que possui ênfase na tecnologia da informação), do conhecimento (com ênfase nos processos cognitivos individuais) e da inteligência (ênfase no aprendizado ao longo da vida) (DUDZIAK, 2003).

Vitorino e Piantola (2009) comentam que, a partir do ano 2000, as pesquisas têm direcionado a *information literacy* para o ambiente coletivo, destacando seu papel social e, assim, vinculando-a ao contexto e à ação dentro de uma dimensão dinâmica.

Além disso, Zattar (2017, p. 287), ao mencionar o *framework* da ACRL, indica que

Assim sendo, tem-se que a competência em informação conecta-se com as experiências solidárias e coletivas vivenciadas nas dinâmicas de aprendizagem continuada a partir de uma perspectiva ética e crítica, o que exige o acesso, a avaliação e o uso da informação de forma responsável, interdependente e colaborativa.

Desta forma, pode-se verificar que as últimas tendências na área da *information literacy* parecem, então, aproximá-la ainda mais da inteligência coletiva, de tal forma que os dois conceitos parecem se fundir, ao levar em conta os seus objetivos finais.

Ademais, a *information literacy* parece também querer discutir alguns questionamentos propostos pela Filosofia da Informação, possibilitando mais uma aproximação conceitual:

Em uma perspectiva crítica, a competência informacional deve ser mais amplamente entendida como uma “arte” que vai desde saber como usar os computadores e acessar a informação até a reflexão crítica sobre a natureza da informação em si, sua infraestrutura técnica, e o seu contexto e impacto social, cultural e mesmo filosófico, o que permitiria uma percepção mais abrangente de como nossas vidas são moldadas pela informação que recebemos cotidianamente (VITORINO; PIANTOLA, 2009, p. 138).

Além da *information literacy*, outro conceito atualmente em ampla discussão, e que se relaciona com o contexto da informação no ambiente virtual, é o de *media literacy*. Segundo o relatório da The National Leadership Conference on Media Literacy, que aconteceu nos Estados Unidos, em 1992, a *media literacy* permite ao indivíduo “[...] decodificar, avaliar, analisar e produzir tanto na mídia eletrônica como na impressa” (AUFDERHEIDE, 1993, p. 1, tradução nossa). O principal objetivo da *media literacy* é a autonomia crítica na relação do indivíduo com as mídias.

De acordo com Dudziak, Ferreira e Ferrari (2017), a *media literacy*³⁰ foi mencionada pela primeira vez em 1960, dentro de documentos da UNESCO que se preocupavam com a educação promovida pelas mídias de massa àqueles que não poderiam ter acesso a ela de alguma outra forma. Tal cenário configuraria um sistema de ‘educação à distância’. Com o passar do tempo, as discussões tornaram-se concentradas na compreensão crítica dos cidadãos frente aos meios de comunicação e, assim, “[...] incorporava tanto o conhecimento da estrutura, economia e função dos sistemas de mídia de massa na sociedade quanto habilidades analíticas para “ler” o conteúdo estético e ideológico das mensagens de mídia” (DUDZIAK; FERREIRA; FERRARI, 2017, p. 220).

Portanto, a *media literacy* teve forte relevância na educação conforme os meios midiáticos assumiam um papel de influência cada vez maior na sociedade, atuando no processo de construção da realidade. A *media literacy* procurava, assim, atentar para os significados midiáticos, sabendo que eles possuíam implicações

30 Do mesmo modo que no caso da *information literacy*, optou-se por manter o termo originalmente em inglês para não entrar em discussões sobre suas traduções mais adequadas, como ‘competência midiática’, ‘alfabetização midiática’ ou ‘competência em mídia’.

comerciais, ideológicas e políticas (AUFDERHEIDE, 1993). Para Brown (1998), a *media literacy* está associada essencialmente ao exercício do pensamento crítico.

Para Rubin (1998), as definições de *media literacy* se concentram, em grande parte, na avaliação crítica das mensagens e enfatizam, entre outros, a consciência e a racionalidade que, segundo Rubin (1998, p. 3, tradução nossa), é “[...] o processamento cognitivo da informação”. Ainda de acordo com o autor, “a *media literacy* então, é sobre entender as fontes e tecnologias de comunicação, os códigos que são usados, as mensagens que são produzidas e a seleção, interpretação e impacto dessas mensagens” (RUBIN, 1998, p. 3, tradução nossa).

Com o tempo, entendeu-se que o conceito de mídia não estava mais atrelado à imprensa, rádio, televisão e cinema em si, mas à utilização, por quem quer que seja, de recursos de imagem, som, palavras e sinais para emitir uma mensagem. A partir de então, de acordo com Dudziak, Ferreira e Ferrari (2017), a *media literacy* assumiu também um papel de alfabetização escolar.

Segundo Dudziak, Ferreira e Ferrari (2017), apesar dos conceitos de *information literacy* e *media literacy* terem se desenvolvido separadamente, a tendência atual é a convergência entre eles, dentro da expressão *Media and Information Literacy* (MIL). De acordo com os autores, o termo corresponde mais adequadamente à atual realidade dentro da sociedade da informação, e vem sendo usado nas principais discussões sobre o tema na última década.

Dudziak, Ferreira e Ferrari (2017) realizaram uma análise de documentos que representam os principais marcos políticos sobre a MIL, de organizações como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) e também a ALA. A análise conclui que a apropriação das mídias e da informação é, atualmente, obrigatória no desenvolvimento social e econômico de países, regiões e comunidades. Mesmo que ainda seja limitada por fatores que envolvem a disponibilização e utilização das TIC, essa apropriação é fundamental no desenvolvimento da cidadania e da participação e pertencimento do indivíduo dentro da sociedade.

No entanto, os autores ressaltam a importância da atenção aos fatores que ameaçam os meios de comunicação e a própria informação, a saber: vigilâncias, manipulação de informações e notícias, interesses comerciais, e a militarização de

satélites e redes. Segundo Dudziak, Ferreira e Ferrari (2017), diante deste cenário se destaca a importância dos marcos legais e políticos sobre o tema.

Information literacy, media literacy, MIL, e as outras ‘*literacies*’ que assim possam ser associadas, são conceitos que, apesar de já existirem há algum tempo (alguns mais, outros menos), ganharam notoriedade nos últimos anos, principalmente em função da expansão das TIC e do crescimento do assim chamado ciberespaço³¹. São também expressões que apesar de possuírem suas diferenças conceituais, remetem a uma preocupação em comum: a leitura e o pensamento crítico³².

5.2 LEITURA CRÍTICA E PENSAMENTO CRÍTICO

A leitura crítica tem papel fundamental neste trabalho, pois ela acaba sendo a ação esperada ao se desenvolver os critérios de confiabilidade informacional. Uma breve análise de algumas definições encontradas para as palavras ‘crítica’ e ‘critério’ mostra que a relação entre as duas é muito próxima, pois demonstram finalidades complementares.

‘Critério’, do grego *kritéiōm*, está relacionado à capacidade de distinguir o **verdadeiro do falso**, e à autoridade para **criticar** (CRITÉRIO, 2018a, 2018b). Já, ‘crítica’, do latim *criticus*, está relacionada à análise de produções intelectuais, à capacidade de julgar, à **análise de fatos** (CRÍTICA, 2018a, 2018b, 2018c). Estabelecer critérios está, então, firmemente relacionado com a atividade crítica.

Mas o que seria a leitura crítica?

Relacionada a outros conceitos como o ‘pensamento crítico’, a ‘escrita crítica’ e à própria MIL³³, ela é uma ferramenta cognitiva poderosa para lidar com a desinformação. Assim, é necessário elaborar brevemente o seu significado.

O conceito de leitura crítica varia conforme a área em que ele é definido. De forma geral, sua origem parece ter vindo da filosofia, e sua elaboração aconteceu junto com o próprio desenvolvimento da razão. Seja por meio da interpretação da realidade (filosofia), da interpretação de textos (hermenêutica, exegese) ou do

31 Conforme Dudziak, Ferreira e Ferrari (2017) apontam, apesar de tratar sobre a media literacy desde a década de 1960, a UNESCO, por exemplo, só mencionou explicitamente o termo information literacy em 2003.

32 De acordo com Dudziak (2003), a leitura crítica faz parte do conceito geral de literacy.

33 Ou ainda também, ao conceito de ‘critical literacy’, como desenvolvido por Shor (1999).

desenvolvimento do método científico, a leitura crítica sempre esteve presente na busca pelo conhecimento. Assim, inevitavelmente a leitura crítica passou a ser base acadêmica do aprendizado, e é comum encontrar sua definição em documentos de suporte de estudos, em algumas universidades.

De acordo com a Universidade de Leicester (UNIVERSITY OF LEICESTER, 2009, p. 1, tradução nossa), por exemplo, a leitura crítica é entendida como uma habilidade de estudo que envolve:

- Examinar a evidência ou argumentos apresentados;
- Checar algum tipo de influência nas evidências ou argumentos;
- Conferir as limitações do escopo do estudo;
- Examinar as interpretações feitas;
- Decidir até que ponto você está preparado para aceitar os argumentos, opiniões e conclusões dos autores.

Cita que aquilo que uma leitura crítica deve buscar são as chamadas ‘evidências’. Apesar das evidências serem diferentes dependendo do tipo de texto (que pode ser científico ou um relato pessoal, por exemplo), elas geralmente estão atribuídas à apresentação de dados externos ao texto e à construção racional de um argumento (por exemplo, a apresentação de um contexto no qual a informação foi coletada. Ou ainda, a metodologia utilizada). Junto às evidências, o texto apresentará argumentos, e é papel da leitura crítica questionar esses argumentos (ex.: Por que isso foi feito desta forma? Qual a razão de o autor ter escolhido estas evidências? As conclusões estão coerentes com as premissas? As comparações feitas estão apropriadas? A linha de raciocínio faz sentido?) (UNIVERSITY OF LEICESTER, 2009).

Já para a Universidade do Estado de Cleveland, a leitura crítica envolve atingir um nível de profundidade do texto, possível somente se o “[...] leitor aplica certos processos, modelos, questionamentos e teorias que resultam em maior clareza e compreensão” da mensagem recebida (CLEVELAND STATE UNIVERSITY, 2017, p. 1, tradução nossa). Ainda de acordo com a Universidade, a consistência lógica é um dos termos importantes no processo de leitura crítica:

A leitura crítica envolve o uso de habilidades lógicas e retóricas. Identificar a tese do autor é um bom lugar para começar, mas entender como o autor pretende apoiá-la é uma tarefa difícil. Frequentemente, um autor fará uma alegação (mais comumente na forma da tese) e a embasará no corpo do texto. O embasamento para a alegação do autor está na evidência fornecida

para sugerir que o argumento pretendido pelo autor é sólido ou razoavelmente aceitável. O que liga esses dois é uma série de elos lógicos que convence o leitor da coerência do argumento do autor: essa é a fundamentação. Se a premissa do autor não for sustentável, uma leitura crítica descobrirá os lapsos no texto que mostram que ela é incorreta (CLEVELAND STATE UNIVERSITY, 2017, p. 1, tradução nossa).

Dentro destas definições, a leitura crítica está comumente associada a procedimentos de metodologia científica (e do pensamento científico em geral) para a formação do acadêmico.

Mas ela também é bastante utilizada enquanto problema teórico e filosófico dentro de disciplinas da área das Ciências Humanas, como a Pedagogia, ou na área da Comunicação³⁴. Deste modo, é fácil associar a leitura crítica ao conceito de ‘consciência crítica’ do reconhecido educador brasileiro, Paulo Freire. Segundo Freire (1988), a consciência crítica é problematizadora, dialógica, indagadora e investigadora. Busca ir além das aparências, interpreta os problemas com profundidade, percebe a realidade como mutável e está aberta a revisões. Evita preconceitos e deformações nas interpretações, pratica o diálogo entre o novo e o velho, e busca segurança na argumentação, ao invés da polêmica.

Sendo assim, delimita-se o caminho que vai da leitura crítica ao que está por trás dela: o pensamento crítico³⁵. O pensamento crítico, em sua essência, está relacionado ao ato de análise crítica que orienta a leitura crítica. Para o professor e pesquisador em Psicologia, David William Carragher (1983, p. 127-128, grifo do autor), a análise crítica

É o processo segundo o qual questões são esclarecidas. Salientamos a palavra *crítica* pois quem faz tal análise exige que suas ideias sejam examinadas e questionadas. As dúvidas ajudam-nos a formular perguntas. O pensador crítico, ao avaliar os argumentos de si próprio e dos outros, levanta muitas questões, entre as quais as seguintes:

- O que está sendo afirmado? Há ideias implícitas no argumento?
- O que é usado para apoiar as ideias?
- As evidências (se houver) apoiam as ideias?
- Há facetas importantes do problema abordado que não foram consideradas? O que outras perspectivas sugerem?
- O autor caracteriza bem o problema abordado? Ou sua caracterização distorce o problema?

34 Costa e Ferreira (2013), por exemplo, associam a leitura crítica ao processo de investigação das mensagens midiáticas, e também como método para transpor a educação instrumental. Neste sentido, a leitura crítica estaria mais vinculada ao conceito de *media literacy*.

35 Como bem aponta o pesquisador e professor de filosofia da educação, José Claudio Morelli Matos (2013), a leitura e o pensamento sempre estão interligados, pois toda leitura é um processo do pensamento. Portanto, as diversas formas de pensamento sugerem diversas formas de leitura.

- Quais as questões principais envolvidas? O autor reconhece a centralidade de tais questões? Essas questões são de fato, de valor ou conceituais?
- Que informações poderiam ajudar a esclarecer as questões principais?
- Que ideias ou conceitos precisam ser explorados para esclarecer as questões principais?

Para Carraher (1983), as ideias de um autor são apresentadas dentro de uma lógica específica, que determina uma posição sobre certo assunto. Um leitor crítico, de acordo com Carraher (1983), sabe não só reconhecer a diferença de posição de cada argumentação dentro de um mesmo assunto, como também consegue avaliar qual é a mais apropriada ou mais bem formulada. Ainda de acordo com Carraher (1983), o pensamento crítico está também relacionado à noção de senso crítico. Um indivíduo dotado de senso crítico é “um indivíduo que possui a capacidade de analisar e discutir problemas inteligente e racionalmente, sem aceitar, de forma automática, suas próprias opiniões ou opiniões alheias” (CARRAHER, 1983, p. xvii). Além disso, “o senso crítico refere-se a habilidades já desenvolvidas (e não apenas potenciais), presumivelmente através de leitura, reflexão e da própria prática” (CARRAHER, 1983, p. xviii).

O pensamento crítico, para Carraher (1983, p. xviii), apresenta as seguintes características:

1. Uma atitude de constante curiosidade intelectual e questionamento;
2. A habilidade de pensar logicamente;
3. A habilidade de perceber a estrutura de argumentos em linguagem natural;
4. A perspicácia, isto é, a tendência a perceber além do que é dito explicitamente, descobrindo as ideias subentendidas e subjacentes;
5. Consciência pragmática, um reconhecimento e apreciação dos usos práticos da linguagem como meio de realizar objetivos e influir sobre outros;
6. Uma distinção entre questões de fato, de valor e questões conceituais;
7. A habilidade de penetrar até o cerne de um debate, avaliando a coerência de posições e levantando questões que possam esclarecer a problemática.

Já para o filósofo educador John Dewey, a noção de pensamento crítico é desenvolvida pelo autor sob o termo ‘pensamento reflexivo’. Segundo Dewey (1979), o pensamento reflexivo desencadeia uma sucessão lógica de etapas do pensamento que resulta numa conclusão substancial para ordenar uma sequência de ideias. O pensamento reflexivo “[...] faz um ativo, prolongado e cuidadoso exame de toda crença ou espécie hipotética de conhecimento, exame efetuado à luz dos

argumentos que a apoiam e das conclusões a que chega” (DEWEY, 1979, p. 18). No âmbito da leitura, corresponde também ao processo mental do leitor em buscar indícios de respostas (ou ‘sugestões’, na terminologia do autor) diante de uma situação de dúvida e incerteza provocada na ação de significação de um texto.

Para Dewey (1979), o pensamento reflexivo combate preconceitos e ‘prejuízos’ mentais adquiridos como ‘pensamentos’ de forma automatizada pelo indivíduo no seu contexto social. Nas palavras de Dewey (1979, p. 17),

Tais “pensamentos” desenvolvem-se inconscientemente. São colhidos – não sabemos como. De obscuras fontes e por canais não percebidos, insinuam-se no espírito e tornam-se, inconscientemente, uma parte de nossa guarnição mental. São por eles responsáveis a tradição, a instrução, a imitação, que, todas dependem, de alguma forma, de autoridade, ou atendem à nossa própria vantagem, ou coincidem com alguma forte emoção nossa. [...] Mesmo quando acontece serem corretos, sua correção é acidental no que se refere à pessoa que os tem.

Essa passagem de Dewey apresenta alguns pontos importantes. Primeiro, ela enfatiza a importância de pensar criticamente como forma de contestar valores que são repassados pela sociedade sem o devido questionamento. E assim, é inevitável remeter-se à ideia de ‘senso comum’. Se o senso crítico prevê o conhecimento pela reflexão, o senso comum sugere o conhecimento pelo ‘repasse’, pela simples aquisição automatizada de informações.

Essa aquisição, bem representada na passagem pela palavra ‘imitação’, traz o segundo ponto importante: a atualização do texto quando se pensa nos ‘memes’. O termo, muito utilizado atualmente na disseminação de informações de caráter humorístico nas redes sociais (e em constante compartilhamento de território com as *fake news*), foi originalmente cunhado pelo pesquisador e escritor, Richard Dawkins, na década de 1970, em sua obra *O gene egoísta*. Para Dawkins (2007), o ‘meme’ equivaleria ao correspondente cultural do gene e, assim, seria o responsável por passar adiante, através de gerações e populações, os diversos artefatos humanos produzidos sob as mais diversas formas de manifestação que atingem o âmbito social: gestos, danças, ideias, formas de comportamento, entre outros. Portanto, devido aos ‘memes’, o ser humano pode adquirir pensamentos que não correspondem ao exercício da própria reflexão.

O último ponto em destaque sobre a passagem de Dewey corresponde à utilização das palavras ‘emoção’ e ‘vantagem’. Dewey parece sugerir que alguns

pensamentos são adquiridos de forma automatizada por estarem de acordo com algum apelo emocional do indivíduo, ou pelo fato de produzir algum tipo de vantagem para o mesmo. A importância desta argumentação é justamente por sua relação direta com o conceito de pós-verdade, discutido anteriormente.

Assim, se o pensamento reflexivo de Dewey espera ser uma forma de afastar do espírito do indivíduo esses outros tipos de 'pensamentos', o pensamento crítico proposto por esta pesquisa pretende ser uma forma de se combater o atual cenário das pós-verdades, notícias falsas, fatos alternativos e da desinformação como um todo.

Adequando à proposta do presente trabalho, define-se, então, a **leitura crítica** como a **capacidade de análise racional da informação que é lida, de forma a questionar sua veracidade, origem, finalidade e sua correspondência com os fatos**. Esta análise demanda o conhecimento de critérios de confiabilidade, para que se possa ter um referencial de julgamento.

Já o **pensamento crítico** conceitua-se como o **método por trás da leitura crítica, que busca o exame cuidadoso das informações, visando tomar decisões e gerar conhecimento**.

Os conceitos trazidos aqui pretendem possibilitar que o indivíduo e a sociedade escolham, de forma correta, como, quando e onde se informar. Mas o que é a forma correta? Nesse caso, entende-se como 'correto', o caminho informacional que leva ao conhecimento, ou seja, que responde de forma verdadeira (correspondente à realidade) aquilo que o indivíduo quer saber.

Como saber se a resposta é verdadeira? Sabendo que a informação é confiável. Mas, para determinar uma informação confiável, é preciso averiguar critérios que garantam tal característica, que é a sua confiabilidade. Assim, é preciso determinar o que é a confiabilidade informacional.

A noção de confiabilidade informacional leva em consideração os discursos de Floridi (2011) e Goldman (1993) sobre informação factual, informação semântica, crença justificada e conhecimento.

Apresentadas as teorizações mais recentes para lidar com a questão do aprendizado das informações dentro do ambiente virtual, é necessário agora um aprofundamento na questão epistemológica sobre as noções de confiança e confiabilidade.

5.3 CONFIABILISMO, INFORMAÇÃO FACTUAL E INFORMAÇÃO SEMÂNTICA

Averiguar epistemologicamente o conceito de confiabilidade significa dizer que as noções desenvolvidas estarão levando em conta, inicialmente, sua relação com o conhecimento – pois é ele o foco da epistemologia. De acordo com Goldman (1993), a primeira consideração sobre confiabilidade do conhecimento apareceu em uma nota dentro da obra *The Foundations of Mathematics and Other Essays* de F. P. Ramsey, em 1931, que disse que “[...] uma crença é conhecimento se ela é verdadeira, correta e obtida por meio de um processo confiável” (GOLDMAN, 1993, p. 433, tradução nossa).

Neste sentido, Goldman (1993) utiliza o termo ‘confiabilismo’ (originalmente em inglês como *reliabilism*) como parte dos conceitos abordados dentro da área da epistemologia. De acordo com o autor, a definição sintetizada de confiabilismo seria “a visão de que uma crença adquire um status epistêmico favorável ao ter algum tipo de vínculo confiável com a verdade” (GOLDMAN, 1993, p. 433, tradução nossa).

Cabe destacar, então, que as noções epistêmicas de confiança sempre têm relação com o conhecimento de algo ou com uma crença que está sendo operada em algum sentido pelo indivíduo. Esta crença geralmente está associada a processos cognitivos de natureza lógica ou a percepções transmitidas pelos sentidos.

Em última instância, a confiança trata da busca pela verdade. Conforme comenta Goldman (1993), dentro das teorias do conhecimento, a verdade é um requisito para o saber. E assim como as teorias do conhecimento, Goldman (1993, p. 433, tradução nossa), afirma que “o confiabilismo é comumente classificado como uma teoria ‘externalista’ porque invoca algum fator relacionado com a verdade, e a verdade é ‘externa’ a pessoa que crê”.

Goldman (1993) descreve que a noção do confiabilismo como ‘crença justificada’ apresenta duas principais variáveis: as ‘teorias dos indicadores confiáveis’ e as ‘teorias dos processos confiáveis’. No primeiro caso, uma crença é justificada (confiável) quando suas razões são indicadores confiáveis de verdade. No segundo caso, uma crença é confiável quando é produzida por processos cognitivos que são confiáveis.

Nesse sentido, Goldman (1993) é defensor da segunda teoria e diz que o envolvimento em processos cognitivos como a percepção, a memória, o raciocínio, a

adivinhação e a introspecção, é essencial para justificar uma crença e alcançar a verdade para além da formação lógica das preposições, e de suas relações com outras preposições. Neste sentido, o confiabilismo passa a ser 'internalista'.

Além disso, Goldman (1993) comenta que os processos cognitivos são responsáveis por fazer o confiabilismo ser uma teoria de níveis mais profundos que outras teorias de justificação, como o fundacionalismo (*foundationalism*) e o coerentismo (*coherentism*) - as quais podem ser um complemento ao confiabilismo, segundo o autor.

Goldman (1993) propõe que uma das soluções para avaliar a confiança de uma crença justificada é a criação de uma lista de virtudes e vícios intelectuais. Nesse caso, as virtudes seriam entendidas justamente como processos cognitivos confiáveis. Assim, os avaliadores epistêmicos julgariam se determinado caso se assemelha a uma virtude ou a um vício cognitivo pré-estabelecido na lista.

De forma similar ao que Goldman propõe, entende-se que o desenvolvimento de critérios de confiabilidade é o que faz com que a própria confiabilidade adquira um conceito sólido e robusto. Portanto, a proposta do presente estudo traz o desenvolvimento de tais critérios como forma de criar uma noção consistente de confiabilidade informacional, para assim poder ser usada como ferramenta na avaliação da informação disseminada no ambiente virtual.

A noção de confiabilidade³⁶ também é explorada por Floridi (2011) em sua discussão sobre o que ele chama de 'informação semântica' e sua 'tese da veridicalidade' (*veridicality thesis*). Remetendo ao conceito da DGI (dados bem formados e possuidores de significado), discutido anteriormente no capítulo 3, o autor analisa novamente sua definição para elaborar o desenvolvimento do seu pensamento sobre a confiabilidade.

Apesar de reconhecer a utilidade prática da definição dada pela DGI, Floridi (2011) argumenta, porém, que tal definição não basta para discussões epistemológicas sobre a informação. E o grande problema da definição fornecida pela DGI provém de sua neutralidade a respeito de valores da informação relacionados à verdade, pois ela engloba a falsa informação (desinformação) como parte de seu conceito.

36 Floridi não utiliza a palavra 'confiabilidade' em seus trabalhos, porém, desenvolve teorias buscando a relação da informação com o confiável, o verdadeiro, o verídico (truthful, veridical).

A definição que Floridi (2011) dá para a ‘informação semântica’ é, assim, uma correção e crítica à DGI, pois não basta que os dados sejam bem formados e significadores: eles também precisam ser confiáveis (*truthful*)³⁷.

Nesse sentido, quando Floridi (2011) utiliza a palavra ‘semântica’ junto com ‘informação’, também está querendo dizer que a informação que está preocupado em definir é a informação declarativa, que se refere a um fato, e assim, possível de ser avaliada como verdadeira ou falsa. É o que Aristóteles (*apud* Lyotard (2004, p. 42)) chama de ‘discurso denotativo’:

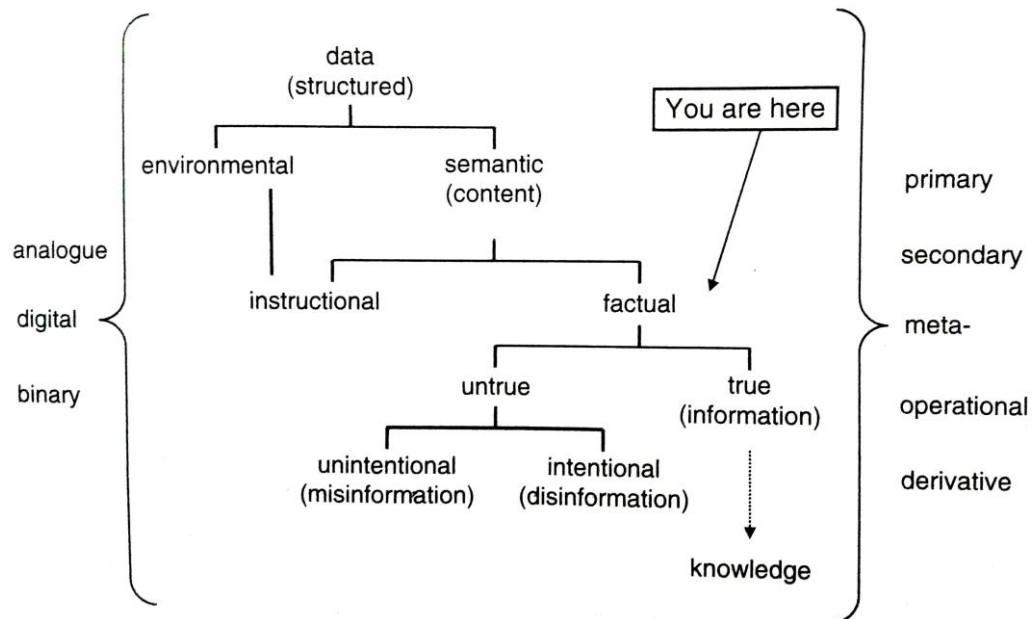
Todo discurso significa alguma coisa (*sémantikos*), mas todo discurso não é denotativo (*apophantikos*): só o é aquele ao qual cabe dizer do verdadeiro ou falso. Ora, isto não se produz em todos os casos: a prece, por exemplo, é um discurso, mas ela não é nem verdadeira nem falsa.

Um arquivo de música, uma pintura, uma instrução, uma ordem, um convite, um discurso conotativo qualquer são outros exemplos de informação que estão fora de um possível julgamento sobre veracidade epistêmica.

No entanto, Floridi parece variar nos termos que utiliza para a informação que ele quer definir, em relação à sua veracidade, como objeto de análise: ora aparece como ‘*factual semantic information*’ (FLORIDI, 2010b), ora apenas como ‘*semantic information*’ (FLORIDI, 2011). Ademais, quando se refere ao ‘*semantic content*’, não está falando ainda da informação semântica que engloba a correção à DGI, pois como pode ser visto novamente em seu mapa de conceitos, a desinformação também possui conteúdo semântico.

³⁷ Apesar de a tradução de ‘truthful’ para o português remeter também à palavra ‘verdadeiro’, Floridi (2011, p. 105, tradução nossa, grifo do autor) explica que ela deve ser entendida como algo que está “[...] ‘fornecendo conteúdos verdadeiros sobre um sistema em particular’. É preferível falar ‘dado confiável’ [no original, ‘truthful data’] do que ‘dado verdadeiro’ [no original, ‘true data’] porque o dado em questão pode não ser linguístico, e um mapa, por exemplo, é mais ‘confiável’ do que ‘verdadeiro’; e porque ‘dado verdadeiro’ pode dar origem a uma confusão, como se estivesse enfatizando a natureza genuína do dado em questão, não a sua veracidade [no original, ‘veridicality’]”.

Figura 5 – Mapa de conceitos informacionais 3



Fonte: Floridi (2010b, p 49).

Para tanto, buscando esclarecer possíveis confusões conceituais, é preciso ressaltar que o conteúdo (*content*) é uma característica dos dados mesmo antes de ser informação. E é por isso que a desinformação possui conteúdo semântico (detém significado em um vocabulário), mas, por não ser verdadeira factualmente, não corresponde a uma informação semântica. Ou seja, não corresponde realmente a uma informação.

Assim, uma das principais consequências de uma definição de informação que inclui como critério o seu valor de verdade, é qualificar a desinformação como não-informação. Ou como Floridi (2011) argumenta: pseudo-informação.

Floridi (2011) ilustra com exemplos retóricos: assim como um pato de borracha não é um tipo de pato, um amigo falso não tem nada de amigo, a desinformação não pode ser informação. Se, em termos discursivos, uma mentira não é uma forma de contar a verdade, uma desinformação não pode ser informativa³⁸. Além disso, Floridi (2011) ressalta que não se deve confundir o conceito de informação com o de comunicação. Informar é diferente de comunicar. Justamente porque a mentira é uma forma de comunicação, mas não de informação semântica.

³⁸ Considerar desinformação como informação seria, portanto, concordar que a desinformação produz conhecimento. É dessa forma, tratar-se-ia de um conhecimento 'esquizofrênico', pois estaria distante da verdade e, portanto, distante da própria noção de realidade.

Para justificar sua argumentação, Floridi (2011) utiliza uma análise sintática e outra semântica sobre o conceito de informação falsa (*false information*), ou desinformação (aqui no sentido da má informação (*misinformation*)), que resulta em uma negação da caracterização dela como informação. O autor argumenta que diferentemente, por exemplo, da informação digital (é digital e é informação), na informação falsa, o 'falsa' é um atributivo de negação do estado anterior. Resulta em: é informação e é falsa, ou seja, não é informação.

Para Floridi (2011), a definição da DGI para a informação está considerando a desinformação como informação também, pois os dados podem ser imprecisos e incorretos e, ainda assim, estarem bem formados e com significado. E a única forma de uma desinformação ser informativa é de forma indireta ou derivativa (como por exemplo, informar sobre a baixa confiabilidade da fonte), mas então, a questão passa a ser outra, que não o conteúdo informativo da própria mensagem informada.

A exigência de que os dados bem formados e significantes também sejam verdadeiros (ou confiáveis), é o que Floridi (2011) propõe como correção à DGI, e como definição de 'informação semântica'. A condição para esta exigência ocorrer acontece por meio da tese da veridicalidade/veracidade do autor. Por meio da tese, o autor desenvolve o que chama de 'teoria da informação fortemente semântica', baseada em uma abordagem quantitativa da informação semântica, que faz a análise de níveis de veracidade (*truth values*) e discrepância semântica contidos em uma dada situação.

Floridi (2011) também comenta que, assim, a noção clássica de conhecimento como uma crença justificada e verdadeira, também passa a ser percebida como 'possuidora da verdade', já que está incorporando a informação semântica. Pode-se, então, refletir que, conseqüentemente, não existe conhecimento falso, e que informação falsa não gera conhecimento (novamente, apenas de forma derivativa ou indireta).

A preocupação com a verdade, como visto, é uma discussão filosófica e epistêmica que se relaciona com a própria noção de realidade percebida pelo indivíduo, e com a construção do conhecimento. A informação é o principal elemento presente neste processo de construção e, mais do que nunca, a grande representante da atual realidade.

Se "[...] estar informado [...] implica reter algo verdadeiro" (FLORIDI, 2011, p. 96, tradução nossa), isso significa que uma consistente distinção do que é

verdadeiro ou falso dentro do contexto informacional contemporâneo é, em última instância, uma análise do que realmente é informação dentro da sociedade da informação.

Mas então, se ela não está em todas as partes, onde realmente está a informação? Como identificar a informação que contém a verdade? A saída proposta por este trabalho é a utilização de processos de confiança e critérios de confiabilidade informacional.

De fato, pode-se pensar que os processos dos quais evoluíram a linguagem e a comunicação humanas, aparentemente resolviam conflitos ou necessidades informacionais de suas épocas. O desenvolvimento e o aperfeiçoamento das línguas permitiu que o homem comunicasse a informação de forma mais precisa. A escrita permitiu que a informação pudesse alcançar outros territórios e outros tempos. A arte resolveu angústias informacionais subjetivas. E a *internet*, por sua vez, explorou todos os processos anteriores ao máximo, de forma que a nova 'barreira' da comunicação a ser vencida não é mais a expansão das possibilidades comunicativas e informacionais, e sim, um recuo necessário para encontrar o sentido perdido em meio a tanta (des)informação.

Fallis (2010) propõe a utilização de uma teoria de jogos, desenvolvida por Elliot Sober, sobre mentiras que visam o engano. Segundo Fallis (2010), a teoria, basicamente, consiste na análise das possibilidades de escolhas em desinformar, baseadas na quantidade de benefícios e custos que irão gerar (principalmente o balanço dos custos de não ser acreditado com os benefícios de ser acreditado). Segundo Fallis (2010, p. 7, tradução nossa), "portanto, existirá muita desinformação se os benefícios de ser acreditado forem altos comparados com os custos de não ser acreditado e/ou se a audiência que se pretende desinformar é muito mais provavelmente crédula do que cética".

A confiabilidade se fundamenta, acima de tudo, em exercer a criticidade em primeiro lugar. Pois se o exercício crítico da razão é o principal meio para se chegar ao conhecimento, ele também é o método para discernir quais os caminhos que levam até lá.

5.4 CRITÉRIOS DE CONFIABILIDADE INFORMACIONAL

Até aqui, desenvolveu-se um arcabouço teórico para construir a noção de confiabilidade que, conforme visto, está diretamente relacionada aos conceitos de verdade, criticidade, crença justificada, argumentação lógica, entre outros.

Portanto, a partir de agora, define-se a **confiabilidade informacional** como **a análise que avalia, utilizando critérios pré-determinados, se o conteúdo de determinada informação semântica é verdadeiro ou confiável.**

Estes critérios, que vão determinar o nível de confiabilidade da informação, serão apresentados a seguir, divididos em duas dimensões:

- Dimensão técnica: envolve aspectos relacionados ao formato e contexto em que a informação é apresentada;
- Dimensão semântica: envolve o conteúdo semântico e lógico da informação em si.

Com estas duas dimensões, espera-se estabelecer um método para a análise de informações disseminadas no contexto informal da *web*, aplicável no monitoramento de informações divulgadas no ambiente virtual. Cabe aqui retomar e atualizar qual tipo de informação é o foco desta pesquisa. Conforme apresentado no capítulo 4, e levando agora em consideração a noção de informação factual e semântica desenvolvida neste capítulo, os critérios desenvolvidos estão direcionados à informação que é:

- **Não ambiental ou biológica:** não é uma informação presente no ambiente ou em organismos biológicos (como o clima, as impressões digitais ou o DNA);
- **Elaborada pelo ser humano:** e, assim, decorrente de subjetividades;
- **Dependente da linguagem:** portanto, com conteúdo sintático e semântico;
- **Escrita:** apresentada sob a forma textual e, logo, dependente de leituras e interpretações;
- **Factual:** passível de ser julgada enquanto verdadeira ou falsa. Não se trata, portanto, de informação instrucional;
- **Disponível na web:** presente no ambiente conhecido como ‘virtual’;
- **Advinda de sites de notícias, portais, blogs:** e por isso, trata-se de informações correntes, geralmente escritas em linguagem acessível e

informal. Não abrange publicações em periódicos científicos. Desta forma, caracteriza-se também por ser uma informação comumente escrita sem crivo editorial;

- **Utilizada, não raramente, com finalidades para além do informar:** sujeita a distorções e manipulações em seu conteúdo. Pode, assim, aparecer sob as diversas formas de desinformação.

5.4.1 Dimensão técnica

A dimensão técnica, como mencionada anteriormente, analisa questões relacionadas ao formato e ao contexto da apresentação da informação. É a dimensão que trata de uma prática já desenvolvida há tempos pela Biblioteconomia e Ciência da Informação, dentro do campo de pesquisa em fontes de informação, com destaque para os trabalhos liderados pela pesquisadora brasileira Maria Inês Tomaél.

Inicialmente, a análise técnica da confiabilidade de uma informação veiculada por um texto no ambiente digital deve se preocupar, principalmente, com a questão da autoria e da fonte, da informação em foco. Identificar a origem da informação é o primeiro passo para entender que tipo de informação é essa, e qual o nível de confiança que se pode começar a aplicar.

Birger Hjørland (2012), reconhecido pesquisador da área de Ciência da Informação, elaborou um catálogo de alguns métodos consolidados na literatura para a avaliação de fontes de informação. O autor explica que o contexto da abundância de informações tem aumentado os estudos na avaliação de fontes de informação (também chamado pelo autor de ‘crítica da fonte’ (*source criticism*) ou ‘avaliação crítica da pesquisa’ (*critical research assessment*)). Tomaél, Alcará e Silva (2008) comentam que a preocupação com a qualidade da informação tem se mostrado um desafio desde a expansão da *web*, e também citam a existência, atualmente, de um processo de ‘sobrecarga’ da informação.

Em seu estudo, Hjørland (2012) identifica a relevância de pelo menos quatro métodos que têm relação específica com a autoria da informação: credenciais do autor (*author credentials*), reputação do editor (*publisher reputation*), o fator de impacto da fonte (*journal impact factor*), e o patrocínio da pesquisa (*sponsoring*). O autor considera que, ainda que sejam medidas de avaliação válidas, elas são

indiretas em relação ao conteúdo em si, e não devem ser consideradas de forma isolada. Outros métodos apresentados por Hjørland (2012) incluem a avaliação baseada em evidências (*evidence-based evaluation*), que examina as evidências (métodos de pesquisa ou fontes utilizadas) que determinado texto usa para articular suas considerações, e os estudos comparativos (*comparative studies*), que avaliam o conteúdo de um texto comparando-o com outros textos que sejam referências no tema tratado (aproximando-se, assim, do princípio do *fact check*).

Já os parâmetros desenvolvidos por Tomaél, Alcará e Silva (2008) visam à avaliação da fonte informacional, de forma mais ampla. Ou seja, além da avaliação da informação em si, eles procuram avaliar também aspectos de usabilidade, acessibilidade, navegação, organização, segurança e interoperabilidade da fonte. No que tange a presente pesquisa, os indicadores de ‘aspectos intrínsecos’ (conteúdo) e de ‘credibilidade’ (autoria) são os que efetivamente interessam para o desenvolvimento dos critérios de confiabilidade.

Como parte dos ‘aspectos intrínsecos’, Tomaél, Alcará e Silva (2008) citam a ‘informação confiável e verossímil’, junto com a ‘veracidade’ (dentro do critério de ‘precisão’ da informação), e a informação ‘baseada em fatos’, junto com a ‘imparcialidade’ (dentro do critério de ‘objetividade’). Além destes, também citam como critérios a ‘facilidade de compreensão (clareza)’, a ‘consistência e relevância’, a ‘atualização’, a ‘integridade’ e o ‘alcance’.

Dentro do indicador ‘credibilidade’ é que as autoras colocam critérios relacionados à autoria e responsabilidade da fonte. Para elas, o critério de autoridade é usado como sinônimo de confiabilidade, pois a credibilidade de um autor em determinada área, ou a identificação de um *site* como acadêmico ou governamental, determinam a confiabilidade de uma fonte (TOMAÉL; ALCARÁ; SILVA, 2008).

De forma geral, o estudo de Hjørland (2012) apresenta um direcionamento à avaliação de fontes de informação acadêmicas e científicas. Seus levantamentos e críticas acabam sendo uma discussão sobre os métodos de avaliação e validação do conhecimento produzido pela pesquisa científica, incluindo suas métricas, apontando limitações e falhas possíveis de cada método, e instigando o ceticismo em relação à confiança total nos procedimentos conduzidos em cada situação. Hjørland (2012) também argumenta que os métodos não devem ser fins em si

mesmos, eles nada mais são que apenas alguns passos no processo maior de aprender como ler, entender e criticar textos.

Tomaél, Alcará e Silva (2008), por sua vez, focam seu estudo no papel do profissional da informação enquanto mediador da informação: ele deve perceber as necessidades de informação do seu usuário e atuar também como um filtro de qualidade das informações, sempre levando em conta que este filtro deve ser feito em relação às demandas do usuário. Assim, em última instância, para as autoras, o que determina a qualidade de uma informação é o quanto ela está adequada ao atendimento das necessidades de um usuário. Apesar de esta talvez ser uma definição problemática do ponto de vista epistemológico, Tomaél, Alcará e Silva (2008) desenvolveram alguns critérios que podem ser destacados do seu contexto de elaboração, para colaborar no desenvolvimento da dimensão técnica da confiabilidade proposta aqui. As autoras mencionam que, devido às mudanças constantes da *web*, os parâmetros devem ser sempre revistos e readequados, e, portanto, servem mais como um método de reflexão, do que propriamente um instrumento de avaliação completo e pronto para o uso automatizado.

Os estudos mencionados acima formam uma base de fundamentação teórica para a análise técnica da confiabilidade de uma informação. Assim, utilizando-os em conjunto com o embasamento teórico sobre a leitura crítica, e adaptando para a informação delimitada por esta pesquisa (descrita na seção 5.4), elaboram-se, assim, os critérios da dimensão técnica para determinar a confiabilidade informacional. Estes critérios, apresentados em tópicos, são explicados em formas de questionamentos, que devem ser feitos pelo usuário como forma de exercitar o pensamento crítico.

Importante ressaltar que não se espera que, necessariamente, todos os questionamentos sejam respondidos no momento da análise (ainda que, quanto mais um critério for devidamente atendido, mais provavelmente o conteúdo será confiável). Os questionamentos estão propostos para funcionarem como um guia de um caminho importante de verificação que deve ser utilizado pelo leitor.

Critérios de confiabilidade informacional (dimensão técnica):

- **Autoria** – Quem é o autor? Quais são suas outras pesquisas ou publicações? Qual é a sua formação e especialidade? Quantas referências externas existem mencionando o autor? É possível achar a sua biografia? O autor

possui alguma orientação teórica/ideológica? O autor está representando alguma instituição no texto?

- **Fonte** – A página identifica o corpo editorial? Possui alguma aba explicando sua história, seus objetivos e sua localização? Qual o domínio do endereço da página (.org, .com, .gov)? A página faz parte de alguma instituição? Possui muitos anúncios de propaganda (*advertising*)? O *layout* das informações parece organizado?
- **Conteúdo** – O texto cita suas fontes? Existem coesão e coerência nos argumentos? O texto está claro e bem escrito, de acordo com as normas da língua? O assunto tratado pelo texto é controverso? O texto apresenta diferentes pontos de vista sobre o assunto em questão? O texto parece imparcial, ou defende uma posição clara na argumentação? A linguagem utilizada pelo texto é agressiva ou demonstra algum tipo de preconceito? A linguagem é informal demais? A conclusão do texto pode ser inferida de suas argumentações? O título ou chamada está de acordo com seu conteúdo?
- **Contexto** – Existem data e local de publicação das informações? O texto é a opinião pessoal de um autor ou está apresentado como um relato de acontecimentos? É um texto real ou ficcional? Por que esta informação está sendo veiculada neste momento? Qual era o contexto histórico-social no momento em que o texto foi produzido? As fontes do texto parecem ser confiáveis? Os *links* disponibilizados funcionam?
- **Replicação** – O conteúdo da informação foi veiculado por mais quantas fontes? Quem são as fontes que divulgaram a informação também?

A avaliação da informação por critérios técnicos acaba aparentemente resultando em um modo ‘mecânico’ e automático de avaliar informações. Apesar de ser objetiva e colaborar muito na filtragem da desinformação em um primeiro momento, acredita-se que ela necessita de um complemento epistemológico e filosófico que atue de forma mais comprometida com a questão do pensamento crítico. Este complemento se faz importante para que o sentido da avaliação seja inculcado no indivíduo de forma mais profunda e permanente. Se a dimensão técnica responde o ‘como fazer’, a dimensão semântica está mais relacionada ao ‘por que’.

5.4.2 Dimensão semântica

A dimensão semântica retoma as teorias de Luciano Floridi sobre informação semântica, para abordar também o seu conceito de veridicalidade da informação. Além disso, algumas considerações de David William Carraher sobre o senso crítico complementam esta dimensão.

Primeiramente, propõe-se a aplicação em sentenças informacionais das definições de Floridi (2011, 2010b) para os tipos de dados (apresentadas brevemente no capítulo 3). Para isso, elabora-se abaixo uma adaptação dos conceitos mencionados, para definir a primeira etapa da dimensão semântica:

Dimensão semântica, etapa 1: Tipos de informação

- **Primária** – Corresponde aos dados diretos. É a informação criada diretamente pela fonte que a relata. Sendo assim, um relato sobre um evento, vindo de uma testemunha ocular, constitui um dado primário. Informações advindas de dados primários são mais difíceis de checar sua veracidade, pois dependem da confiança ao relato apresentado. Nesse sentido, as dimensões técnicas de autoridade e contexto são essenciais para a avaliação.
- **Secundária** – Corresponde aos dados extraídos pela ausência dos dados primários. Por exemplo, se uma fonte não menciona a autoria de um texto que está divulgando, pode-se supor que o texto foi elaborado pela própria fonte. Ou ainda, que a fonte não teve um cuidado adequado na elaboração do texto. Nesse caso, as dimensões técnicas de conteúdo e replicação são particularmente importantes nesta avaliação.
- **Meta** – Corresponde aos dados sobre a natureza de outros dados. Trata sobre o quão significativo os aspectos técnicos são para a informação veiculada no texto (como a data e a hora em que a informação foi publicada, ou o seu endereço de Internet Protocol (IP)). Remete às dimensões técnicas de fonte e autoria.
- **Operacional** – Dados que se referem à operação de um sistema. Para a aplicação semântica das informações, corresponderia ao o quê na fonte da informação estaria funcionando adequadamente ou não. As dimensões técnicas de fonte e contexto trabalham na questão que envolve os acessos e disponibilizações da fonte informacional para testar sua consistência e confiabilidade.

- **Derivada** – Dados que são extraídos de forma indireta de outros dados. É a categoria mais relacionada à leitura crítica em sua essência, pois demanda inferências, deduções e questionamentos sobre o que está nas ‘entrelinhas’ da informação disponibilizada. Por exemplo, uma informação que traz uma imagem positiva de alguma instituição, possivelmente foi veiculada ou criada por uma fonte mantida (ou que ao menos é sensibilizada) por essa instituição. As dimensões técnicas de conteúdo e contexto se relacionam com esta categoria.

Outra análise, dentro da dimensão semântica, é possível de ser estabelecida utilizando a abordagem de Carraher (1983) sobre a análise crítica. Segundo o autor, é comum a confusão entre ideias, opiniões e fatos. Para esclarecer tal confusão, ele categoriza as informações argumentativas em ‘questões de fato’, ‘questões de valor’ e ‘questões conceituais’. A partir da abordagem de Carraher (1983), apresenta-se mais uma etapa da dimensão semântica:

Dimensão semântica, etapa 2: Tipos de argumentação

Fato – Fatos são questões que apresentam respostas precisas (geralmente apenas uma), pois não estão lidando com subjetivismos e interpretações da realidade. Como discorre Carraher (1983, p. 119), “todas as afirmativas são construções humanas, e, portanto, não são a realidade a que se referem, porém há certas afirmativas que são tão evidentes e aceitas, mesmo entre pessoas críticas, que não são problemáticas”. Entre os exemplos do que é um fato, estão as seguintes frases: ‘Florianópolis é a capital de Santa Catarina’; ‘O corpo humano possui uma cabeça’; ‘O gelo é sólido’.

Valor – Questões envolvendo valores são aquelas que estão sujeitas a opiniões, gostos pessoais, críticas estéticas e interpretações de acontecimentos. Podem estar sob a forma de afirmativas razoáveis, claras e inteligentes, porém, em última instância, sempre se referem a algo que não tem unanimidade de consenso, pois envolve algum tipo de julgamento. Segundo Carraher (1983, p. 121), “os valores envolvem tomadas de posição sobre o que é considerado bom ou mau, desejável ou condenável, digno de elogios ou críticas, positivo ou negativo”. Entre exemplos de questões de valor, pode-se citar: ‘Arte contemporânea não é arte’; ‘A seleção japonesa de futebol é ruim’; ‘Quem apoia o aborto é contra a vida’.

Conceito – Questões conceituais tratam de definições e concepções de um fenômeno. Envolvem, portanto, dentro do atual paradigma do conhecimento,

investigações científicas e filosóficas. De acordo com Carraher (1983, p. 123), “questões conceituais são aquelas cuja resolução depende de reflexões sobre a natureza das ideias e dos conceitos, levando-se em consideração as evidências disponíveis”. São questões que envolvem reflexão e questionamentos frequentes, e não possuem respostas definitivas (principalmente dentro das ciências humanas). Como exemplos de conceitos estão: ‘O conteúdo dos sonhos é criado por desejos reprimidos’; ‘Existem diferentes tipos de inteligência’; ‘Informações são dados com significado’.

Carraher (1983, p. 121) comenta que a mistura de valores com fatos é principalmente perspicaz nos discursos em que a linguagem esconde os aspectos avaliativos dentro de uma afirmativa como, por exemplo, na sentença: “O adolescente tem que passar por muitos conflitos com a geração anterior para que possa desenvolver um senso de identidade própria”. Como comenta o autor, apesar de parecer uma sentença apenas informativa, ela sugere a defesa de certas ideias ou planos por trás de sua mensagem (‘tem que passar’ significa um ‘deveria passar’). Essa mistura pode apresentar níveis de complexidade ainda mais elevados, dependendo da habilidade que o produtor da informação tenha em criar seu discurso, e de seus interesses para com o seu público. Pode-se pensar que são em tais misturas que entram, por exemplo, as táticas de publicidade e propaganda, *marketing* e assessorias de imagem ou, ainda, os discursos retóricos ideológicos e políticos em geral.

Carraher (1983, p. 122) também discorre que “por mais que se tente justificar valores e sistemas éticos com base apenas em fatos, os fatos não são suficientes para justificar os valores”. Assim, fatos não provam que valores são corretos e, apesar de alguns valores poderem ser derivados de outros, eles não podem ser derivados logicamente de fatos. Um exemplo que comprova o erro na derivação valores/fatos está em argumentações opostas para uma mesma afirmação, conforme a esquematização adaptada de Carraher (1983) abaixo:

Supondo que (a) seja um fato:

(a) As empregadas domésticas estão ganhando menos que o salário mínimo atualmente.

Disso, alguém argumenta que:

(b) Então, porque eu vou pagar mais?

Assim, (b) parece uma derivação natural de (a).

Porém, outra pessoa pode argumentar que:

(c) Então, as pessoas têm que reconhecer que isto é exploração e pagar mais!

Portanto, (b) e (c) mostram conclusões diferentes para o mesmo fato, que dependem de valores diferentes de cada argumentador. Sendo assim, os fatos não justificam valores por si só. Ademais, conforme bem salienta Carraher (1983, p. 159), “nem a inteligência nem a racionalidade constituem a base principal dos valores. A história moderna mostra inúmeros casos de como o homem usa sua inteligência para realizar fins destrutivos”.

A mistura pode, ainda, abranger também as questões conceituais e criar uma estrutura textual um tanto mais complexa, como quando se afirma algo como ‘A intervenção militar é a solução para acabar com a corrupção, pois ‘No regime militar não existia corrupção e era mais seguro sair nas ruas. Tal segurança se refletia num maior crescimento de mercado, pois a bolsa de valores, que pode ser definida como um mercado organizado conservador, operava em alta constantemente. É por isso que a intervenção militar é a solução para a atual crise do país’. Em tal argumento, além da mistura de fatos, valores e conceitos, há a ausência de evidências (o que desqualifica os conceitos), ao mesmo tempo em que se consideram as afirmações uma verdade óbvia.

Porém, já que os valores influenciam as ideias, é admissível que eles também possam direcionar o foco de algumas questões conceituais, em determinado momento sócio-histórico, inclusive na ciência (Carraher (1983) menciona, por exemplo, a criação da bomba atômica). A neutralidade total em qualquer discurso parece, assim, impossível de ser atingida, pois sempre um mínimo de tendenciosidade está presente, mesmo que seja na motivação por trás de determinada pesquisa. Mas, como bem afirma Carraher (1983, p. 125), por exemplo, “o fato de que os valores contribuem na seleção de tópicos investigados na ciência não implica em que as análises científicas sejam necessariamente tendenciosas e sem valor”.

A última etapa da dimensão semântica retoma o trabalho de Luciano Floridi para analisar o conteúdo de uma informação e avaliar a sua informatividade.

Dimensão semântica, etapa 3: Informatividade

Quando Floridi (2010b; 2011) propôs a correção à DGI, para a inclusão de valores aléticos em sua definição, ele pretendia não apenas fortalecer

epistemologicamente o conceito de informação mas, também, fundamentar todas as teorias posteriores dentro da sua Filosofia da Informação. É assim que ele desenvolve o conceito de ‘teoria da informação fortemente semântica’ (*theory of strongly semantic information*) como decorrente correção às teorias quantitativas da informação³⁹ que se baseiam em distribuições probabilísticas, e que geram o denominado ‘Paradoxo de Bar-Hillel-Carnap’ (*Bar-Hillel-Carnap Paradox*).

De forma resumida, o Paradoxo de Bar-Hillel-Carnap surge quando, ao se analisar a informação do ponto de vista das teorias quantitativas da informação, o resultado aponta que as contradições⁴⁰ são as proposições que mais apresentam um nível de ‘informatividade’ máximo. Floridi (2010b) argumenta, então, que esse paradoxo pode ser evitado justamente ao se adotar o seu conceito de informação semântica, que engloba a correspondência com a verdade como requisito para algo ser considerado informação.

Dentro da teoria da informação fortemente semântica, Floridi (2011) propõe que uma análise quantitativa da informação pode ser feita em termos de informatividade (*informativeness*), envolvendo níveis de vacuidade (*vacuity*) e imprecisão (*innacuracy*). Esta análise, feita por Floridi, é extremamente abstrata e técnica, do ponto de vista lógico e matemático, e sua explicação completa envolveria discorrer sobre outras teorias complementares que o autor utiliza para fundamentar o seu discurso. O que será feito aqui, portanto, é uma tentativa de adaptação da teoria de Floridi para os fins didáticos deste trabalho. Remetendo aos ‘níveis de abstração’ que o próprio autor desenvolve, em um capítulo à parte da sua obra (FLORIDI, 2011), entende-se que os enunciados abaixo explicam suas ideias de forma introdutória, em um nível de abstração adequado à finalidade prática desta pesquisa. Para tanto, suprimiu-se as equações lógico-matemáticas do autor, ao mesmo tempo em que se tentou ser o mais claro e fiel possível ao desenvolvimento dos seus conceitos.

Portanto, de forma simplificada, a informatividade (também chamada de ‘conteúdo informativo’ (*informative content*)) corresponde a uma função que calcula o

39As teorias quantitativas da informação englobam a informação do ponto de vista lógico e/ou matemático. São teorias que incluem a teoria clássica da comunicação, a qual envolve a codificação e transmissão de dados, e mais recentemente, os modelos lógico-computacionais por trás das inteligências artificiais. De acordo com Floridi (2010b), a ‘teoria matemática da comunicação’, desenvolvida por Claude Shannon, teve um impacto tão grande nesse sentido, que posteriormente começou a ser chamada apenas de ‘teoria da informação’.

40Um exemplo de contradição seria a afirmação ‘existem e não existem pessoas na biblioteca’.

nível (positivo ou negativo) de ‘distância semântica’ ou ‘desvio’ de um pedaço de informação semântica (que, portanto, pode ser avaliado como verdadeiro ou falso) em relação a um ponto fixo de origem, dentro de uma situação definida a que este pedaço de informação supostamente se refere. Assim, a informatividade pode ser calculada levando em conta os valores aléticos do pedaço de informação, e o nível de discrepância entre este pedaço de informação e um determinado estado do ambiente, o qual também determina a sua precisão. Floridi (2011) utiliza, como exemplo, o seguinte fato e as seguintes afirmações.

- a) Fato – Existem nove pessoas na biblioteca;
- b) Afirmação 1 – Existem dez pessoas na biblioteca;
- c) Afirmação 2 – Existem cinquenta pessoas na biblioteca;
- d) Afirmação 3 – Existe alguém na biblioteca;
- e) Afirmação 4 – Existem nove ou dez pessoas na biblioteca.

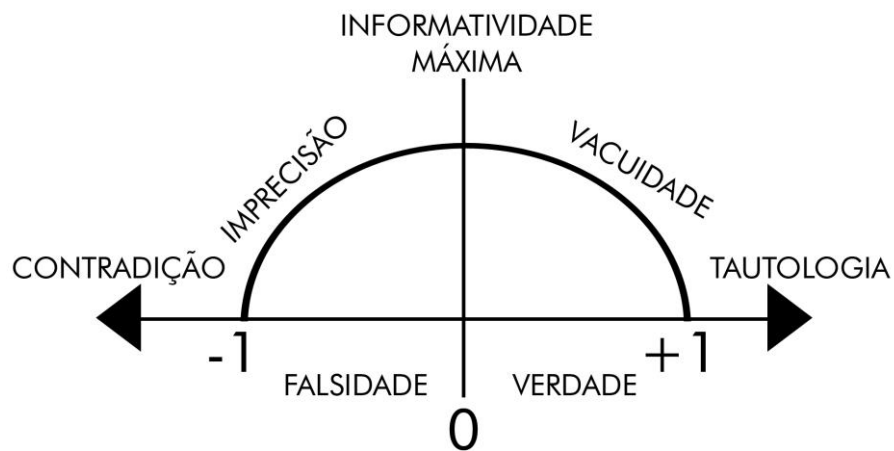
Analisando os itens, verifica-se que as afirmações b) e c) são falsas. No entanto, c) está com um nível de discrepância maior do que b), em relação ao fato a). Já as afirmações d) e e) são verdadeiras, porém, e) está mais precisa (e, assim, menos vaga) que d).

Diante disso, a noção de **vacuidade** surge enquanto a distância do pedaço de **informação verdadeira** em relação ao ponto de origem. Quanto mais vacuidade, menos específica e precisa é a informação, e mais generalizada ela está. Para Floridi (2011), o extremo positivo de uma discrepância resulta numa **tautologia**⁴¹. Já o extremo negativo resulta em uma **contradição**, que também se qualifica como o nível máximo de **imprecisão** semântica.

De forma ilustrativa, a Figura 6 representa graficamente os conceitos relacionados ao nível de informatividade:

41Um exemplo de tautologia seria a afirmação ‘existem ou não existem pessoas na biblioteca’.

Figura 6 – Níveis de informatividade



Fonte: Elaborado pelo autor (2018), com base em Floridi (2011).

Com base nos pressupostos acima, apresenta-se, então, o conceito de informatividade, que representa a terceira parte da dimensão semântica, na elaboração dos critérios de confiabilidade informacional desta pesquisa:

Informatividade – corresponde ao nível de relevância e precisão da informação. Uma informação com alta informatividade diz respeito a uma informação semântica rica em sentidos, mas, ao mesmo tempo, que possui o menor grau possível de vacuidade e imprecisão. De forma prática, dentro do contexto desta pesquisa, a verificação da informatividade pode ser feita ao se analisar criticamente a informação apresentada, seja pelo exercício da leitura e interpretação direta do texto pelo usuário, ou em comparação às informações apresentadas por outras fontes. Tal análise envolve reconhecer se a informação está sendo vaga e genérica em suas afirmações, e se está apresentando contradições e imprecisões em relação ao tema que está informando.

Apresenta-se, como fechamento, um quadro com a esquematização das três etapas da dimensão semântica, agrupadas com os critérios da dimensão técnica:

Quadro 1 – Critérios de confiabilidade informacional

Critérios de confiabilidade informacional			
Dimensão técnica	Dimensão semântica		
Autoria	<i>Tipos de informação</i>	<i>Tipos de argumentação</i>	<i>Informatividade</i>
Fonte	Primária	Fato	Imprecisão
Conteúdo	Secundária	Valor	Vacuidade
Contexto	Meta	Conceito	Contradição
Replicação	Operacional		Tautologia
	Derivada		

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Assim, a discussão da dimensão semântica conclui seu propósito em participar da formação dos critérios de confiabilidade informacional.

5.4.3 *Kritériom* e confiabilidade: a busca sem fim

Como foi apresentada, a busca por critérios de confiabilidade informacional traçou um longo caminho envolvendo o universo vasto e crescente da informação. Tal caminho começou dentro de uma discussão sociológica sobre as consequências da modernidade, para chegar a uma elaboração epistemológica de conceitos relacionados ao uso confiável da informação. Essa busca também passou pelo cenário do ambiente virtual do ciberespaço e da sociedade da informação, e conceituou a informação e a desinformação (e demonstrou as suas atuais derivações). Percorreu, ainda, o terreno da Filosofia da Informação e os trabalhos de Luciano Floridi, para então poder direcionar seu foco na questão da confiabilidade. Essa confiabilidade, que foi fundamentada por algumas bases epistemológicas e conceituais, demonstrou ações em curso, como as *literacies* e a inteligência coletiva, e apresentou o seu objetivo, na forma da leitura crítica e do pensamento crítico. E, assim, delimitou (pois todo trabalho, afinal, chega ao seu fim) seu escopo, na elaboração de critérios práticos sobre a confiabilidade informacional no ambiente virtual.

Critérios limitam, mas não devem ser limitados: novas formas de analisar a informação podem fazer com que muitos deles ainda surjam e possam criar outras

dimensões de análise, ou melhorar e corrigir as desenvolvidas por esta pesquisa. Decorrência natural do exercício do pensamento crítico, tal análise engloba a criação de demandas qualitativas da informação, enquanto ação reflexiva para lidar com os problemas de uma sociedade em crescente imersão num ambiente de desinformação.

Portanto, acredita-se que a busca por critérios e pela confiabilidade sempre sofrerá processos de ‘virtualizações’ e ‘atualizações’ (nos termos de Lévy (2010; 2011)), em constante readequação às dinâmicas das relações, criações e transformações da sociedade e do indivíduo, em sua interminável tentativa de ‘semantizar’ e entender o mundo. Essa busca também deve ser objetiva em sua finalidade, sem, contudo, deixar de reconhecer as subjetividades que permeiam as ações humanas, as quais devem ser categorizadas sempre que for necessária uma clareza de qual caminho tomar para se chegar realmente ao conhecimento.

5.5 PRODUTO DA PESQUISA

Por se estar inserida dentro de um mestrado profissional, a pesquisa também se preocupou em atender a demanda do desenvolvimento de uma aplicação prática dos seus resultados, focada no cotidiano profissional de alguma instituição. O produto resultante foi a instauração de uma comissão sobre confiabilidade informacional e desinformação (com ponto de partida na ascensão das *fake news*) dentro da Biblioteca Universitária (BU) da UFSC.

A ideia da comissão surgiu em uma conversa entre Leonardo Ripoll Tavares Leite (bibliotecário da UFSC e, então, mestrando do Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação (PPGInfo) da UDESC), Marcela Gaspar Custódio (mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PGCIN) da UFSC) e Roberta Moraes de Bem (diretora do Sistema de Bibliotecas da UFSC (SiBi/UFSC)). A conversa teve o intuito de viabilizar a utilização das pesquisas dos dois mestrandos para contribuir no desenvolvimento dos serviços e atividades da BU.

Após a conversa, convidaram-se bibliotecário(a)s interessado(a)s no tema ou que indiretamente trabalhavam em algum serviço relacionado à comissão (como o Setor de Competência em Informação e Suporte à Pesquisa). Além disso, a equipe foi acrescentada também pelo doutorando em Filosofia e administrador voluntário da

Wikipédia, Felipe da Fonseca, e, posteriormente, pelo docente da UDESC e doutorando do PGCIN, José Claudio Morelli Matos.

A comissão, nomeada primeiramente de *Comissão de Fake News, desinformação e confiabilidade de informações no ambiente digital*⁴², sob a portaria 1211/2018/GR, de 29 de maio de 2018 (anexo A), teve sua primeira reunião oficial no dia 18 de maio de 2018. Iniciou os seus trabalhos com os seguintes membros: Leonardo Ripoll Tavares Leite (coordenador da comissão) Andrea Figueiredo Leão Grants (BU/UFSC); Maria Bernadete Martins Alves (BU/UFSC); Felipe Duarte Almeida da Fonseca (Wikipédia), Marcela Gaspar Custódio (PGCIN/UFSC), Roberta de Bem (BU/UFSC), José Paulo Speck Pereira (BU/UFSC) e José Claudio Morelli Matos (UDESC, PGCIN/UFSC).

A comissão pretende discutir e planejar ações práticas para tratar as atuais questões envolvendo a desinformação no ambiente virtual (*fake news*, pós-verdade, *fact check*, *bots*, entre outras). Dentro deste contexto, já foram debatidas a elaboração de palestras e cursos para a comunidade externa, capacitações para a equipe de funcionários da BU/UFSC, monitoramento de conteúdo, produção de materiais, desenvolvimento de projetos com a Wikipédia e envolvimento com outras pesquisas e pesquisadores.

De caráter temporário até 30 de outubro de 2018, a comissão pretende estabelecer um período de experiência para delimitar seu campo de atuação, suas dinâmicas de trabalho e a viabilidade de suas ações. Ao final deste período, pretende-se constituir o grupo de forma fixa, enquanto serviço ou comissão permanente. A estimativa é desenvolver um trabalho contínuo de pesquisa e aplicação, possibilitando à BU/UFSC fornecer mais uma ação perante a sua comunidade. A comissão estipulou seus encontros quinzenalmente nas sextas-feiras, e já possui uma página própria dentro do portal da BU/UFSC⁴³.

42Renomeada posteriormente para Comissão de Confiabilidade Informacional e Combate à Desinformação no Ambiente Digital.

43 <http://portal.bu.ufsc.br/conheca-a-bu/comissoes-de-trabalho/fake-news/>.

6 CONCLUSÃO

A pesquisa procurou demonstrar que um panorama de ‘crise’ tem se instalado na modernidade, principalmente devido às suas relações com a tecnologia e a informação. Ao buscar o cenário perfeito de ‘acesso a informação’, ou seja, de toda a informação possível disponibilizada por (e para) todos, a sociedade da informação não contava com os problemas trazidos pelos processos de desinformação e hiperinformação.

Um novo tipo de demanda surge. Como lidar com o caos advindo do excesso? Como se direcionar em um mundo onde todo caminho é possível de ser tomado? Quais as regras quando tudo parece possuir o mesmo direito de posição?

Ao adotar a então denominada ‘Filosofia da Informação’ de Luciano Floridi, procurou-se examinar algumas condições para se questionar tal cenário, buscando possíveis caminhos que solucionem seus problemas. Se tem algo que a Filosofia da Informação e o trabalho de Floridi apontaram para esta pesquisa, é que, sem dúvidas, a questão informacional é o paradigma do momento. E que questionar a informação é a ação vital para permitir o constante desenvolvimento social e humano. Apesar de ‘Filosofia da Informação’ ser um termo reivindicado por Floridi, não se pode deixar de admitir que outras ‘filosofias da informação’ também existam. E que todo o trabalho que pretende discutir e fazer reflexões sobre as diferentes significações da informação e sua sociedade é, também, uma filosofia da informação. Portanto, pode-se dizer que várias filosofias da informação foram apresentadas ao longo desta pesquisa, mesmo que em maior ou menor profundidade no quesito ‘filosófico’. Cada uma com o seu determinado posicionamento: às vezes conflitante, às vezes complementar. Mas todas centradas no cerne atual da sociedade: a informação.

Cabe destacar que Luciano Floridi possui um extenso trabalho dedicado à filosofia e epistemologia, que atualmente cobre mais de 20 anos de publicações (como apresentado brevemente no capítulo 4). Não foi a intenção desta pesquisa dar conta de uma análise profunda sobre o seu pensamento por meio de sua vasta produção textual. A pesquisa apenas se apoiou em alguns trabalhos pontuais de Floridi, na busca de conceitos norteadores que viabilizassem o seu objetivo. Recomendam-se, assim, futuras investigações em suas obras, as quais demonstram extrema relevância para o campo da Ciência da Informação e áreas relacionadas.

Além disso, Floridi desenvolve um trabalho que demanda diferentes 'níveis de abstração' (utilizando a terminologia do próprio autor) para o seu entendimento. Esses níveis de abstração estão relacionados também ao objetivo pretendido em cada compreensão. Sendo assim, entende-se que, para o objetivo desta pesquisa em particular, o nível de abstração alcançado em sua obra, ainda que longe de ter dado conta de toda sua complexidade, atendeu à demanda pretendida inicialmente. Tal demanda foi extrair critérios de confiabilidade informacional que pudessem, de forma prática, ser aplicados no dia a dia dos membros ativos da sociedade da informação, sejam eles profissionais da informação ou não. Reforça-se, dessa forma, a importância de maiores estudos e pesquisas sobre as obras de Luciano Floridi, para benéficas contribuições dentro das áreas que se preocupam em discutir o fenômeno da informação.

A construção de critérios para avaliar informações, longe de ser uma fórmula precisa e infalível, é apenas um direcionamento inicial num processo muito maior que envolve a construção do conhecimento pelo meio da leitura crítica e do pensamento crítico. A leitura, no entanto, está relacionada com o primeiro lado do problema no cenário de crise. Sua ação tem a ver com a recepção da informação. Porém, no contexto da cibercultura, todo receptor é, também, um provável emissor de informação. Portanto, o outro lado do problema está relacionado à disseminação da informação pelo indivíduo, em suas redes sociais e aplicativos de conversação.

Ainda que logicamente seja esperado que a leitura e a análise críticas façam com que o indivíduo não só evite a desinformação para si, mas também para todos, parece que um complemento é necessário ao pensamento crítico. Este complemento tem a ver com o uso da ética como guia da base epistemológica diante do compartilhamento de conteúdos na *web*. Pois, perante tal cenário, nenhum indivíduo pode ser isento de responsabilidade na disseminação da informação. Nesse sentido, o pensamento crítico age também como motor da inteligência coletiva: o aprendizado de habilidades individuais, em especial as *literacies*, deve ressoar no espaço coletivo do ciberespaço, não como forma de criar unidades de conhecimento isoladas em si, mas para trazer a compreensão de que um ambiente informacional sadio e rico, só é possível pensando no outro.

Ademais, ainda que o atual paradigma do conhecimento pareça se distanciar da filosofia positivista da ciência e se aproximar de uma interpretação hermenêutica, considera-se necessária a retomada de objetividade em alguns conceitos que

norteiam a humanidade, entre eles, o conceito de verdade. Ao adotar-se uma orientação, que alguém poderia denominar como positivista, para fundamentar epistemologicamente os conceitos desta pesquisa, não se pretende, porém, desconsiderar a dialética e as multiplicidades que tangem o social e fundamentam as representações teóricas mais recentes do conhecimento.

Da maneira semelhante, a exposição feita, por esta pesquisa, do pensamento de Floridi (2011), quando define que a desinformação não pode ser informação, demonstra uma intenção para além do seu uso enquanto epistemologia necessária na construção de critérios. Tal intenção é clamar um *advocacy* vital para superar a atual crise das informações: a informação não pode ser um jogo de 'vale tudo', ela precisa ser delimitada e coletivamente compreendida como um fenômeno que possui características próprias. Além disso, se realmente pretende-se sair desse contexto (des)informacional, a informação precisa estar, também, intimamente interligada com o conceito de verdade.

Procura-se, desse modo, tentar dizer que o consenso também é essencial para o desenvolvimento coletivo. Há que se duvidar, criticar, suspeitar e investigar. Mas, também, é preciso concordar, aceitar, colaborar e entender. Evitar o momento em que a criticidade construtiva se torna pura discórdia egoísta parece ser, por fim, um dos grandes exercícios do pensamento crítico.

Não parece ser tarefa fácil estabelecer uma nova grande narrativa na modernidade que se liquefaz o tempo todo, mas a queda da crença em instituições que antes determinavam tais narrativas talvez tenha oferecido uma oportunidade singular na história da humanidade. Talvez seja papel da inteligência coletiva se aproveitar dos seus (ciber)espaços e 'empoderar' individualmente cada um, para se livrar novamente das 'amarras da tradição'. Não pela simples contestação de uma liberdade sem rumo, mas para unificar, em um só fluxo, a responsabilidade do *continuum* da vida permitido pelo acúmulo irrefreável do conhecimento.

Ao propor a importância da leitura e do pensamento críticos como a constatação final deste trabalho, está se querendo dizer que, em meio à velocidade e à instantaneidade da informativa sociedade, é preciso encontrar uma pausa que permita a reflexão, ao invés da simples aquisição da informação. E a reflexão é o início (e também fim) de toda filosofia.

REFERÊNCIAS

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social media and fake news in the 2016 election. **Journal of Economic Perspectives**, v. 31, n. 2, p. 211-236, 2017. Disponível em: <<https://web.stanford.edu/~gentzkow/research/fakenews.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

ARAGÃO, Alexandre. Notícias falsas da Lava Jato foram mais compartilhadas que verdadeiras. **BuzzFeed**, 22 nov. 2016. Disponível em: <https://www.buzzfeed.com/alexandrearagao/noticias-falsas-lava-jato-facebook?utm_term=.kjBGd5Dn#.geDROxW4>. Acesso em: 12 dez. 2016.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. **Framework for information literacy for higher education**. 2016. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org/acrl/files/content/issues/infolit/Framework_ILHE.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2018.

AUFDERHEIDE, Patricia. **Media literacy**: a report of The National Leadership Conference on Media Literacy. Queenstown, Maryland: The Aspen Institute, 1993. Disponível em: <<https://eric.ed.gov/?id=ED365294>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

BARBOSA, Wilmar do Valle. Tempos pós-modernos. In: LYOTARD, Jean François. **A condição pós-moderna**. 8. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2004. p. vii-xiii.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRITISH BROADCASTING CORPORATION. Google News launches fact check label. **BBC News**, 14 oct. 2016. Technology. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/technology-37657524>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

BRITO, Vladimir de Paula; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Poder informacional e desinformação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 8, n. 2, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/203/268>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BROWN, James A. Media literacy perspectives. **Journal of communication**, v. 48, n. 1, p. 44-57, mar. 1998. Disponível em: <<https://onlinelibrary-wiley.ez46.periodicos.capes.gov.br/doi/epdf/10.1111/j.1460-2466.1998.tb02736.x>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

CAMPELLO, Bernadete. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28-37, dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n3/19021.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em CI**, Belo Horizonte, v.12, n.1, 2007. Disponível em:

<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47>>. Acesso em: 06 out. 2016.

CARRAHER, David William. **Senso crítico**: do dia-a-dia às ciências humanas. São Paulo: Livraria Pioneira, 1983.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHOUDHURY, Nupur. World wide web and its journey from web 1.0 to web 4.0. **International Journal of Computer Science and Information Technologies**, v. 5, n. 6, p. 8096-8100, 2014. Disponível em: <<http://ijcsit.com/docs/Volume%205/vol5issue06/ijcsit20140506265.pdf>>. Acesso em 15 maio 2017.

CLEVELAND STATE UNIVERSITY. The Writing Center. **Critical reading**: what is critical reading, and why do I need to do it?. 2017. Disponível em: <<http://www.csuohio.edu/writing-center/critical-reading-what-critical-reading-and-why-do-i-need-to-do-it>>. Acesso em: 30 maio 2018.

CORRÊA, Elisa Cristina Delfini. Usuário, não! Interagente: proposta de um novo termo para um novo tempo. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 19, n. 41, p. 23-40, dez. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2014v19n41p23>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

COSTA, Esther Silva; FERREIRA, Gisele Martins dos Santos. Mídias na Educação: reflexões em torno da apropriação instrumental e leitura crítica das mídias. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 138-154, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.ppgmidiaecotidiano.uff.br/ojs/index.php/Midecot/article/view/26/30>>. Acesso em: 31 maio 2018.

CRITÉRIO. **Dicio**: dicionário online de português. c2018a. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/criterio/>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

CRITÉRIO. **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. c2018b. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/criterio>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

CRÍTICA. **Dicio**: dicionário online de português. c2018a. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/critica/>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

CRÍTICA. **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. c2018b. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/critica>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

CRÍTICA. **Michaelis**: dicionário brasileiro da língua portuguesa. c2018c. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/critica/>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

DAWKINS, Richard. **O gene egoísta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DEMO, Pedro. Ambivalências da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 29, n. 2, nov. 2000. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/885>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

DEWEY, John. **Como pensamos**: como se relaciona o pensamento reflexivo com o processo educativo: uma reexposição. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana; FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; FERRARI, Adriana Cybele. Competência Informacional e Midiática: uma revisão dos principais marcos políticos expressos por declarações e documentos **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 213-253, jan. 2017. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/675>>. Acesso em: 31 maio 2018.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: <revista.ibict.br/ciinf/article/download/1016/107>. Acesso em: 31 maio 2018.

ELIAS, Aluf Alba. A verdade, a informação e o arquivo: primeiras impressões na busca por uma filosofia da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. **Anais...**. Brasília: ANCIB, 2011. p. 307-312. Disponível em: <<http://200.20.0.78/repositorios/bitstream/handle/123456789/1135/A%20verdade%20-%20Elias.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 29 maio 2018.

FALLIS, Don. A conceptual analysis of disinformation. In: ICONFERENCE, 4., 2009, Chapel Hill. **Proceedings...**. Illinois: Ideals, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2142/15205>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

FLORIDI, Luciano. Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) como filosofia da informação aplicada: uma reavaliação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 37-47, jul./dez. 2010a. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42318>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

FLORIDI, Luciano. **Information**: a very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2010b.

FLORIDI, Luciano. **Philosophy of information**. Disponível em: <<http://www.philosophyofinformation.net/>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

FLORIDI, Luciano. **The philosophy of information**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

FLORIDI, Luciano. What is the Philosophy of Information? **Metaphilosophy**, v. 33, n. 1-2, p. 123–145, jan. 2002. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-9973.00221/epdf>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

FRANCELIN, Marivalde Moacir; PELLEGGATTI, Caio. Filosofia da Informação: reflexos e reflexões. **Transinformação**, v. 16, n. 2, p. 123-132, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/716/696>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

GAJANAN, Mahita. Kellyanne Conway defends White House's falsehoods as 'alternative facts'. **Time**, 22 jan. 2017. Disponível em: <<http://time.com/4642689/kellyanne-conway-sean-spicer-donald-trump-alternative-facts/>>. Acesso em: 17 jan. 2018

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, c2002.

GIDDENS, Anthony. Risco, confiança, reflexividade. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. UNESP, 1997. p. 219-234.

GOLDMAN, Alvin I. Reliabilism. In: DANCY, Jonathan; SOSA, Ernest (Ed.). **A companion to epistemology**. Oxford: Blackwell Scientific Publications, 1993.

GONZALEZ DE GÓMEZ, Maria Nelida. Luciano Floridi e os problemas filosóficos da informação: da representação à modelização. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 3-25, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/59099/62097>>. Acesso em: 29 maio 2018.

GRINGAS, Richard. Labeling fact-check articles in Google News. **The keyword**, 13 oct. 2016. Journalism & news. Disponível em: <<https://blog.google/topics/journalism-news/labeling-fact-check-articles-google-news/>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

HJØRLAND, Birger. Methods for evaluating information sources: an annotated catalogue. **Journal of Information Science**, v. 38, n. 3, p. 258-268, 18 abr. 2012. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0165551512439178>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

JAFFE, Alexandra. Kellyanne Conway: WH spokesman gave 'alternative facts' on inauguration crowd. **NBC news**, 22 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.nbcnews.com/storyline/meet-the-press-70-years/wh-spokesman-gave-alternative-facts-inauguration-crowd-n710466>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

KARASEK, Felipe Szyszka. O conceito de pós-modernidade em Lyotard e a possibilidade da influência nietzschiana. **Sessões do imaginário**: cinema, cibercultura, tecnologias da imagem, Porto Alegre, v. 15, n. 23, p.79-86, ago. 2010. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/article/download/7791/5529>>. Acesso em: 29 maio 2017.

KEERSMAECKER, Jonas De; ROETS, Arne. 'Fake news': incorrect, but hard to correct. The role of cognitive ability on the impact of false information on social impressions. **Intelligence**, v. 65, p. 107-110, nov. 2017. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0160289617301617>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

LAFLOUFA, Jacqueline. Internet abre portas para a leitura. **Kantar Brasil Insights**, 22 jun. 2016. Comportamento. Disponível em: <<https://br.kantar.com/tecnologia/comportamento/2016/junho-habitos-leitura-brasileiros-internet-abre-portas-para-livros/>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

LATOURE, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2009.

LAZER, David M. J. et al. The science of fake news: addressing fake news requires a multidisciplinary effort. **Science**, v. 359, n. 6380, p. 1094-1096, 09 mar. 2018. Disponível em: <<http://science.sciencemag.org/content/359/6380/1094.full>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

LECHTE, John. **Cinquenta pensadores contemporâneos essenciais: do estruturalismo à pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 2010.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

LIMA, Daniel Almeida; GOMES, Henriette Ferreira. Epistemologia social e filosofia da informação: um possível diálogo entre Jesse Shera e Luciano Floridi. **Biblionline**, v. 12, n. 4, 2016. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/23240>>. Acesso em: 29 maio 2018.

LYOTARD, Jean François. **A condição pós-moderna**. 8. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2004.

MACHIAVELLI, Niccolò. **O príncipe**. São Paulo: M. Fontes, 1998.

MATHEUS, R. F. Rafael capurro e a filosofia da informação: abordagens, conceitos e metodologias de pesquisa para a ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 10, n. 2, p. 140-165, 2005. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/3621>>. Acesso em: 14 Fev. 2017.

MATOS, José Claudio Morelli. A interpretação de textos e a formação da pessoa reflexiva: sobre a concepção deweyana da leitura. **Educação e filosofia**, Uberlândia, v. 27, n. 54, p. 579-596, jul./dez. 2013. Disponível em:

<<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/13781/12703>>.

Acesso em: 05 jun. 2018.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. "Uma legião de imbecis": hiperinformação, alienação e o fetichismo da tecnologia libertária. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 294-306, nov. 2017. Disponível em:

<revista.ibict.br/liinc/article/view/4088>. Acesso em: 05 jan. 2018.

MOSSERI, Adam. Nova ferramenta do Facebook contra desinformação. **Facebook newsroom**, 06 abr. 2017. Disponível em:

<<https://br.newsroom.fb.com/news/2017/04/nova-ferramenta-do-facebook-contra-desinformacao/>>. Acesso em: 19 maio 2017.

MOSSERI, Adam. Combatendo notícias falsas e boatos. **Facebook newsroom**, 15 dez. 2016. Disponível em: <<http://br.newsroom.fb.com/news/2016/12/combate-noticias-falsas-e-boatos/>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

MOSTAFA, S. P. Epistemologia ou filosofia da ciência da informação?. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 20, n. 3, p. 65-73, 2010. Disponível em:

<<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/9585>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

OXFORD UNIVERSITY PRESS. **Disinformation**. 2017a. Disponível em:

<<https://en.oxforddictionaries.com/definition/disinformation>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

OXFORD UNIVERSITY PRESS. **Information**. 2017b. Disponível em:

<<https://en.oxforddictionaries.com/definition/information>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

OXFORD UNIVERSITY PRESS. **Misinformation**. 2017c. Disponível em:

<<https://en.oxforddictionaries.com/definition/misinformation>>. Acesso em: 24 jan. 2018.

OXFORD UNIVERSITY PRESS. **Word of the year 2016 is....** 2017d. Disponível em:

<<https://en.oxforddictionaries.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

PARISER, Eli. **The filter bubble**: what the internet is hiding from you. New York: The Penguin Press, 2011.

PINHEIRO, Marta Macedo Kerr; BRITO, Vladimir de Paula. Em busca do significado da desinformação. **DataGramZero**, v. 15, n. 6, p. A05, 2014. Disponível em:

<<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/51758>>. Acesso em: 26 Jan. 2018.

PRIMO, Alex . O aspecto relacional das interações na Web 2.0. **E- Compós** (Brasília), v. 9, p. 1-21, 2007. Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/limc/PDFs/web2.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2017.

RABIN, Cláudio Goldberg. Me engana que eu posto. **Veja**, ano 50, v. 2511, n. 1, p. 76-79, 04 jan. 2017.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

REVOREDO, Túlio de Moraes. **A Filosofia da informação na ciência da informação brasileira**: uma análise da repercussão da teoria de Luciano Floridi. 2015. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/17213/1/Tulio_FINAL_-_Dissertaçao.pdf>. Acesso em: 29 maio 2018.

REVOREDO, Túlio de Moraes. A filosofia da informação no Brasil: uma representação dos artigos científicos produzidos entre os anos de 1972 a 2013. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** . Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2014. p. 312-318. Disponível em: <<http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt1>>. Acesso em: 29 maio 2018.

ROBREDO, Jaime. Filosofia e informação?: reflexões. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 1-39, ago./dez.2011. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/viewFile/6207/5100>>. Acesso em: 29 maio 2018.

RUBIN, Alan M. Media literacy. **Journal of communication**, v. 48, n. 1, p. 3-4, mar. 1998. Disponível em: <<https://onlinelibrary-wiley.ez46.periodicos.capes.gov.br/doi/epdf/10.1111/j.1460-2466.1998.tb02732.x>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

SALCEDO, Diego Andres; REVOREDO, Túlio de Moraes. O estado da arte da Filosofia da Informação na Ciência da Informação Brasileira. **DataGramZero**, v. 14, n. 6, dez. 2013. Disponível em: <http://www.datagramazero.org.br/dez13/Art_02.htm>. Acesso em: 27 jan. 2016.

SALDANHA, Gustavo Silva. Maravilhoso informacional: crítica da filosofia da informação sob uma reflexão hermenêutica entre medievo e modernidade. **Logeion**: filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 1 n. 1, p. 20-42, ago./fev. 2014a. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/pscib/article/view/29883>> Acesso em: 29 maio 2018.

SALDANHA, Gustavo Silva. O demônio da brecha da linguagem: Capurro, ética e filosofia da informação na Alemanha dividida. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014b, Belo Horizonte. **Anais...** . Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2014. p. 106-124. Disponível em: <<http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt1>>. Acesso em: 29 maio 2018.

SALDANHA, Gustavo Silva. O imperativo mimético: a filosofia da informação e o caminho da quinta imitação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. **Anais...** . Brasília: ANCIB, 2011. p. 56-71. Disponível em:

<<http://200.20.0.78/repositorios/bitstream/handle/123456789/1167/O%20imperativo%20-%20Saldanha.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 29 maio 2018.

SANTANA JÚNIOR, Célio Andrade; LIMA, Camila Oliveira. O papel das máquinas sociais na formação de opinião em rede. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 307-322, nov. 2017. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3940>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007. 335 p.

SHOR, Ira. What is Critical Literacy?. **Journal of pedagogy, pluralism and practice**, v. 1, n. 4, p. 1-32, 1999. Disponível em: <<https://digitalcommons.lesley.edu/jppp/vol1/iss4/2/>>. Acesso em: 31 maio 2018.

SIMO, Fidji. Apresentando: Projeto Facebook para Jornalismo. **Facebook newsroom**, 11 jan. 2017. Disponível em: <<http://br.newsroom.fb.com/news/2017/01/apresentando-projeto-facebook-para-jornalismo/>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

SOUZA, Sebastião de. Fundamentos filosóficos da biblioteconomia. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 14, n. 2, jul./dez. 1986, p. 189-196. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/index.php/article/download/17538>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

TOMAÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler; SILVA, Terezinha Elisabeth da. Fontes de informação na internet: critérios de qualidade. In: TOMAÉL, Maria Inês (org.). **Fontes de informação na internet**. Londrina: Eduel, 2008. p. 3-28.

TOMAÉL, Maria Inês. Mídias sociais como fontes de informação. In: TOMAÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler (org.). **Fontes de informação digital**. Londrina: Eduel, 2016. p. 175-197.

UNIVERSITY OF LEICESTER. Student Learning Development. **What is critical reading**. 2009. Disponível em: <<https://www2.le.ac.uk/offices/ld/resources/study-guides-pdfs/writing-skills-pdfs/critical-reading-v1%200.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2018.

VILICIC, Filipe. Rede de mentiras. **Veja**, ano 49, v. 2506, n. 48, p. 92-94, 30 nov. 2016.

VIRILIO, Paul. **Estratégia da decepção**. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Competência informacional: bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 38, n. 3, 2009. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1236/1414>>. Acesso em: 27 julho 2017.

VOSOUGHI, Soroush; ROY, Deb; ARAL, Sinan. The spread of true and false news online. **Science**, v. 359, n. 6380, p. 1146-1151, 09 mar. 2018. Disponível em:

<<http://science.sciencemag.org/content/359/6380/1146.full>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Nova Cultural, c1999.

ZATTAR, Marianna. Competência em informação e desinformação: critérios de avaliação do conteúdo das fontes de informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 285-293, nov. 2017. Disponível em: <revista.ibict.br/liinc/article/view/4075>. Acesso em: 05 jan. 2018.

ZUCKERBERG, Mark. **Post na fanpage oficial, em 19 nov. 2016**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/zuck/posts/10103269806149061?pnref=story>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

ANEXO A – Portaria de criação da comissão de *fake news*, desinformação e confiabilidade de informações no ambiente digital



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
GABINETE DA REITORIA

Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima – Trindade
 CEP: 88040-900 – Florianópolis – SC
 Telefone: (48) 3721-9320 – Fax: (48) 3721-8422
 E-mail: gr@contato.ufsc.br

PORTARIA Nº 1211 /2018/GR, DE 29 DE MAIO DE 2018

O REITOR *PRO TEMPORE* DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, tendo em vista o que consta na Solicitação 31814/2018,

RESOLVE:

Art. 1º Institucionalizar a comissão de Fake News, desinformação e confiabilidade de informações no ambiente digital.

Art. 2º A referida comissão deverá propor serviços e ações da Biblioteca Universitária (BU) para o esclarecimento da comunidade acadêmica acerca de notícias falsas, desinformação e confiabilidade de informações no ambiente digital.

Art. 3º Designar os servidores relacionados abaixo para, sob a coordenação do primeiro, compor a referida comissão:

- I – LEONARDO RIPOLL TAVARES LEITE (BU);
- II – MARCELA CUSTÓDIO (discente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação);
- III – MARIA BERNARDETE MARTINS ALVES (BU);
- IV – ANDRÉA FIGUEIREDO LEÃO GRANTS (BU);
- V – JOSÉ PAULO SPECK PEREIRA (BU);
- VI – GLEIDE BITENCOURTE JOSÉ ORDOVÁS (BU);
- VII – ROBERTA MORAES DE BEM (BU);
- VIII – FELIPE DUARTE ALMEIDA DA FONSECA (Wikipedia).

Art. 4º A comissão deverá concluir seus trabalhos até o dia 30 de outubro de 2018.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim Oficial da UFSC.

UBALDO CESAR BALTHAZAR